

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JÉSSICA CRISTINA CENI

PERFORMATIVIDADE NARRATIVA E FICÇÃO: A COMUNICAÇÃO DA VALE
S.A. E DA ONG GABINETE DE CRISE PÓS-ROMPIMENTO EM
BRUMADINHO

CURITIBA

2021

JÉSSICA CRISTINA CENI

PERFORMATIVIDADE NARRATIVA E FICÇÃO: A COMUNICAÇÃO DA VALE
S.A. E DA ONG GABINETE DE CRISE PÓS-ROMPIMENTO EM
BRUMADINHO

Trabalho de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Estratégia e Análise Organizacional, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Natália Rese

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Maria Lidiane Herculano Graciosa – CRB 9/2018

Ceni, Jéssica Cristina

Performatividade narrativa e ficção: a comunicação da Vale S.A e da
ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho / Jéssica
Cristina Ceni. - 2021.

148 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Administração, do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas.

Orientadora: Natália Rese.

Defesa: Curitiba, 2021.

1. Comunicação nas organizações. 2. Narrativa. 3. Performance.
4. Hermenêutica. 5. Crime corporativo. 6. Barragens de rejeitos.
I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas.
Programa de Pós-Graduação em Administração. II. Rese, Natália.
IV. Título.

CDD 658.45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO -
40001016025P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ADMINISTRAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **JÉSSICA CRISTINA CENI** intitulada: **PERFORMATIVIDADE NARRATIVA E FICÇÃO: A COMUNICAÇÃO DA VALE S.A. E DA ONG GABINETE DE CRISE PÓS-ROMPIMENTO EM BRUMADINHO**, sob orientação da Profa. Dra. NATÁLIA RESE, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 14 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica
05/01/2022 21:55:25.0
NATÁLIA RESE
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
05/01/2022 16:44:37.0
FÁBIO VIZEU FERREIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE POSITIVO)

Assinatura Eletrônica
05/01/2022 16:41:00.0
RAFAEL BORIM DE SOUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica
22/12/2021 17:55:00.0
SAMIR ADAMOGLU DE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/UFPB)

Da calma e do silêncio

*Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.*

*Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.*

*Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.
Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.
Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra.*

(Conceição Evaristo, 2008)

AGRADECIMENTOS

Sou grata de ter encontrado tantas pessoas queridas e gostaria de agradecer a todos que de alguma forma estiveram presentes, apoiando e dando força nesse processo de doutoramento que me transformou como pessoa, professora e pesquisadora.

Gostaria de agradecer a Professora Dr. Natália Rese. Me sinto lisonjeada de tê-la como um ponto seguro no processo de mestrado e doutorado. Natália, você é uma inspiração e a vejo como uma profissional ética, responsável e que tem muita sensibilidade. Sou grata pelos teus ensinamentos, orientações e pela parceria.

Aos professores membros da banca de qualificação e da banca de defesa: Prof.º Dr. Fábio Vizeu, Prof.º Dr. Rafael Borim e Prof.º Dr. Samir Adamoglu e, claro, em memória ao Prof.º Dr. Cristiano Maciel, que ao longo do processo, suas contribuições foram significativas para a construção da tese. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos meus colegas de doutoramento, Rodrigo Seefeld, Indira Bezerra, Marcos Correia, André Contani, Rafael Budach, Itamir, Samantha Frohlich. Em especial aos meus amigos Marcos Correia e Rodrigo Seefeld pela parceria e apoio durante todo o processo.

Por fim, agradeço ao meu parceiro de vida Leandro por todo o apoio e carinho ao longo dos últimos 6 anos. Sou muito feliz em poder compartilhar minha vida contigo.

RESUMO

Nesta tese o fenômeno específico de investigação é a comunicação da empresa brasileira de mineração Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil pós-rompimento da barragem de rejeitos (B1) na Mina de Córrego do Feijão. O objetivo foi analisar como se estabeleceram os sentidos presentes nas narrativas constituídas no processo de *sensemaking-sensegiving*, da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise no pós-rompimento levando em consideração as ficções e a performatividade narrativa. Para isso, me debrucei sobre o trabalho de Paul Ricoeur para posicionar onto-epistemologicamente esta pesquisa e com base na hermenêutica articulei os conceitos de i) performatividade narrativa - isto é, a capacidade da narrativa (discursos de ação) de não apenas descrever o real, como também de mobilizá-lo; ii) o círculo mimético e a ficção – cujas expressões são a ideologia e a utopia; e iii) o imaginário social. Ademais, situei as organizações enquanto arenas de interações comunicativas e, portanto, estas são geradas, sustentadas e constituídas por um processo recursivo de produção e negociação de significados, e por fim, estabeleci uma rediscussão, à vista do que foi articulado, dos processos de *sensemaking* e *sensegiving*. Quanto ao percurso metodológico, a coleta ocorreu por meio de dados secundários disponíveis nos meios de comunicação da Vale e da ONG Gabinete de Crise - Sociedade Civil. Foram coletadas 290 páginas de documentos do site da Vale; 141 publicações e 10 imagens no *Facebook* da ONG Gabinete de Crise; e 44 páginas de documentos cuja autoria remete à ONG no site do Projeto Manuelzão. A análise foi baseada no método indutivo de Gioia *et al.* (2013) que permitiu a sistematização cronológica dos dados e da possibilidade de uma aproximação narrativa. Observei o estabelecimento de cinco grandes narrativas na comunicação de Vale e de três grandes narrativas na comunicação do Gabinete de Crise. Os sentidos presentes na comunicação de ambas, para além do entendimento de “versões narrativas”, estabeleceram diferentes racionalidades na interpretação de mundo: por um lado, na comunicação da Vale há a supremacia de uma racionalidade pautada sobre o cálculo utilitário e o êxito econômico, e, por outro pela ONG, há a supremacia de uma racionalidade pautada sobre a visão de mundo que situa o ser humano como ponto de referência para a ordenação pessoal e social. Estas elaborações permeiam o processo simultâneo de fazer sentido e influenciar sentidos - *sensemaking-sensegiving* - ao passo que confirmam, desafiam, negam ou contestam o real, não apenas sobre o rompimento que aconteceu e questões circunscritas a ele, mas principalmente por meio das racionalidades estabelecidas que surgem do trabalho de elaboração narrativo (mimese) pautado sobre imaginário social e suas ficções práticas – ideologia e utopia. Assim, enquanto a comunicação da Vale abre como mundo possível um mundo que se mantém o *status quo* (ficção prática da ideologia), a ONG comunica o desejo e a necessidade de mudança (ficção prática da utopia). Dessa forma, as grandes narrativas surgem como um achado de pesquisa central que encontra uma relevância teórica, que por sua vez dá suporte ao entendimento de como as narrativas construídas e comunicadas se vinculam aos discursos socialmente aceitos, os quais respaldam os sentidos atribuídos para as ações concretizadas ou previamente significadas pela linguagem tornando plausíveis visões de mundo contraditórias e não congruentes com a realidade material, mas que apesar disso apresentam poder de mobilizar a realidade e, portanto, performatizar.

Palavras-chave: sensemaking, sensegiving, comunicação organizacional, organização como comunicação, performatividade narrativa, grandes narrativas, Paul Ricoeur

ABSTRACT

In this thesis, the specific phenomenon of investigation is the communication of the Brazilian mining company Vale S.A. and the NGO Gabinete de Crise – Sociedade Civil after the dam (B1) rupture at the Córrego do Feijão Mine. The main goal was to analyze how meanings were established post-rupture in the narratives constituted throughout sensemaking-sensegiving process, by Vale S.A. and the NGO Gabinete de Crise, taking into account fictions and narrative performativity. For that, I looked at the work of Paul Ricoeur to position this research onto-epistemologically and based on his hermeneutics I articulated the concepts of i) narrative performativity - that is, the capacity of narrative (discourses of action) to not only describe the reality as well its potential to mobilize it; ii) the mimetic circle and fiction – and its expressions ideology and utopia; and iii) the social imaginary. Furthermore, I situated organizations as arenas of communicative interactions and, therefore, these are generated, sustained and constituted by a recursive process of production and negotiation of meanings, and finally, I established a re-discussion of sensemaking-sensegiving processes. Regarding the methodological approach, the data collected took place through secondary data available in the media of Vale and the NGO Gabinete de Crise - Civil Society. 290 pages of documents were collected from Vale's website; 141 publications and 10 images on Facebook from the NGO Gabinete de Crise; and 44 pages of documents whose authorship refers to the NGO on the Manuelzão Project website. The analysis was based on the inductive method of Gioia et al. (2013) that allowed the chronological systematization of the data and the possibility of a narrative approach. I observed the establishment of five major narratives in Vale's communication and three major narratives in Gabinete de Crise communications. The communication of both presented in addition to the understanding of "narrative versions", it were established different rationalities in the interpretation of the world: on the one hand, in Vale's communication there is the supremacy of a rationality based on utilitarian calculation and economic success, and, on the other hand, by the NGO, there is the supremacy of a rationality based on the world view that places the human being as a point of reference for personal and social ordering. These elaborations permeate the simultaneous process of making sense and influencing senses - sensemaking-sensegiving - as they confirm, challenge, deny or contest the reality, not only concerning the rupture that happened and questions circumscribed to it, but also through the established rationalities. that arise from the work of narrative elaboration (mimesis) based on social imaginary and its practical fictions – ideology and utopia. Thus, while Vale's communication opens up as a possible world that maintains the status quo (practical fiction of ideology), the NGO communicates the desire and need for change (practical fiction of utopia). In this way, grand narratives emerge as main research finding

that perceive theoretical relevance, which in turn supports the understanding of how constructed and communicated narratives are linked to socially accepted discourses, which support the meanings attributed to actions. concretized or previously signified by language, making plausible worldviews that are contradictory and not congruent with material reality, but which nevertheless have the power to mobilize reality and, therefore, perform.

Keywords: organizational communication, organization as communication, narrative performativity, grand narratives, Paul Ricoeur

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Análise de dados da Vale.....	55
Figura 2. Análise de dados do Gabinete de Crise – Sociedade Civil.....	56
Figura 3. Municípios atingidos na bacia do Rio Paraopeba.....	61
Figura 4. Localização do Centro Administrativo da Vale.....	62
Figura 5. Reparação da Vale em Brumadinho Principais Números.....	75
Figura 6. 3 meses de crime ambiental: Não foi acidente!.....	102
Figura 7. Doí demais o jeito que vocês foram embora.....	107
Figura 8. Pelo direito dos atingidos: Basta de impunidade!.....	111
Figura 9. Não podemos nos calar!.....	114
Figura 10. Expulsos de Casa.....	117
Figura 11. Não negocie sozinho com a Vale!.....	123

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos da Pesquisa	17
1.2 Justificativa	17
2 POSICIONAMENTO ONTOLÓGICO, EPISTEMOLÓGICO E TEÓRICO	22
2.1 Posicionamentos onto-epistemológicos: Hermenêutica Ricoeuriana	22
2.2 Organização como Comunicação e a Mimese Narrativa	29
2.3 Ficção E Performatividade Narrativa: Sensemaking e Sensegiving Organizacional	37
3. O PERCURSO METODOLÓGICO	46
3.1 A Coleta dos Dados	47
3.2 A análise de conteúdo e a aproximação narrativa	49
4. A VALE S.A	56
4.1 O rompimento da Barragem na Mina de Córrego do Feijão e seus impactos	58
5. OS SENTIDOS PRESENTES NAS NARRATIVAS DA VALE S.A. PÓS- ROMPIMENTO	64
5.1 “Nosso compromisso: reparar os danos e prestar contas à sociedade”	65
5.1.1 A barragem na Mina de Córrego do Feijão rompeu, e agora?.....	66
5.1.2 Somos nós... realmente os culpados?	66
5.1.3 “Nós somos os maiores interessados no esclarecimento das causas do rompimento”	67
5.2 “A empresa está empenhando todos os esforços no apoio aos atingidos”	70
5.2.1 Estamos abertos ao diálogo e escutamos a comunidade na reparação dos danos.....	71
5.2.2 Nós nos preocupamos e salvamos os animais	75
5.2.3 O Rio Paraopeba pode ser recuperado	75
5.2.4 Doações e indenizações: “Vamos garantir que a reparação ocorra de forma célere, isonômica e correta”	77
5.3 Somos uma empresa sólida e legítima	79
5.3.1 “A Vale vem investindo continuamente na manutenção e segurança de suas barragens”	80
5.3.2 Relacionamento com interessados.....	82

5.3.3 Criação dos CIAES	84
5.4 Pandemia	85
5.4.1 “Com o objetivo de proteger a saúde da comunidade e dos empregados...”	86
5.4.2 “As ações da Vale no combate ao Coronavírus”	87
5.5 Risco Iminente das barragens	88
5.5.1 Instabilidade das barragens	89
5.5.2 A Vale continua adotando medidas preventivas para aumentar a condição de segurança de suas barragens	92
5.5.3 As Evacuações	95
6. OS SENTIDOS PRESENTES NAS NARRATIVAS DA ONG GABINETE DE CRISE – SOCIEDADE CIVIL PÓS-ROMPIMENTO.....	98
6.1 “As mãos dos acionistas estão sujas de lama”	99
6.1.1 “O Gabinete de Crise – Sociedade Civil reitera a solidariedade às comunidades do município de Brumadinho: não foi acidente!”	100
6.1.2 “A lama continua adoecendo e matando...”	102
6.1.2.1 “Relações existentes antes do rompimento não são mais possíveis nas bacias do doce e Paraopeba”	103
6.1.2.2 “Impactos continuados dos rompimentos de barragens marcam a vida das pessoas atingidas”	105
6.2 As operações de mineração.....	107
6.2.1 “Gabinete de Crise - Sociedade Civil divulga manifesto contra as tragédias e insustentabilidade da mineração”	107
6.2.2 “Sociedade Civil denuncia “terrorismo” de barragens e violação de direitos”	111
6.2.2.1 “O cenário atual é irresponsável, caótico e desumano”	112
6.2.2.2 “Mais da metade das barragens em estado crítico no país estão em Minas...”	115
6.2.2.3 “Mais de mil exilados pelo terrorismo das barragens”	115
6.3 Atuação Social e Política.....	117
6.3.2 “Após crime cometido pela Vale...não podemos nos calar!”	118
6.3.3 “Não negocie sozinho com a Vale, informe-se!”	121
7. PERFORMATIVIDADE NARRATIVA E FICÇÃO	125
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

1. INTRODUÇÃO

As estórias¹ têm sido protagonistas do fazer organizacional há tempos. No tentando, o olhar da razão instrumental sobre o ato de contar estórias, inerente à condição humana, transformou o *Storytelling* em uma ferramenta poderosa nas organizações. Por que motivo empresas investiriam tempo e recursos para criar uma estória pretensamente verdadeira, como fez Diletto, mesmo sabendo que a farsa descoberta traria prejuízos? Por que empresas se empenham em construir estórias capazes de gerar o tão famoso “engajamento” nas redes sociais, como faz o Bradesco ao trazer elementos relacionados à inclusão em um clipe que emociona e arrepia qualquer um?

São essas e outras tantas perguntas que surgem e são preocupações dessa tese. Todavia, foi a partir da pesquisa que realizei durante o mestrado sobre o rompimento na Barragem de Fundão, sob responsabilidade da Samarco, que passei a me perguntar, diante dos dados o seguinte: como o patrocínio de uma formatura para 60 estudantes das cidades impactadas (Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Barra Longa - MG) pode se transformar em um ato de responsabilidade social de uma empresa responsável por um crime de grandes proporções e fazer parte do argumento heroico por ela construído? Como a distribuição de material escolar para a comunidade arrasada, sem casa, sem comida, com vínculos e identidades destruídos pode representar um ato de grande benevolência? Foram estas e outras tantas situações que me fizeram perceber que os atos organizacionais, articulados em narrativas performativas e discursos de ação, quando engajados em estórias teriam poder de transformar, mobilizar e performar sobre a realidade social. Essa conclusão juntamente com a inquietação por uma teorização dera origem a esta tese.

Este trabalho tem como fenômeno específico de investigação a comunicação da empresa brasileira de mineração Vale S.A. e a ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil ²pós-rompimento da barragem de rejeitos (B1) na

¹ Existe o reconhecimento de que na língua portuguesa a palavra “estória” não está mais em uso. Estória aqui vem de story do inglês, e, portanto, esta palavra é utilizada aqui como recurso de pesquisa e que segundo o dicionário Cambridge significa “descrição, **tanto verdadeira como imaginária**, de uma série de eventos conectados”.

² A constituição da ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil foi constituída logo após o rompimento em Brumadinho e representa uma articulação de diversos movimentos sociais,

Mina de Córrego do Feijão. Essa escolha decorre de resultados de pesquisa prévios relacionados ao crime ocorrido em 2015: o rompimento da barragem de Fundão em Mariana pela empresa Samarco, cuja responsabilidade operacional também recaía sobre a Vale. Na pesquisa realizada foi observada a necessidade de um aprofundamento no que diz respeito à performatividade narrativa e sua relação com eventos relacionados aos períodos de mudança organizacional e ruptura de sentido socialmente compartilhando – que normalmente permeiam momentos dos quais a reputação empresarial é contestada. (CENI, RESE, 2020).

Por meio da pesquisa ficou explícito que a Samarco pautava sua construção discursiva estrategicamente tendo objetivos de comunicação específicos que visavam minimizar o impacto decorrente do que aconteceu, e principalmente a partir disso direcionar cursos de **ação e prática** aderentes à realidade construída discursivamente. Logo, a “ação” aludida aqui é a estabelecida pela linguagem, isto é, caracterizada pelas narrativas que apresentam papel performativo, o que significa que não apenas descrevem a realidade, como podem “agir” sobre ela direcionando caminhos de ações concretas. (CENI, RESE, 2020, p. 276).

Baseado nisso ficou clara a necessidade de compreender esse fenômeno a partir de uma nova abordagem teórica e onto-epistemológica, um que fosse capaz de dar conta de explicar e descrever essa realidade. Por isso esta tese surge enquanto uma tentativa de compreensão - a partir da problemática que será tratada mais adiante - da performatividade narrativa, a qual foi observada enquanto parte inerente nos processos de criação e influência de significado - *sensemaking e sensegiving*.

Como consequência, o ponto de partida situa-se no pensamento e trabalho de Paul Ricoeur que posiciona onto-epistemologicamente este trabalho situando o homem enquanto um “animal hermenêutico”, ou seja, que “se orienta no mundo por meio da atividade fundamental da interpretação”. (RICOEUR, 2005, p. 15), e nesse sentido, recorre a uma estrutura simbólica, a linguagem, a

pesquisadores e ativistas políticos cujo o objetivo é o “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela Companhia Vale, no município de Brumadinho e em toda a bacia do Paraopeba, na data de 25 de janeiro de 2019, não se esquecendo do rompimento de Fundão em Mariana na Bacia do Rio doce.” (GABINETE DE CRISE, 2019).

qual por sua vez é estabelecida enquanto condição primordial para a experiência humana. Consoante, Wagner (1979, p. 9) argumenta que “a conduta humana só é considerada ação na medida que a pessoa que age atribui - para a ação - um significado”, portanto, as ações constroem a realidade quando situadas na coletividade, na interação humana significada onde a linguagem adquire protagonismo. Com base nesta posição observa-se que a linguagem não apenas descreve o mundo, como também engloba um processo de invenção, que segundo Rocha (2014, p. 624) é esta a dimensão, trabalhada por Ricoeur a partir do entendimento do **imaginário social** e da **ficção**, que torna a linguagem possível de intervir no mundo e dessa forma apresentar um **papel performativo**: “os enunciados só representam o mundo no sentido de produzirem uma certa versão desse mundo, ou seja, de intervirem nesse mundo.”

Tais construções são traçadas sobre as narrativas ditas, escritas e visualizadas e que são constituídas pelo processo de recriação da realidade – a mimese, isto é, o meio pelo qual os indivíduos não apenas fazem sentido da realidade como também a mobilizam. (RICOEUR, 1979). Ainda, ressalto que esses processos são pautados sobre referências, **intenções humanas**³ e visões de mundo particulares e que são coalescentes com o que o imaginário social carrega, e permeiam o que chamaremos aqui de ficções. (RICOEUR, 1979).

As ficções não são caracterizadas pela noção de fantasia, e sim por aquilo que não é congruente com a realidade, ou seja, que não apresenta referência no mundo real (FITZPATRICK, 2016), porém mesmo assim, se fazem presentes nas narrativas construídas e disseminadas, as quais por sua vez, agem e direcionam cursos de ação no mundo real (performatividade narrativa) capazes, assim, de mobilizar essa realidade.

Com base nisso, direcionamos o olhar para a Vale S.A. no período pós-rompimento. Com o desastre concretizado no início de 2019, a Vale S.A. se viu responsável pela morte de mais de 300 pessoas, incluindo danos irreparáveis às comunidades, municípios e ao meio ambiente. (DELGADO, CORREIA, 2019). Sabe-se que em eventos e acontecimentos nos quais há perdas e danos súbitos (ZHOURI et al, 2016) e especialmente nos quais a responsabilidade é

³Para fugir do psicologismo que o termo intenção carrega, Ricoeur (2018), menciona que a intenção é desvinculada do discurso a partir do momento que a fala se torna escrita, e logo, o texto se libera da intenção do autor.

empresarial, a organização responsável pelo evento comumente estabelece versões narrativas que buscam fazer sentido e influenciar um sentido (*sensemaking-sensegiving*) sobre o acontecimento, tais narrativas são dessa maneira estabelecidas visando minimizar erros, evitar responsabilidades, culpar outros fatores ou justificar, e simultaneamente performar, na medida que direcionam cursos de ações concretas. (BUNDY et al, 2016; CORNELISSEN, 2012; WEICK, SUTCLIFFE, 2007; SUTCLIFFE; CHRISTIANSON, 2003).

Isso ocorre porque a partir do momento que uma organização é vista como responsável por um desastre corporativo sua imagem enquanto “organização” e a experiência em relação à mesma é estabelecida pela comunicação, o que significa, portanto, que o que ela representa, é abertamente contestada em um período de crise pós-desastre. (CORNELISSEN, MANTERE, VAARA, 2014). Assim, a organização e seus interessados elaboram e negociam significados que é transposto em versões narrativas contraditórias, e todos disputam o que é ou será real, e conseqüentemente agirão em relação a esse sentido estabelecido.

Isto posto, a partir do rompimento a imagem da Vale é colocada sob análise e, portanto, o que ela representa após o período de crise pós-desastre, é abertamente contestado (CORNELISSEN, MANTERE, VAARA, 2014), e tudo isso gera a necessidade de “ação” imediata por parte dela a fim de reparar e minimizar os danos relacionados à sua imagem.

Essa ação se estabelece pela linguagem pois, foi observado a partir da análise de um evento análogo, o rompimento na barragem de Fundão em Mariana ocorrido em 2015 de responsabilidade da Samarco (e da Vale), que as narrativas adquiriram um papel performativo, ou seja, as narrativas produzidas e disseminadas pela organização não apenas descreviam o real, como também “agiam” sobre ele na medida que direcionavam determinados cursos de ação. (CENI, RESE, 2020, p. 276).

À vista destes desdobramentos, há o entendimento de que a partir do momento em que uma empresa é vista como responsável por um evento catastrófico, essa necessita gerir o inesperado envolvendo-se em importantes atos de *organizing* estabelecendo discursos que simultaneamente fazem e direcionam sentido a respeito do real (*sensemaking e sensegiving*). (BUNDY et al, 2016; CORNELISSEN, 2012; WEICK, SUTCLIFFE, 2007; SUTCLIFFE;

CHRISTIANSON, 2003). Por outro lado, os interessados, aqui representado pela ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil, constituída pós-rompimento, se envolvem em um processo de *sensemaking e sensegiving* ao aderir ou disputar, contestar ou aceitar, as versões narrativas disseminadas e construídas por parte da empresa responsável, no caso a Vale.

É nesse contexto que se estabelecem as narrativas ficcionais construídas e disseminadas tanto pela Vale quanto pela ONG Gabinete de Crise e que fundamentam os processos de *sensegiving e sensemaking* pós-desastre. Assim, o objetivo dessa tese é analisar como se estabelecem os sentidos presentes nas narrativas, constituídas no processo de *sensemaking-sensegiving*, da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise no pós-rompimento da barragem de Brumadinho levando em consideração as ficções e a performatividade narrativa.

1.1 Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral: Analisar como se estabelecem os sentidos presentes nas narrativas, constituídas no processo de *sensemaking-sensegiving*, da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise no pós-rompimento da barragem de Brumadinho levando em consideração as ficções e a performatividade narrativa.

Objetivos específicos:

1. Caracterizar a Vale S. A, o evento e seus impactos.
2. Analisar os sentidos presentes nas narrativas da VALE S.A. pós-rompimento na Barragem em Brumadinho que permeiam o processo de *sensemaking e sensegiving*.
3. Analisar os sentidos presentes por parte da ONG Gabinete da Sociedades que permeiam o processo de *sensemaking e sensegiving*.
4. Analisar as ficções práticas e a performatividade narrativa fundamentadas sobre os sentidos presentes nas narrativas da Vale e a do Gabinete de Crise.

1.2 Justificativa

No que tange a contribuição teórica deste trabalho, é proposto o aprofundamento sobre a compreensão de ficção e da performatividade narrativa

para compreensão do fazer organizacional, especialmente em momentos pós-desastre, e a partir disso discutir e analisar como o processo de *sensemaking-sensegiving*, enquanto simultâneo e indissociável, que se estabelece a partir de um caso frutífero para análise - o rompimento na barragem de rejeitos (B1) na Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho.

O uso da ficção para compreensão organizacional ainda é uma abordagem incipiente, conforme argumentam Savage, Cornelissen e Franck (2018). Nesse sentido, os autores mencionam que a ficção por muito tempo foi tratada de maneira periférica nos estudos organizacionais, então, com a publicação do artigo "Fiction and Organization Studies" em 2018, os autores salientam a ideia de considerarmos a ficção enquanto conceito mais central e até mesmo ontológico para compreender as organizações. (SAVAGE et al. 2018). Essa sugestão é acatada nesta pesquisa, mesmo que não se aluda a ficção enquanto uma ontologia, vamos além de uma concepção periférica na medida que a ficção se situa enquanto parte inerente as produções e negociação de sentido pela linguagem.

Para o entendimento das ficções, há o entendimento de que a organização é entendida nesta tese como uma arena de interação comunicativa e, portanto, são sustentadas, constituídas e criadas pela comunicação. (VÁSQUEZ; SCHOENEBOERN, 2018; SCHOENEBOERN; KUHN; KÄRREMAN, 2019). Frisa-se, portanto, que comunicação é posicionada como um processo recursivo de produção e negociação de significados, e dessa forma, é o significado que os indivíduos atribuem pela linguagem que faz com que sejam estabelecidas as diferenças entre uma experiência e outras. Em outras palavras, as organizações são resultado destas produções e negociações de significado, e logo, *talked into being*. (SCHOENEBOERN; KUHN; KÄRREMAN, 2019). Como consequência parte-se do entendimento de que as organizações apresentam um caráter aberto e de contínua ressignificação, e especialmente em situações onde existe ruptura de significados, isso se torna proeminente.

Conforme dito na introdução, esta tese surge de inquietações relacionadas à uma pesquisa anterior no qual foi observado em um caso análogo que os atos organizacionais foram articulados em narrativas performativas e discursos de ação, os quais por sua vez eram engajados em histórias capazes de transformar, mobilizar e performar sobre a realidade social. Nesse sentido, há

o aprofundamento a respeito da performatividade narrativa com base no trabalho de Paul Ricoeur. A performatividade narrativa, ou seja, o estabelecimento de que os discursos são e podem direcionar e mobilizar ações. Decorrente do posicionamento de que o discurso parte da realidade para que de algum modo volte a ela, Ricoeur (2018) pontua que a linguagem não é sistema fechado sobre si próprio, e logo, todo discurso possui uma referência ou denotação: remetem para uma realidade extralinguística e podem ser inclusive a causa desta realidade.

Em síntese, nesta tese se aprofunda o entendimento de como as narrativas permeiam ficções e podem apresentar papel performativo. (RICOEUR, 1979; 1991), e com isso também se ampliam as discussões circunscritas ao processo de *sensemaking-sensegiving*, haja vista que vão além do processo de interpretação da realidade e de direcionamento de sentido, afinal estabelecem-se enquanto parte da própria realidade, mobilizando-a, mesmo que descolado da “concretude” do mundo real. Além disso, ao consideramos o círculo mimético, isto é, o modo pelo qual os indivíduos constroem um sentido narrativamente, como inerente ao processo de *sensemaking-sensegiving*, observamos que esse não é neutro ou único. Tal posicionamento não é novo, conforme observamos na literatura da área a existência de diferentes tipos de *sensemaking*, o que explicita seu caráter divergente, não sendo, portanto, um fenômeno singular. (GUIETTE; VANDENBEMPT, 2016; SANDBERG; TSOUKAS, 2020; SCHILDT, MANTERE & CORNELISSEN, 2019).

Nesse contexto, mesmo que haja a observação do caráter divergente na elaboração de sentido (CUNLIFFE; COUPLAND, 2012; HOLT; CORNELISSEN, 2014; KUDESIA, 2017), esta não promoveu uma melhor e mais profunda compreensão do *sensemaking* nas organizações (SANDBERG; TSOUKAS, 2020, p. 3). Segundo os autores isso decorre dos posicionamentos epistemológicos ou abordagens teóricas adotadas para sua compreensão, e argumentam que para avançarmos em “uma compreensão mais abrangente de *sensemaking*, esta precisaria estar ontologicamente fundamentada nas diversas formas que os agentes estão envolvidos com o mundo”. Dessa forma, nesta tese a compreensão do processo de *sensemaking-sensegiving*, é arrojada, haja vista que seu entendimento se dará pelo posicionamento onto-epistemológico de

Paul Ricoeur, e especialmente pelo conceito de mimese que é ontológica ao sujeito hermenêutico.

Por conseguinte, ao levar em conta que o processo de construção e influência de sentido se estabelece narrativamente, esta tese aprofunda o trabalho de Weick ao passo que olha para linguagem enquanto performativa, tendo em conta que não “existe polarização entre “mundo real” e “palavras e textos”: palavras também são produção do mundo. Aliás, ao considerarmos a ficção, Ricoeur (1979; 1991) pontua que ela ao ser estabelecida pela constituição narrativa - processo de mimese - apresenta uma função “produtiva” do mundo real, elemento central na performatividade narrativa.

Em suma, a justificativa desta tese é definida pela possibilidade de ampliar a discussão de como se estabelecem os processos de *sensemaking* e *sensegiving* considerando a performatividade narrativa e a ficção, e vice-versa. Isso não seria possível se não fosse o fenômeno empírico e a trajetória de pesquisa construída até aqui, afinal, os desdobramentos teóricos surgem a partir de inquietações anteriores advindas do trabalho de mestrado, cujo fenômeno era um caso análogo. Agora tendo como foco [ainda] a empresa de mineração Vale S.A. e o pós-rompimento da barragem na Mina de Córrego do Feijão, e além disso, o Gabinete de Crise – Sociedade Civil, ONG constituída pós-rompimento, esta tese procura avançar na compreensão de um período pós-crise organizacional, a partir do entendimento dos processos de elaboração de sentido, a performatividade narrativa e as ficções.

Decorrente do posicionamento de que quando há uma ruptura de sentido após um evento catastrófico de responsabilidade empresarial, afinal, a partir do momento que uma empresa é vista como responsável por um evento desta natureza esta comumente estabelecerá versões - aqui posicionadas enquanto narrativas ficcionais⁴ - que estabelecem e influenciam sentidos (*sensemaking-sensegiving*). (BUNDY et al, 2016; CORNELISSEN, 2012; WEICK, SUTCLIFFE,

⁴A partir do posicionamento da ficção enquanto ontologia, considera-se que qualquer versão narrativa construída e disseminada apresenta aspectos ficcionais, isto é, interpretações baseadas nas visões de mundo particulares, e que além disso não apresentam apenas uma função reprodutiva da realidade, mas um modo “produtivo” da realidade, isto é, performam, haja vista que redescrevem o real, contestando e mantendo aberta alternativas de vida social (RICOEUR, 1979; RICOEUR, 1991, p. 12). Ainda, “there are no structural differences between fictional and empirical narratives, and their respective attraction is not determined by their claim to be fact or fiction.” (CZARNIAWSKA, 1997, p. 19)

2007; SUTCLIFFE; CHRISTIANSON, 2003), e que por outro lado, a ONG Gabinete de Crise, construída pós-desastre também elabora significados, em um processo de *sensemaking-sensegiving*, na medida que contesta ou aceita as narrativas ficcionais disseminadas e construídas por parte da Vale.

2 POSICIONAMENTO ONTOLÓGICO, EPISTEMOLÓGICO E TEÓRICO

Neste capítulo apresentarei a base onto-epistemológica utilizada para a construção da proposta de tese. A definição desse posicionamento é central para compreender o conceito de imaginário social, performatividade narrativa e ficção, sustentadores do argumento da pesquisa.

2.1 Posicionamentos onto-epistemológicos: Hermenêutica Ricoeuriana

Revisar a literatura apresenta conotações múltiplas, conforme Patriotta (2020) aponta para as variadas intenções e para riqueza conceitual que “revisão” pode significar. Quando um pesquisador debruça sobre uma temática ele faz escolhas que partem de duas possibilidades: a revisão integrativa ou a revisão problematizadora.

Essa tese baseia-se na **revisão problematizadora** que se fundamenta sobre seguintes princípios: a realização de uma leitura ampla, porém mais **focada e seletiva tendo em vista o que este trabalho se propõe a ser e não o que não é**, e a fundamentação sobre a reflexividade e sobre o conceito “menos é mais”. (ALVENSSON, SANDBERG, 2020). Sobre isso, Patriotta (2020, p. 1273) afirma que

In line with its central assumptions, the problematizing review approach focuses on a subset of core readings rather than considering the entire body of work produced within a particular area [...] it challenges the cumulative way of building knowledge and proposes an “opening-up” approach. (PATRIOTTA, 2010, p. 1273).

Com base nisso, proponho elucidar nessa seção o pensamento ricoeuriano, esclarecendo a respeito da sua hermenêutica e conseqüentemente situar os pressupostos onto-epistemológicos desta tese.

De modo geral, conforme pontua Schmidt (2012), a hermenêutica significa interpretação e nesse sentido esta provavelmente faz parte das relações humanas desde que começamos a falar. Por muito tempo a hermenêutica ficou condicionada a função do compreender (interpretar) e exatamente por isso que a própria se situa enquanto o problema de Ricoeur, ou seja, o da extração e o da interpretação do sentido. Para ele, a hermenêutica enquanto uma teoria das

operações da compreensão não deveria dissociar a relação entre o explicar e o compreender (interpretar), por isso, a complementariedade entre essas duas atitudes figuraria, assim, a hermenêutica (Ricoeur, 1990).

Nesse contexto, a hermenêutica é estabelecida nela mesma enquanto uma questão relacionada ao signo (linguagem) e à significação (sentido). Ricoeur (1990) propõe a necessidade de se compreender o texto a partir da sua intenção, a partir daquilo que se pretende dizer, pois com base nisso, é possível o reconhecimento da tensão entre objetividade/subjetividade no processo de interpretação. Assim, ontologicamente, observa-se que para o autor “é o símbolo que exprime nossa experiência fundamental e nossa situação do ser. [...] O ser se dá ao homem mediante as sequências simbólicas, de tal forma que toda visão do ser, toda existência como relação ao ser, já é uma hermenêutica”.

A dimensão ontológica pauta-se, portanto, sobre a esfera da vida, no qual Ricoeur parte do pressuposto de que o homem é um “animal hermenêutico”, isto é, “se orienta no mundo por meio da atividade fundamental da interpretação”. (RICOEUR, 2005, p. 15), e nesse sentido, recorre a uma estrutura simbólica, isto é, a linguagem, a qual por sua vez se situa enquanto condição primordial para a experiência humana. Afinal,

“o homem não cria o real. Ele o recebe como presença. Sua percepção se abre ao mundo, percepção finita. Toda visão é um ponto de vista. O mundo é o horizonte de todo o objetivo e só é percebido em parte. Há possibilidades infinitas de captá-lo. Muitos pontos de vistas nos escapam. No entanto, podemos dizê-los: pela linguagem. (JAPIASSU, 1990, p. 3).

Ricoeur (1990) argumenta que a linguagem não é um mundo próprio, nem sequer um mundo, todavia compreendendo que estamos no mundo, somos afetados por ele e nos orientamos nele, temos algo a dizer, temos experiências para trazer à linguagem e ao interpretarmos o mundo que nos cerca, conseqüentemente, incorporamos tipificações e interpretações nesse processo (GURWITSCH, 1962). As tipificações são as arenas de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo, e as interpretações são decorrentes antes de qualquer coisa “da crença por parte dos membros da comunidade que compartilham suas concepções” (WAGNER, 1979, p. 18).

Dessa forma, o mundo da vida real (*Lebenswelt*) é vivido pela experiência diária dotada de uma familiaridade particular relacionada ao entendimento de como o mundo é. Essa familiaridade é divergente de qualquer tipo de conhecimento científico. O mundo da vida real é um mundo *taken for granted* (GURWITSCH, 1962, WAGNER, 1979). Ele é construído por meio da conduta humana dotada de significado, ou seja, por meio das ações e interações humanas. Em outras palavras,

a conduta humana só é considerada ação quando e na medida em que a pessoa que age atribui a ação um significado e lhe dá uma direção que, por sua vez, pode ser compreendida como significante. Essa conduta intencionada e intencional torna-se social quando é dirigida à conduta de outros (WAGNER, 1979, pp. 9-10).

As ações, as condutas sociais significadas, constroem a realidade quando situadas na coletividade, na interação humana significada onde a linguagem adquire protagonismo. Além disso, conforme veremos, a linguagem constitui não só uma atividade de representar e descrever o mundo, como também compreende um processo de invenção, que segundo Rocha (2014, p. 624) é esta dimensão - que Ricoeur trabalha por meio do imaginário social e da ficção - que torna a linguagem possível de intervir no mundo - e, portanto, apresentar um **papel performativo**: “os enunciados só representam o mundo no sentido de produzirem uma certa versão desse mundo, ou seja, de intervirem nesse mundo.”

Isso decorre porque a referência trazida à linguagem atravessa intenções humanas que se pautam não apenas sobre a realidade concreta, e sim sobre aquilo que se diz e significa sobre ela. É por essa razão que Ricoeur no texto “*The function of fiction in shaping reality*” publicado em 1979 argumenta que “sob o choque da ficção, a realidade se torna problemática.” A realidade não é uma dúvida, não é colocada em xeque, porém, quando esta realidade é continuamente significada ela deixa de ser inquestionável e, portanto, se torna questionável a partir do momento em que as pessoas fazem sentido e percebem o mundo, e “todos nós percebemos o mundo e as coisas dele a partir de um ponto de vista e um momento particular” (GURWITSCH, 1962, p.53), e por isso, nossa experiência estabelece-se em mundo público, intersubjetivo e

comum a todos nós (BERGER; LUCKMAN, 2003; GURWITSCH, 1962; WAGNER, 1979).

A respeito do conceito de ficção, este se estabelece não pela noção de fantasia, mas sim enquanto aquilo que não é congruente com a realidade, aquilo que não apresenta referência no mundo real. (FITZPATRICK, 2016). Simplificando poderíamos pontuar que as ficções são estabelecidas pelas narrativas ditas, escritas e construídas visualmente, e que vivemos em um mundo permeado por narrativas e *storytelling*, na medida que enxergamos e agimos no mundo *a partir de* e *por meio* destas estruturas simbólicas. Consoante, a ontologia ricoeriana parte da recorrência da utopia, especialmente pela consideração de que toda narrativa é ficcional, na medida que o agente que comunica nem sempre utiliza enquanto **referência** apenas uma realidade concreta, e sim uma realidade pautada sobre o **imaginário social e suas intenções**.

O **imaginário social** se estabelece pelas interpretações de realidade para além de qualquer ambiente físico concreto, ao passo que o processo de interpretação e recriação da realidade pela linguagem (o que trataremos e compreenderemos posteriormente como mimese narrativa) traz elementos ficcionais que sustentam a construção e recepção narrativa. Elementos esses pautados pelo próprio imaginário social, cujas expressões são por exemplo, a **ideologia e a utopia**. Os indivíduos, portanto, ao fazerem sentido do mundo real por meio das narrativas, apresentam capacidade e aderência de produzir uma realidade coalescente com o que o imaginário social carrega e que é ficcional.

Isso posto, retomo os conceitos de intenção e referência, os quais são fundamentos centrais para compreendermos o papel performativo da linguagem.

Para Ricoeur

Referir é o uso que a frase faz numa certa situação e em conformidade com um certo uso. É, pois, o que o locutor faz quando aplica as suas palavras à realidade. [...] O locutor refere-se a algo na base de ou mediante a estrutura ideal do sentido. O sentido é, por assim dizer, atravessado pela intenção de referência do locutor. (RICOEUR, 1990, p. 32).

Conforme delineado anteriormente, vimos que as ações se caracterizam pela conduta humana significada, ou seja, se estabelecem enquanto ações na

medida que são estruturadas simbolicamente por meio da linguagem, e que nesse processo recursivo de interpretação e recriação da realidade – mimese – é atravessado pelos horizontes de mundo, pelo imaginário social, e pelo vínculo daquele que narra ao mundo exterior mediante seus interesses e sentimentos. Nesse sentido, para fugir do psicologismo que o termo intenção carrega, Ricoeur (2018, p. 69) menciona que é “apenas no jogo da linguagem da pergunta e da resposta, é que o conceito de intenção adquire sentido”, isto é, quando se responde a perguntas como: o que está a fazer? Por que é que está a fazer?

Importante frisar que a intenção é desvinculada do discurso, a partir do momento que a fala se torna escrita, aí **o texto libera-se da intenção do autor. (Ricoeur, 2018)**. Por isso, para Ricoeur (1990, p. 99) “o sentido de um texto não está por detrás do texto, mas à sua frente. Não é algo de oculto, mas de algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que aponta para um mundo possível.” É essa abertura para um mundo possível que Ricoeur (1990) irá trabalhar os discursos de ação, e nesse sentido, a ação é atravessada lado a lado pela linguagem e a “referência exprime a plena exteriorização do discurso, na medida em que o sentido não é só o objeto ideal intentado pelo locutor, mas a realidade efetivada visada pela enunciação.” (RICOEUR, 1990, P. 91).

Em vista destes desdobramentos, é o imaginário social constitutivo da realidade social, ou seja, **são as interpretações e tipificações estabelecidas no discurso que podem operar tanto construtivamente quanto destrutivamente em relação a uma situação presente**, e dessa maneira, o texto abre mundos possíveis na medida que contesta ou confirma o que é o mundo real (RICOEUR, 1991), e isso é **performativo** na medida que pode configurar em si mesmo ações como também direcionar ações e práticas concretas e motivadas no que é construído ou destruído discursivamente enquanto realidade (GOND, CABANTOUS, HARDING, LEARMONTH, 2016).

Para aprofundarmos direciono-me para as expressões do imaginário social: a ideologia e a utopia que pautam e direcionam as interpretações e tipificações compartilhadas socialmente. Ricoeur (1979) também pontua que **a ideologia e a utopia são ficções práticas**. Nesse contexto, a confirmação ou

contestação da realidade pauta-se sobre a relação da ideologia e a utopia⁵. Tal relação se estabelece na medida que a ideologia fornece o elemento da identidade, portanto, integra e legitima uma determinada identidade social.

A ideologia enquanto integração é traduzida pela promoção de uma identidade a um determinado grupo, na medida que essa identidade é central na integração deste (RICOEUR, 1991; SARGENT, 2008), ademais, enquanto legitimadora, a ideologia assume caráter de mediação e se coloca como redutora da tensão entre autoridade e dominação (RICOEUR, 1991). No que tange a utopia, esta permite variações imaginárias em torno do social, expondo as aberturas da ideologia, constituindo o imaginário social enquanto subversivo, dado que “a utopia introduz variações imaginativas sobre os tópicos da sociedade, do poder, do governo, da família, e da religião” e que desafiam a ideologia vigente (RICOEUR, 1991, P. 89).

Ricoeur (1991) argumenta que a relação essencial entre utopia e ideologia é estabelecida sobre uma correlação funcional, ou seja, a comum não-congruência com a realidade, assim, ambas apresentam, portanto, um aspecto ficcional que não exprime uma referência no mundo. Enquanto a ideologia reflete o desejo de grupos em não mudar seu status, a utopia reflete o desejo de grupos que almejam a mudança para melhorá-lo (SARGENT, 2008).

O objetivo aqui não é dar ênfase ou aprofundar sobre as ficções práticas abordadas por Ricoeur (1979) e sim enfatizar como a **ficção enquanto referência presente nas narrativas e no *Storytelling*** é capaz de redescrever o real e impactar a conduta humana. Entender isso é compreender como se estabelece a performatividade narrativa, ou seja, significa uma “compreensão [que] tem menos do que nunca a ver com o autor e a sua situação. [...]” e, portanto, o que está em questão no processo de interpretação de um texto no nível hermenêutico “não é mais a forma da metáfora (como para a retórica), nem tampouco seu sentido (como para semântica), mas sua referência” que como vimos se fundamenta sobre o imaginário social e suas ficções. (RICOEUR, 1990).

⁵ Aqui é abordada a função positiva da ideologia e da utopia, todavia reconhece-se também que a ideologia e utopia apresentam uma função negativa, ou patológica promovida na imaginação social e que figura a ideologia enquanto distorção e a utopia enquanto loucura. (SANFELICE, 2013).

A performatividade narrativa, isto é, o estabelecimento de que o discurso é e pode direcionar e mobilizar ações, decorre da ideia de que o discurso parte da realidade para que de algum modo volte a ela. Nesse contexto, Ricoeur (2018) repudia a posição de que a linguagem seja um sistema fechado sobre si próprio. Todo discurso possui uma referência ou denotação: remetem para uma realidade extralinguística e podem ser inclusive a causa desta realidade. Além disso, conforme pontua o autor

Todo o discurso efetua-se como acontecimento, mas só se compreende como sentido. Para mais, o discurso, ao contrário da fala remete sempre para o seu locutor e ao mesmo tempo para um mundo e para um outro, um interlocutor. Esta dimensão de acontecimentos, de algo que tem lugar está, como é fácil de entender, diretamente enraizada no mundo da ação e de toda a sua rede conceptual. (RICOEUR, 2018, p. 22).

Nesse sentido, a hermenêutica de Ricoeur se estabelece nos seus embates com a filosofia da linguagem e a fenomenologia, que ele discute e a partir das quais situa sua ontologia hermenêutica como uma “filosofia da ação”. Assim, Ricoeur trabalha esses aspectos a partir do conceito de discurso da ação, em que aprofunda sobre a rede conceitual do discurso caracterizada pela relação entre os conceitos de intenção, ação, motivo e agente. Isso foi trabalhado em menor ou maior grau até aqui, na medida que o objetivo era explicitar a performatividade narrativa.

Quando Ricoeur discute a rede conceitual da ação, ele faz a seguinte pergunta: as consequências longínquas do dizer são ainda obra de alguém? Quando uma ação é narrada e atribuída a alguém, o narrador estabelece um agente da ação, só que uma ação pode se tornar complexa na medida que se separa o agente desta, como a escrita separa o discurso da palavra. Além disso, como vimos, a partir do momento que o falar se torna texto, esse se liberta do psicologismo, se liberta do seu autor e da sua intenção, e aí a preocupação é, no processo interpretativo, o motivo plausível do dizer e as aberturas de mundo que o texto abre e não sua configuração primeira.

Para fechar, posiciono superficialmente que se reconhece também enquanto performatividade narrativa quando a linguagem se situa enquanto ação em si mesma. Isso ocorre a partir da discussão da teoria dos atos de fala e da inserção do dizer em situações sociais específicas que não são necessariamente

o foco desta pesquisa. Aqui poderia citar como exemplo, o dizer “eu aceito” ao casar-me. Portanto, entende-se que a performatividade não decorre apenas do aspecto ficcional da narrativa, todavia o foco deste trabalho é a compreensão dessa questão específica no discurso.

Em sequência, serão abordados o entendimento do que é uma organização, e além disso, será aprofundado a respeito da mimese narrativa ou círculo mimético - processo recursivo de interpretação e recriação da realidade pela linguagem (narrativas) que fundamenta, mesmo que indiretamente, as discussões expostas até aqui.

2.2 Organização como Comunicação e a Mimese Narrativa

Levando em consideração a abordagem onto-epistemológica da tese, direcionamos agora ao questionamento do que é uma organização. Nesta pesquisa, a organização é entendida como uma arena de interação comunicativa e, portanto, posiciona-se que é “a comunicação que cria, gera, sustenta e - constitui - o que consideramos ser a organização e as práticas organizacionais” (VÁSQUEZ; SCHOENEBORN, 2018; SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, p. 476, 2019).

Nesse contexto, ressalto que a comunicação não é caracterizada enquanto transmissão de mensagens, mas sim enquanto um processo recursivo de produção e negociação de significados, os quais estão presentes nas práticas que os agentes engajam. Além disso, é o significado que os indivíduos atribuem à linguagem que faz com que sejam estabelecidas as diferenças entre uma experiência à outras. Por isso, as organizações são resultado das produções e negociações de significado, e em outras palavras, *talked into being*. (SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, 2019).

Esse processo de produção e negociação de significados se estabelece por meio do imaginário social, o qual é pautado sobre as bases de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo, decorrentes “da crença por parte dos membros da comunidade que compartilham suas concepções” (WAGNER, 1979, p. 18). Por isso, esse processo carrega elementos não congruentes com a realidade “material” (RICOEUR, 1991), haja vista de que em um contexto de interação comunicativa,

em que é possível interpretar, negociar significados e produzir explicações, a construção resultante desse processo é ficcional e não necessariamente material, mas ainda assim concreta, na medida em que são efetivamente parte da realidade vivida.

Nesse contexto, antes de aprofundarmos a respeito de como ocorre o processo recursivo de interpretação e recriação da realidade pela linguagem (mimese), é necessário compreendermos *os papéis* que a ficção adquire dentro da área dos estudos organizacionais. Teorizar organizações a partir da ficção apresenta diversas possibilidades, e baseado nisso, a ficção nesta tese é entendida enquanto parte do imaginário social e tudo o que ele carrega, e além disso, a alusão à ficção atravessa o processo de mimese que fundamenta a constituição narrativa, que será endereçado mais adiante.

A ficção enquanto referência do discurso, faz parte do processo de produção e negociação de significados de duas formas, **a primeira enquanto elemento não racionalizado da comunicação**, em vista de que é parte do imaginário social e da forma como os indivíduos fazem sentido sobre o real, **e a segunda forma é quando a ficção estabelece-se enquanto elemento racionalizado do comunicação** na medida que o locutor busca implicar ficcionalidade na narrativa construída e disseminada buscando um direcionamento específico e utilitário ao que é desejado transmitir enquanto real. (WALTON, 1990; CURRIE, 1990).

Savage, Cornelissen & Franck (2018) pontuam que a ficção não é algo novo nos estudos organizacionais, porém a mesma é corriqueiramente utilizada de forma periférica e limitada, o que significa seu uso enquanto recurso metafórico ou figurativo de interpretação e descrição das organizações, como por exemplo a utilização da ficção para explicar e ilustrar a ficcionalização da vida organizacional (COCK, 2000) e o fenômeno organizacional (WHITEMAN; PHILLIPS, 2008).

Por isso, Savage et al. (2018) reiteram a necessidade de considerar a ficção enquanto algo mais central ou até mesmo ontológico para compreensão organizacional. No caso deste trabalho a ficção não é estabelecida enquanto fundamento ontológico, mas ainda vai ao encontro da indicação dos autores, pois não é trabalhada periféricamente ou a partir do seu uso metafórico, mas como parte dessa realidade analisada, por meio do imaginário social e da

concepção de performatividade narrativa. Ainda, dentro do contexto deste trabalho a ficção é vinculada à ontologia ricoeuriana que considera o ser no mundo a partir da relação de existência, ação e linguagem, e como visto esses aspectos passam pela dimensão ficcional na filosofia de Ricoeur. Nesse ponto, destaco que mesmo que Savage *et al.* (2018) tenham apontado a dimensão ficcional e seu caráter ontológico, o trabalho desenvolvido pelos autores não esclarece em que medida ela pode ser assim tomada, e dessa forma, quando situado no projeto filosófico de Ricoeur e na ontologia hermenêutica o papel da ficção, entendo fazer uma importante contribuição.

Entende-se também nesta tese, que quando aludimos uma organização, não há um objeto do qual podemos diretamente apreender pelos nossos sentidos, tampouco conseguimos falar ou pensar em organização sem aludir a ficções, ou figuras abstratas do que uma organização é. Afinal, as organizações são *talked into being*. Portanto, a “falta de experiência incorporada imediata e direta limita nossa habilidade em qualificar e “colorir” um sentido completo do conceito” organização (SAVAGE; CORNELISSEN; FRANCK, 2018, p.976). Por essa razão, são as narrativas estabelecidas pelos processos de interpretação e negociação de sentidos (e que apresentam aspectos ficcionais) que são capazes de moldar e direcionar como as pessoas veem o que é uma organização, o que conseqüentemente direciona e impacta em como estas agem em relação a mesma.

Por hora, observamos como a ficção se faz presente na performatividade narrativa e no entendimento das organizações pelas quais as pessoas agem. Assim, à vista de que são as narrativas compartilhadas que estabelecem um sentido à realidade e ao vivido, é necessário compreendermos como estas são constituídas, isto é, como se dá o processo de recriação e interpretação do real pela linguagem. Ricoeur (1994) tensiona essa questão a partir do que ele chama de círculo mimético ou mimese e, portanto, é pela mimese narrativa que as pessoas são capazes de construir versões criativas da realidade e que podem redescrever o real e conseqüente impactar o mundo da vida, em outras palavras “refazer” a prática ou ação humana (RICOEUR, 1979), no qual diversas ações e práticas são significadas pelo trabalho interno da própria linguagem.

Ricoeur (1994) estabelece que o círculo mimético, ou processo de mediação que configura a “recriação da realidade” pela constituição e construção

narrativa, é estabelecido em três momentos não lineares e nem cíclicos. Mesmo que exista o estabelecimento da mimese em momentos I, II e III, esses momentos se estabelecem como uma espiral, sem fim, sendo, portanto, inter-relacionados, sem ordem específica, no qual seu estabelecimento pode ser simultâneo ou não.

A **mimese I** fundamenta-se sobre a **compreensão prévia de mundo** do qual o indivíduo faz parte, dada que a construção narrativa decorre da percepção do que é real, da ação humana e da pré-compreensão do mundo. A pré-compreensão do mundo, e especificamente da ação, apresenta três traços: i) as estruturas inteligíveis (*conceptual network*), isto é, a maneira como aquele grupo social narra e organiza a narrativa, ou uma tradição narrativa, ii) as formas simbólicas, caracterizadas pelas crenças, valores, questões éticas e morais, ou seja, as ideologias e utopias que fundamentam o imaginário social, e iii) o caráter temporal. No que tange a mimese I, esta engloba os dois primeiros: a compreensão das estruturas inteligíveis e das formas simbólicas, os quais são necessárias preliminarmente à construção narrativa (RICOEUR, 1994).

Se para Ricoeur a narrativa constitui uma imitação ou uma representação da ação, é, portanto, necessário antes de tudo que se consiga identificar a ação humana por seus traços estruturais e seu significado. **Quando a ação pode ser narrada, é porque a ação já estava antes de tudo articulada em signos, regras, normas, e, portanto, é desde sempre, simbolicamente mediatizada, isto é, a linguagem enquanto discurso da ação.** Portanto, tem-se aqui a sustentação do caminho metodológico desta tese, que busca compreender ações e práticas sociais a partir do percurso narrativo. Ademais, a mediação simbólica pode fundamentar uma ação a ponto de constituir sua significação principal, tal como os atos de fala. Subjacente a tal constatação, ao adentrarmos ao contexto organizacional, poderíamos salientar que as imagens de hierarquia presentes no dizer e as ferramentas organizacionais são um exemplo de simbolismos que são a significação principal de determinadas ações organizacionais.

A compreensão desse aspecto é fundamental para aprofundamento de discussão a respeito da performatividade narrativa. Além disso, a mediação simbólica, segundo Ricoeur, incorpora significação à ação e a torna compreensível ao olhar dos atores sociais. Em outras palavras, é a mediação

simbólica que torna a ação legível. Ricoeur (1994) ao abordar na mimese I as configurações pré-narrativas da ação, estabelece que previamente à narrativa ser constituída, que já existe na linguagem uma teia conceitual que apresenta em si potenciais narrativos. Por exemplo, ao dizer que “a empresa Y explora sua mão de obra”, o verbo “explorar” apresenta dentro de si, uma compreensão prévia, uma micronarrativa e, portanto, verbos como “explorar”, “trabalhar”, “planejar”, “controlar” caracterizam previamente ações humanas potenciais e possíveis de se pensar em linguagem. Ricoeur (1994) enfatiza que a possibilidade de exprimir as ações em linguagem é porque inicialmente estas já estavam incluídas na própria linguagem. Em vista disso, o que torna uma narrativa singular pauta-se nas especificidades discursivas que engendrarão sua composição. É por esse motivo que Ricoeur menciona que compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do “fazer” e a tradição cultural da qual procedem as narrativas.

Em resumo, a mimese I pauta-se sobre significados, símbolos, histórias, fragmentos de histórias, ou seja, as experiências de maneira desordenada e a interpretação dessas experiências a partir da nossa visão de mundo. Poderíamos dizer que a mimese I é caracterizada pelas antenarrativas, isto é, pelas histórias ou pedaços de discursos fragmentados que poderão ou não ser incorporados nas narrativas construídas (BOJE, 2001; BOJE, 2011).

O terceiro traço estrutural da pré-compreensão da ação que caracteriza **a Mimese II é a temporalidade**. Ricoeur (1994) argumenta a possibilidade da narrativa em inter-relacionar o tempo vivido - ou acronológico - e o tempo estrutural ou cronológico. Ao conceber o tempo vivido como intrínseco à narrativa, Ricoeur admite que a narrativa é capaz de trazer nela o passado, pela memória, o presente, pela visão e o futuro na medida que aponta expectativas ou uma espera. Como também, ao organizar o tempo em seu âmago, a narrativa torna-o humano. Em outras palavras, a temporalidade se faz presente na narrativa, quando esta extrai o seu sentido ao passo que retrata os aspectos da experiência temporal (RICOEUR, 1994).

Ricoeur (1994) argumenta a respeito da função de mediação da narrativa, na mimese II, por meio de três motivos: i) pela narrativa realizar a mediação entre os acontecimentos e uma história considerada como uma “totalidade”, ou seja, seu potencial de transformar acontecimentos e eventos vividos em uma história;

ii) por compor simultaneamente fatores tão heterogêneos quanto fins, meios, agentes, interações, circunstâncias, resultados inesperados, etc; e iii) por apresentar caracteres temporais próprios, isto é, por combinar proporções variáveis das duas dimensões temporais.

A respeito do terceiro motivo, a narrativa ao abranger simultaneamente o tempo cronológico e não cronológico, ela se apresenta por um lado constituída por acontecimentos (dimensão cronológica) e por outro, apresenta um enredo construído que transforma os acontecimentos em história (dimensão acronológica), e, portanto, em algo significativo. **É na mimese II que o autor constrói e estabelece a narrativa fundamentado sobre a pré-compreensão do vivido**, ou seja, a mimese I. Em suma, conforme estabelecido, a mimese II apresenta como função essencial a mediação entre a compreensão do vivido e a composição da narrativa, enquanto representação da realidade (RICOEUR, 1994).

É na mimese II que existe o encadeamento do enredo no qual os significados, símbolos, eventos, são incorporados e sequenciados, propositalmente ou não, na construção de uma narrativa. É na mimese II que o reino da ficção é aberto e, dessa maneira, a construção narrativa é estabelecida pelo imbricamento de aspectos reais e aspectos ficcionais que surgem do trabalho da imaginação, um trabalho da imaginação governado por regras e que pautado sobre o imaginário social. Assim, é a imaginação sobreposta narrativamente que é responsável por criar uma imagem que represente, por exemplo, uma organização pela qual as pessoas agem. Um exemplo disso são as fachadas organizacionais, as quais nem sempre são correspondentes à realidade, e portanto, se apresentam [intencionalmente ou não] como uma construção ficcional do que aquela organização é ou faz, a qual por sua vez pode ser direcionada à atender uma demanda externa e assegurar legitimidade perante os interessados (ABRAHAMSON; BAUMARD, 2008; CHO; LAINE; ROBERTS; RODRIGUE, 2015).

No que diz respeito à mimese III, seu estabelecimento se dá tanto como ponto de partida quanto de chegada, sendo situada no leitor-consumidor da narrativa construída. É finalmente o leitor que conclui a obra na medida em que, a obra [...] com efeito comporta buracos, lacunas, zonas de indeterminação e

desafia a capacidade de o próprio leitor configurar por si mesma a obra que o autor parece ter um prazer maligno de desfigurar (RICOEUR, 1994, p. 118).

A Mimese III é pautada sobre a refiguração da narrativa pelo ouvinte-leitor que estabelece qual é o “fim narrativo”. É sabido que as narrativas apresentam em sua estrutura início, meio e fim, sendo seu início correspondente ao ato inaugural, o meio é fundamentado pela ação enquanto experiência humana e seu fim pautado sobre o leitor, ou seja, por sua interpretação e recepção e por essa razão **o fim da narrativa não é rígido, mas sim pautado no “limite” imposto por seu leitor e de que forma este toma para si.** (RICOEUR, 1994).

Esse “limite” é pautado no que Ricoeur (1994) aborda como referência. O leitor-receptor irá receber a narrativa a partir de sua própria capacidade de acolhimento e, portanto, pautado sobre seu horizonte de mundo. Além disso, “o que um leitor recebe não é somente o sentido da obra, mas, por meio de seu sentido, sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e em última análise o mundo e sua temporalidade, que ela exhibe diante de si”, ou seja, qual é o mundo que se abre. (RICOEUR, 1994, p. 120). Conforme pontua Savage (2019, p. 12) para Ricoeur “as narrativas não surgem apenas do sentido das palavras que são reunidas e compartilhadas, mas sim de suas referências à uma verdade - a verdade sobre a realidade”, que como vimos a partir do círculo mimético são pautadas sobre o imaginário social, abertas e possíveis de se contestar.

Em síntese, o ato de narrar explicita a experiência humana e, portanto, as narrativas são capazes de descrever ações humanas específicas e abrir mundos possíveis de ação e de concepção do real, como ainda podem mobilizá-lo (RICOEUR, 1994), nesse sentido, situo a performatividade narrativa, haja vista que a constituição e o estabelecimentos de narrativas fazem parte do mundo, e como parte deste apresentam efeitos no mundo real. Ademais, as narrativas também fazem parte da elaboração, influência e negociação de significados.

Com base nisso, retomo a problemática desse trabalho que se desenvolve ao redor do rompimento de uma barragem sob responsabilidade da empresa Vale, cujo objetivo é compreender como se estabelecem os sentidos presentes nas narrativas, constituídas no processo de *sensemaking-sensegiving*, da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise no pós-rompimento da barragem de

Brumadinho levando em consideração as ficções e a performatividade narrativa. Tal interesse surge com base nos resultados encontrados em pesquisa anterior a respeito da Samarco, que foi responsável pelo crime do rompimento na Barragem de Fundão em Mariana – MG, (CENI, RESE, 2020), portanto, de forma análoga posiciona-se que a Vale pós-rompimento irá pautar sua construção discursiva tendo objetivos de comunicação específicos que visam minimizar o impacto do que aconteceu visando a recuperação de imagem organizacional e ao mesmo tempo, irá tentar direcionar cursos de ações e práticas que sejam aderentes à realidade construída por ela discursivamente, da mesma forma que interessados irão também se fazer presente nesse contexto de negociação e influência de significados, confirmando ou contestando isso.

Todos os desdobramentos trabalhados até aqui relacionam-se com o processo de *sensemaking* (fazer sentido) e *sensegiving* (influenciar sentido), afinal, considerando o objetivo deste trabalho que é a análise dos sentidos presentes nas narrativas da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise, a recriação do real narrativamente se situa como meio para que o *sensemaking* e o *sensegiving* se estabeleçam. (WEICK, 1995). E no que tange à performatividade narrativa, ela se concretiza na medida que se abrem mundos possíveis pelo potencial de invenção da ficção. Nesse contexto, Colville, Brown & Pye (2011) já argumentavam que o *sensemaking* corresponde ao balanço entre pensamento e ação, levando em conta que

sensemaking implica em storytelling e o storytelling implica em *sensemaking*. *Sensemaking* [...] é essencialmente um ato de gerar pistas sobre uma estória na forma de um **quadro de referência** que promove a receita: uma receita que serve tanto como **esquema de interpretação** (o sentido da situação) como também serve de **esquema para a ação** (o que deverá ser feito na sequência). (COLVILLE et al., 2011, p. 8)

O processo de *sensemaking-sensegiving* faz parte do contexto de interação comunicativa e situa quadros de referência para ação, afinal promovem interpretação, negociação de significados e produção de explicações que apresenta como resultados o estabelecimento de narrativas que implicam ficcionalidade - a partir do imaginário social e ficções práticas racionalizadas ou não - e que por consequência possuem uma referência vazia no mundo concreto, mas que ainda assim muitas vezes consideradas reais, na medida que são

efetivamente parte do real e mobilizam práticas e ações subsequentes no contexto organizacional vivido, ou seja, um exemplo é: “eu” faço algo, pratico algo e ajo em vista e apenas a partir de uma “justificativa plausível” compartilhada discursivamente. (VAARA et al. 2016).

Sobre esses posicionamentos será abordado em seguida o trabalho de Karl Weick (1995) e uma rediscussão dos processos de *sensemaking* e *sensegiving* ampliando sua compreensão a partir dos posicionamentos ontológico-epistemológicos desta tese, consideração principalmente a ficção e a performatividade narrativa.

2.3 Ficção E Performatividade Narrativa: *Sensemaking* e *Sensegiving* Organizacional

Exegese

- Mas que quer dizer esse poema? – perguntou alarmada a boa senhora.
- E que quer dizer uma nuvem? – retruquei triunfante.
- Uma nuvem? – diz ela. – Uma nuvem umas vezes quer dizer chuva, outras vezes bom tempo...⁶

O que poderiam poemas e nuvens revelar sobre o mundo das organizações? Do ponto de vista positivo da investigação científica talvez muito pouco, mas do ponto de vista da lógica de exposição do argumento da descoberta talvez tenha alguma serventia. Não raras vezes os profissionais das organizações estão frente a conjuntos de dados e informações que precisam ser transformados em conhecimento útil que dê sustentação à tomada de decisão, mas o que significa a desvalorização cambial em x%, por exemplo? Perspectiva de aumento nas exportações ou elevação dos custos de matéria-prima – “umas vezes quer dizer chuva, outras vezes bom tempo...” como de forma poética nos faz refletir Quintana. De toda maneira, mesmo diante de várias perspectivas muitas vezes não conseguimos alcançar todas as dimensões que um poema pode evocar, acabamos por guiar nosso olhar pelas maneiras pretensamente objetivas e práticas que sustentam plausivelmente os cursos de ações que tomamos como gestores. Mas se o mundo das organizações está aberto a

⁶Quintana, M. Canções seguido de Sapato Florido e A Rua dos Cataventos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

significações – como estamos aqui de partida supondo – o que sustenta aquilo de “objetivo e prático”? O que faz, por exemplo, com que o número calculado e defendido como seguro no cotidiano pré-desastre corporativo, seja o mesmo compreendido como resultado de imprudência em momentos imediatamente posteriores a um desastre? São mesmo as organizações o lócus por excelência da racionalidade, imunes à imaginação? Por que uma ferramenta como a matriz BCG pode garantir algum tipo de precisão na decisão a respeito de um portfólio de negócios – qual é o seu lastro de verdade?

O mundo é aberto às significações. São os sistemas simbólicos que fazem e refazem a realidade na qual agimos. Aquilo que gestores sustentam enquanto “objetivo e prático” decorrem, conforme visto na seção anterior, de um processo de negociação de significados pautado sobre o imaginário social, ou seja, pelos horizontes de mundo, que são baseados sobre as arenas de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo. “Escrever um poema, contar uma história, construir uma hipótese, um plano ou uma estratégia: existem diversos contextos de trabalho que promovem uma perspectiva à imaginação, e que permitem-na ser produtiva.” (RICOEUR, 1979, p. 128).

Por isso, esta seção tem como objetivo aprofundar e ampliar a discussão a respeito dos processos de *sensemaking* e *sensegiving*, afinal, observamos que a construção e a negociação de significados constituem como intrínsecos à vida em sociedade, e logo presente nas organizações como parte do *organizing*⁷. Para Weick (1995) o “*sensemaking* envolve transformar as circunstâncias em uma situação que seja compreendida explicitamente em palavras e que servem como suporte para ação” (WEICK, SUTCLIFFE, OBSTFELD, 2005, p. 409) e que pode ser observado ainda mais explicitamente em momentos de ruptura, ambiguidade e incertezas. (MAITLIS, CHRISTIANSON, 2014; WEICK, 1995; SCHILDT, MANTERE, CORNELISSEN, 2019).

Tal suporte para ação não se estabelece apenas pelo sentido e interpretação do que aconteceu a partir do processo de *sensemaking*, por isso esse suporte está antes de tudo sobre a abertura de mundos possíveis presente nessa elaboração de significados. Isso quer dizer que não existe narrativa que

⁷ Weick (1995) ressalta a utilização do gerúndio *organizing*, em contraponto à *organization*, tendo como objetivo esclarecer que as organizações são dinâmicas e /estão em constante processo de transformação.

se pauta exclusivamente em um processo de fazer sentido. Portanto, o *sensemaking* não é apenas sobre interpretar e recriar a realidade, haja vista que ele mesmo também promove explicações a respeito do real e com isso abre possibilidades futuras de ação como vimos anteriormente. Em suma, isso quer dizer que as narrativas ou textos produzidos “fazem sentido” sobre algo, mas também direcionam uma determinada interpretação em relação a outra possível (o *sensegiving*). Entender o imbricamento e essa simultaneidade entre os processos de *sensemaking* e *sensegiving* é fundamental para o entendimento de sua complexidade.

É sabido, claro, que o *sensemaking* pauta-se sobre a interpretação, porém este não se caracteriza apenas enquanto ela mesma, afinal ao extrapolar o interpretativo traz consigo elementos do imaginário social, que são também compartilhados intersubjetivamente e pautam a construção de explicações. O *sensemaking*, mesmo em situações individuais, traz consigo compreensões coletivas e compartilhadas, e englobam, dessa maneira as tipificações e interpretações intersubjetivas do social. Portanto, os indivíduos ao fazerem sentido do mundo real por meio da interpretação e recriação da realidade pelas narrativas, apresentam capacidade e aderência de produzir uma realidade coalescente com o que o imaginário social carrega e que é ficcional. E é essa realidade e os mundos abertos significados discursivamente que suporta a ação e a interação humana.

Levando em conta esses posicionamentos, se torna indispensável compreendermos as sete propriedades do *sensemaking* propostas por Weick (1995): i) a base na construção de identidade; ii) o caráter retrospectivo; iii) a representação (enactment); iv) o contexto social; v) a processualidade; vi) o foco em pistas extraídas e vii) ser dirigido pela plausibilidade ao invés da precisão.

Em relação a primeira propriedade, estabelecer narrativamente o que algo é, significa identificar. Quando Weick (1995) estabelece que o *sensemaking* é a base da construção da identidade, quer dizer que “o que algo é”, é antes de tudo resultado de interpretações e explicações coletivas. Ao trazer isso para o entendimento das organizações, observamos que Weick alude organização a partir do conceito de *organizing*, afinal de contas, o que uma organização é não é algo estático, afinal, a identidade organizacional pode se transformar na medida que a interpretação e os sentidos estabelecidos coletivamente mudam.

Se as organizações são *talked into being*, elas são possíveis de serem continuamente ressignificadas, e isso fica mais explícito especialmente em momentos de ruptura do sentido e que exigem novas negociações de sentido. Isso quer dizer que sua identidade e o que uma organização representa pode mudar na medida que acontecimentos significativos e de ruptura de sentido se estabelecem. Isso fica claro no fenômeno que se deseja analisar aqui, pois a identidade da Vale S.A. é posta em xeque após os acontecimentos e impactos decorrentes do rompimento, e isso é algo que ela precisa lidar.

Dando continuidade, o processo de *sensemaking* fundamenta-se sobre o retrospecto, mas isso não quer dizer que seja apenas sobre o passado. Tal propriedade deriva do pressuposto de que se age no presente, porém é apenas depois de ocorrida a ação essa é reconhecida, que esta é, portanto, significada. (WEICK, 1995). A terceira propriedade coloca que o *sensemaking* é promulgado-performado, ou, conforme termo inglês *enact*. Esta propriedade traduz que o ambiente não é determinante aos sujeitos, mas sim que este é ativamente criado por meio de representações. E mesmo que o *sensemaking* possa ser realizado individualmente, esse nunca será estritamente individual. (WEICK, 1995), conforme demarcado nas linhas acima.

Essa característica é relevante para entendermos o que está por trás dela. Antes de aprofundarmos sobre o *sensemaking*, observamos que o processo de fazer sentido do mundo, não se baseia apenas em fatos e no real “concreto”, afinal, quando essa realidade concreta é transposta narrativamente são imbricados nela aspectos ficcionais e do imaginário social, os quais estarão presentes na elaboração de explicações a respeito de acontecimentos concretos. Isso se traduz pela construção coletiva de versões criativas da realidade e que podem redescrever o real, direcionando determinadas interpretações em relação à outras e conseqüente impactar o mundo da vida, em outras palavras “refazer” a prática ou ação humana (RICOEUR, 1979) e ademais ações e práticas são significadas por um trabalho interno da própria linguagem (performatividade narrativa).

A quarta propriedade aloja-se sobre o social, por isso, mesmo que o processo de *sensemaking* se desenrole individualmente este nunca será de fato solitário, em virtude de que os sujeitos “ao interagirem uns com os outros têm que levar em conta o que cada outro está fazendo ou está próximo de fazer; [...]

alguém tem que ajustar a sua própria linha de atividade de alguma maneira às ações dos outros” (BLUMER, 1995, apud WEICK et al., 2005, p. 40).

Em seguida, a quinta propriedade indica o caráter processual e *ongoing* do *sensemaking*. Weick (1995, p.43) argumenta que o “*sensemaking* nunca começa” e logo se estabelece como algo dinâmico e contínuo. Ademais, a sexta propriedade parte do pressuposto de que o *sensemaking* é orientado e focado por pistas extraídas, definidas como “estruturas familiares e simples, consideradas como “sementes” a partir das quais as pessoas desenvolvem um sentido mais amplo sobre o que pode estar ocorrendo”, em outras palavras, as pessoas a partir de suas referências e horizontes de mundo buscam compreender o que acontece com elas e a seu redor.

Essa propriedade permite aprofundarmos a discussão entre as versões narrativas estabelecimentos e o *sensemaking*. A partir do momento que se assume que o *sensemaking* parte das percepções e referências, fica evidente que os indivíduos ao fazerem sentido do mundo real produzem uma realidade aderente com seu imaginário social e, portanto, baseiam-se não apenas sobre o que aconteceu, mas também sobre as ficções práticas (ideologias e utopias). Nesse contexto, o aspecto ficcional da narrativa apresenta uma referência que tem caráter vazio no mundo “concreto”, e é exatamente por isso figura enquanto um modo “produtivo” da realidade. É também por isso que apresentam o papel performativo, haja vista que reescrevem o real, contestando e mantendo abertas alternativas de vida social. Isso evidencia ainda que todo processo de *sensemaking* transportado narrativamente, é também um processo que influencia sentidos (*sensegiving*) (RICOEUR, 1979; RICOEUR, 1991, p. 12).

Dando continuidade, a última propriedade é a plausibilidade, logo, a construção de significados ocorre por meio da reavaliação e reformulação incessante e dinâmica por parte dos indivíduos, os quais buscam sempre maior coerência, mesmo que isso signifique detrimento da precisão (WEICK, 1995), reafirmando que a negociação de sentido nem sempre se pauta sobre o real “concreto” e apenas fatos, e sim se pautam sobre o imaginário social e a interpretação que é a “mais” plausível coletivamente, nesse sentido, Weick (1995) alude que o *sensemaking* está relacionado aos relatos aceitos e acreditados socialmente.

Como vimos o *sensemaking* não é uma via única e, portanto, não poderíamos deixar de falar de *sensegiving* – processo que busca influenciar significados. No que diz respeito ao processo de influência de sentido, Gioia e Citteri (1991, p. 442) definem o *sensegiving* enquanto um “processo de influência sobre a construção de significados (*sensemaking*) do outro em direção a uma redefinição preferível da realidade organizacional”. Outra definição é a de Rouleau (2005) que argumenta que o *sensegiving* se relaciona com as tentativas de influenciar os resultados da organização, como também é a forma de comunicar mudanças para os outros e ganhar suporte.

Aqui ampliamos a compreensão de *sensegiving* e posicionamos que é esse direcionamento do sentido, simultâneo ao *sensemaking*, que abre possibilidades futuras de ação que faz com que a linguagem performe. Afinal, as narrativas disseminadas coletivamente estabelecem-se não somente enquanto um processo de fazer sentido, todas elas também buscam influenciar um sentido, influenciar uma forma de interpretação e explicação sobre os acontecimentos, e por isso é também capaz de mobilizar a realidade (performatividade narrativa).

Nesse contexto, ressalta-se que tanto o processo de *sensemaking* quanto processo de *sensegiving* se estabelecem pela mimese narrativa, isto é, pelo processo de recriação da realidade pela linguagem, e portanto, a interpretação e recriação do real se estabelecem narrativamente, e essa constituição narrativa é explicada pela mimese - que figura enquanto suporte tanto do processo de *sensemaking* quanto de *sensegiving*.

Isso pode acontecer de duas formas: por uma lado presente na produção e negociação de significados, enquanto elemento não intencional, parte do imaginário social e da forma como os indivíduos fazem sentido sobre o real, como o próprio conceito de organização, e por outro quando o locutor intencionalmente busca implicar ficcionalidade na narrativa construída e disseminada buscando um direcionamento específico ao que se quer transmitir enquanto real, posicionamento evidenciado a partir do argumento de Walton (1990) e Currie (1990).

Como já observado essa segunda situação é comumente inerente aos processos de *sensegiving*, especificamente em situações de ambiguidade ou mudança, e por essa razão, períodos de crise organizacional e/ou de enfrentamento de desastres são episódios que podem gerar a motivação - isto

é, ser um gatilho - para os processos de *sensegiving*. Além disso, em desastres e crimes - como os que levam à morte ou ruína financeira - as organizações às vezes criam construções ficcionais - narrativas - que tentam cobrir seus erros, evitar responsabilidades e culpar outros fatores, fazendo isso muito rapidamente (BUNDY et al., 2016; CORNELISSEN, 2012; WEICK; SUTCLIFFE, 2007; SUTCLIFFE; CHRISTIANSON, 2003). Para fundamentar tal argumento, retomam-se os resultados da pesquisa desenvolvida por Ceni e Rese (2020, p. 286) que averiguaram um acontecimento relacionado, o rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Na pesquisa, as autoras identificaram que inerente ao *strategizing* pós-desastre a empresa utiliza a narrativa como recurso performativo, em um processo de *sensegiving* (que também é de *sensemaking*), no qual as narrativas construídas e disseminadas não apenas agem, como direcionavam cursos de ação por parte dos interessados da organização. As principais considerações são de que “o *sensegiving* se constitui como uma prática estratégica proeminente no *strategizing* de organizações em crise” e que “nesse *sensegiving*, as narrativas se estabelecem como um recurso performativo pela estabilidade e mudança dessas organizações.” Considerando os resultados da pesquisa, observa-se que organização ao engajar no processo de *sensegiving* pós-desastre, apresenta um movimento de construção ficcional e performativa, em que a empresa se posiciona

“como o herói, vítima de uma injustiça: a impossibilidade de voltar a operar. Atribui-se à Samarco o papel de salvador: se consegue voltar a operar, logo leva com ela toda uma comunidade, uma região, um país. Ao mesmo tempo, ao adotar um discurso pautado em uma lógica de causa e efeito, estabelece que se a “injustiça” de impedi-la a voltar a operar permanecer, todo um “efeito dominó” se estabelece, causando prejuízos econômicos de toda ordem” (CENI, 2018, p. 141).

Como vemos, a organização constrói, em meio a enredos contraditórias, sua versão que direciona um entendimento específico a respeito do que aconteceu e que se estabelece enquanto uma construção ficcional circunscrita à sua identidade e seu papel enquanto organização. Na pesquisa, as autoras não discutem sobre como se deu de forma relacionada aos processos de *sensemaking* e *sensegiving*.

Com base nisso, ressalta-se a necessidade de irmos além do pensamento de que o *sensemaking* e o *sensegiving* parte de uma influência de sentido

unilateral e individual e/ou que estes são separados, afinal, o processo de negociação de significados é complexo e se estabelece pela e na relação de todas as partes (organização e interessados), como também ocorrem simultaneamente. Logo, é inevitável a consideração que há uma participação ativa e não neutra por parte dos interessados (aqui representada pela ONG) da Vale S.A no que diz respeito ao que é discernido enquanto realidade (ou do que será a realidade) – isto se traduz pelo entendimento de que o processo de *sensemaking* e *sensegiving* se estabelecem por meio de narrativas que podem contestar ou confirmar a realidade promovida. (ANDRIOF; RAHMAN; WADDOCK; HUSTED, 2002; JOHANSEN; NIELSEN, 2011; REYNOLDS; YUTHAS, 2008). Nesse contexto, os processos de *sensemaking* e o *sensegiving*, enquanto parte de um contexto de interação comunicativa, em que é possível interpretar e negociar significados, se estabelecem por meio de narrativas que implicam ficcionalidade – intencionais ou não – e incongruentes com a realidade material, mas que ainda assim concretas, na medida que são efetivamente parte e mobilizam a realidade organizacional e social vivida. (VAARA et al. 2016).

Em suma, levando em conta os processos de negociação de sentido, existe o entendimento de uma organização pode ser continuamente ressignificada, especialmente em momentos de ruptura do sentido social compartilhado. E é por isso, que intrinsecamente ao fenômeno investigado estão presentes os processos de construção de sentido - *sensemaking* e *sensegiving* e sua relação com as versões narrativas e os sentidos estabelecidos por elas - haja vista que é pelas narrativas que a interpretação - mimese - e representação da realidade se concretiza.

Além disso “as organizações também possuem suas próprias linguagens e seus próprios símbolos, que têm efeitos importantes sobre o *sensemaking*” (WEICK, 1995, p. 3), exatamente por isso, Weick (1995) alude ao termo *organizing* para pontuar o caráter dinâmico e de constante transformação das organizações, que conforme vimos anteriormente, possuem caráter aberto e de possível contestação. O *organizing*, portanto, evidencia que as organizações são compostas por indivíduos envolvidos em processos coletivos de *sensemaking* e *sensegiving* interligados aos eventos organizacionais. Por isso, os sujeitos continuamente reconstróem o ambiente organizacional frente às diversas ambiguidades e incertezas. (WEICK, 1995).

Portanto, é natural que a partir do momento em que uma empresa é vista como responsável por um evento catastrófico, esta necessita gerir o inesperado envolvendo-se em importantes atos de *organizing*, na medida que comumente estabelecerá versões fazem sentido do real e influenciarão um sentido (*sensegiving*), que podem ser estabelecidas para cobrir ou minimizar erros, evitar responsabilidades, culpar outros fatores e performar na medida que podem efetivamente direcionar cursos de ações concretas. (BUNDY et al, 2016; CORNELISSEN, 2012; WEICK, SUTCLIFFE, 2007; SUTCLIFFE; CHRISTIANSON, 2003). E por outro lado, os interessados em relação à organização se envolvem em um processo de sensemaking e *sensegiving* ao aderir ou disputar, contestar ou aceitar, as versões narrativas disseminadas e construídas no processo de *sensemaking e sensegiving* por parte da empresa responsável.

3. O PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo conto narrativamente o percurso metodológico vivenciado para a concretização desta tese. A elaboração de um trabalho de tese é um processo relativamente longo e que exige do pesquisador capacidade de reflexão e abstração que se devolvem ao longo do tempo, e assim, na medida que o trabalho ganha corpo teórico e consistência onto-epistemológica é natural surgirem insights sobre a operacionalização da pesquisa, principalmente sobre as escolhas do que se deve analisar e de que forma analisar. Esse amadurecimento também não existe apenas pelo processo de doutoramento, mas me acompanha desde o mestrado.

Como dito na introdução esta tese surge de questionamentos oriundos do trabalho de dissertação que na época tinha como foco unilateral de pesquisa o processo de *sensegiving* em um caso análogo. Esse recorte fez com que eu entrasse no doutorado tendo consciência que haviam diversas questões sem respostas que surgiram com a dissertação. Dos resultados da pesquisa realizada no mestrado observamos que os atos organizacionais articulados narrativamente pós-desastre tinham o poder de transformar, mobilizar e performar sobre a realidade social, e assim, essa conclusão associada a diversas outras questões originou esta tese.

Ao longo do doutorado debruicei-me sobre o trabalho de Paul Ricoeur, mas foi apenas após a banca de qualificação que pude entender de maneira efetiva como poderia posicionar este trabalho onto-epistemologicamente de forma que se pudesse dar conta de explicar a realidade investigada. Esse desenvolvimento faz parte do processo de pesquisa e do vivenciar da tese, afinal, eu e a minha orientadora (Prof^a Natália Rese) percorremos um caminho que permearam diversas decisões, tentativas e posicionamentos. Algumas destas equivocadas, mas ainda assim necessárias e parte do esforço teórico e reflexivo que contribuiu para a chegada até aqui.

Além disso, não poderia deixar de mencionar o impacto da pandemia na realização desta tese, afinal, nos últimos dois anos estamos vivendo uma realidade nunca antes imaginada e que acabou direcionando algumas das escolhas metodológicas desta pesquisa. Se antes o objetivo era realização da

coleta de dados a partir de uma imersão no campo, no cenário pandêmico isso se tornou inviável.

Com isso em vista, eu e minha orientadora em um processo de amadurecimento não só teórico, mas que levasse em conta a nova realidade dada, a decisão foi a de analisar os sentidos construídos pela Vale e pela ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil, pós-rompimento a partir de dados secundários. Sobre a escolha tanto da Vale quanto da ONG se deram, primeiro porque representam narrativas que partem de interesses divergentes: enquanto a Vale S.A. possui como primazia a reparação da imagem organizacional e da recuperação da sua legitimidade, a ONG, criada especificamente no período pós-rompimento, possui como primazia a busca pela reparação do que denominam como crime ambiental. Assim, se a realidade é elevada pela enunciação narrativa e a performatividade narrativa possibilita a confirmação ou contestação da realidade e sobre o que é o mundo real, a escolha dessas vozes e não de outras tornou-se mais significativa, afinal, poderíamos dizer já de antemão que a Vale busca principalmente a manutenção do status quo e a perpetuação das práticas de mineração, enquanto a ONG promove uma narrativa pautada sobre a mudança e na possibilidade de se fazer diferente na mineração.

Reconhece-se ainda que a realidade é complexa e composta por muitas vozes que coexistem, e que por sua vez apresentam diferentes impactos e alcances, porém dentro desta arena discursiva de interesse da tese essas duas – a Vale e a ONG Gabinete de Crise – são as mais proeminentes. Por um lado, tem-se a responsável direta pela barragem I na Mina de Córrego de Feijão que se rompeu – a Vale S.A – e por outro a ONG Gabinete de Crise que foi constituída especificamente devido à concretização do crime e que representa uma articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos.

3.1 A Coleta dos Dados

A coleta dos dados da Vale se deu em dois atos. Primeiramente foram extraídos documentos que estão presentes no menu “sala de imprensa”. Aqui houve alguns problemas durante a coleta, pois as notícias e os documentos não

aparecem em linha temporal e os campos de buscas são complicados na medida que ao se fazer a busca o próprio site seleciona itens de filtro automaticamente. Isso dificultou o trabalho e a busca de documentos. Por essa razão pode ter algum ou outro documento que acabou ficando de fora. Optei por usar palavras chaves no campo de busca. A primeira palavra usada foi rompimento, não coloquei filtro algum, porém ao buscar o site automaticamente mostrou documentos filtrados a partir de um tipo de documento específico chamado “Apresentações e transcrições”, tirei esse filtro manualmente e após isso apareceu 4 páginas de documentos, press releases e notícias. Coletei esses dados organizando-os cronologicamente em uma tabela no excel. Fiz exatamente o mesmo procedimento ao usar a segunda palavra de busca: “Brumadinho”, dessa vez o site gerou 6 páginas. Cada página da busca corresponde a dez links, nesta duas palavras-chaves a matéria mais recente datou o dia 23 de março de 2021.

A última busca foi com a palavra “Vale” filtrando pelos formatos “press release” e “infográficos” e limitando a busca a partir do dia do rompimento 25 de janeiro de 2019 até o dia 15 de março de 2021. Essa busca gerou 12 páginas, cada uma com dez links. A matéria mais recente da busca com essa palavra chave é do dia 21 de março de 2019. A partir desse primeiro ato, foram extraídas 147 páginas de documentos.

Para além da página de Press releases e Notícias do site foi observado uma área específica que reúne informações a respeito do rompimento. Essa página localiza-se na seção “sobre a Vale” e dentro de “Atualizações Barragens”. O título em destaque é “Reparação e Desenvolvimento”. Diferente da página de notícias geral, aqui é mais intuitivo e organizado, por ela foi possível acessar outra página chamada “confira as últimas notícias sobre a reparação”: na página que se abre é possível acessar as notícias escolhidas pela Vale que vão do dia do rompimento até o dia 01 de junho de 2021. Desta lista de links, as notícias e press releases totalizaram a extração de 290 páginas de documentos coletados. Em vista da problemática desse trabalho optei por utilizar os dados extraídos apenas desta página, cujo foco é o sentido referente ao rompimento e as barragens.

A coleta de dados referente a ONG Gabinete de Crise Sociedade Civil foi realizada pela página do *Facebook*, pois o site da instituição se encontra fora do

ar. Foram extraídos do *Facebook* e organizados em planilha do excel 141 publicações. Durante a coleta observei o compartilhamento de diversas matérias do “Projeto Manuelzão”, a partir disso, descobri que a ONG teve publicações periódicas no site do mesmo, inclusive notícias publicadas apenas parcialmente no *Facebook* apresentam versão completa no site do projeto. A fundação Projeto Manuelzão foi constituída em janeiro de 1997 por uma iniciativa de professores da UFMG cujo objetivo respalda-se sobre “a luta por melhores condições ambientais para promover qualidade de vida, rompendo com a prática predominantemente assistencialista.” Assim, a partir da coleta dos dados do *Facebook* da ONG foi possível perceber que o projeto Manuelzão representa um meio de comunicação. Assim, outra fonte de coleta para ONG foi por meio do site do projeto Manuelzão, por ele fiz uma pesquisa no campo de busca utilizando a palavra rompimento e Gabinete de Crise. Aqui foram extraídos para o excel 44 entradas de dados.

	Dados
1. Site da Vale (http://www.vale.com/brasil/pt/)	290 páginas de documentos (press releases, notícias) extraídas da página chamada “reparação e desenvolvimento”.
2. Página do <i>Facebook</i> Ong Gabinete de Crise – Sociedade Civil (https://www.facebook.com/gabinetedasociedade)	141 publicações e 10 imagens.
3. Site do Projeto Manuelzão (https://manuelzao.ufmg.br/)	44 páginas de documentos cuja autoria remete à ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil

Quadro 1. Fonte de dados
Elaboração própria.

3.2 A análise de conteúdo e a aproximação narrativa

Antes de iniciar a análise a partir do método é natural no decorrer da coleta dos dados uma aproximação e imersão que se pressupõe uma pré-análise. Nesse contexto, pude perceber questões chaves que poderiam direcionar os resultados da pesquisa. Nesse contexto, pude perceber o estabelecimento de relações de poder, tanto por parte da Vale quanto por parte da ONG nos processos de construção e influência de sentido, principalmente no que tange o impacto e o alcance de cada uma dessas vozes. Se por um lado a Vale tem a

possibilidade de optar quais narrativas são construídas ou não pela escolha do que é disseminado em uma página específica a respeito do rompimento, por outro a ONG apresenta site fora do ar e o que resta da sua voz são narrativas fragmentadas em uma página do *Facebook* e um site de um projeto sem relação aparente ou formal. Contudo fica nítido de que ambas representam na realidade as vozes mais proeminentes, mesmo que uma seja significativamente menos “poderosa” que outra. Há claramente uma disputa sobre qual sentido deve ser estabelecido socialmente sobre as ações que já aconteceram ou irão acontecer (performatividade narrativa). E é a partir dessas reflexões que a análise foi iniciada.

Uma primeira etapa da análise foi realizada a partir da análise conteúdo, que de acordo com Saldanã (2011), é baseada na revisão sistemática de textos, imagens e/ou vídeos. Durante a análise foi realizado um esforço para visualizar o significado presente e latente nos dados, visando uma aproximação narrativa na segunda etapa da análise a partir dos direcionamentos de conteúdo. Assim foi optado por utilizar a metodologia proposta Gioia et al. (2013). Toda a análise partiu do compilado dos dados que foram organizados cronologicamente no excel.

Segundo Gehman et al. (2017), Gioia foi pioneiro ao utilizar o método inspirado na *grounded theory* em 1991 ao escrever com Chittipeddi o artigo intitulado “*Sensemaking and Sensegiving in Strategic Chance Initiation*”. Com base nisso, o método de Gioia, presente no artigo que teve mais de 2800 mil citações de acordo com o google scholar, foi aprofundado e explicado no artigo “Seeking Qualitative Rigor in inductive Research: Notes on the Gioia Methodology” de 2013.

A metodologia de Gioia et al. (2013) caracteriza-se como indutiva posicionada pelos autores como método inspirado na *grounded theory*, e argumentam que

an intensive focus on process requires an appreciation of the nature of the social world and how we know (and can know that world). We would argue that the single most profound recognition process implies that we focus more on the means by which organization members go about constructing and understanding their experience and less on the number or frequency of measurable occurrences. (GIOIA ET AL. 2013, p. 16).

Com base nisso, a construção desse método parte do entendimento que a realidade é socialmente construída e de que nós, pesquisadores, conforme pontuam Gioia et al. (2013), somos capazes de encontrar padrões nos dados, e que isso nos permite trazer à tona conceitos e relações, e de que podemos formular esses conceitos em termos teoricamente relevantes. (GIOIA et al. 2013, p. 17). É com esses posicionamentos que uma questão central aludida pelos autores estabelece: Como os pesquisadores promulgam, interpretam e fazem jus aos dados ao mesmo tempo que atendem aos critérios científicos de apresentar tais evidências de forma sistemática?

Com base nisso, a metodologia de Gioia et al. (2013) surge ao redor desta discussão a respeito do rigor na pesquisa qualitativa, e principalmente a busca por uma solução no qual o rigor qualitativo esteja presente na pesquisa indutiva, propiciando ao pesquisador flexibilidade, criatividade e potencial de criar novas ideias e conceitos.

Assim, a metodologia proposta pelos autores é resultado de mais de 20 anos de pesquisa e o principal motivo da escolha desse método para a análise dos dados reside na adequação onto-epistemológica da tese e seus posicionamentos. Esse método garante rigor por meio da transparência e confiabilidade no tratamento dos dados, enquanto permite flexibilidade ao pesquisador para encontrar os resultados.

Consoante, a metodologia escolhida possui legitimidade no campo científico, haja vista que vem sendo utilizada em pesquisas de alto impacto em diversos periódicos internacionais. Esse fato é corroborado em primeiro lugar porque o artigo que expõe este método qualitativo foi publicado por Gioia et al. em uma revista cuja tradição de pesquisas é de base quantitativa, e no próprio artigo dos autores que abordam uma lista de mais de 25 artigos publicados em periódicos como o *Academy of Management Journal*, *Journal of Management Studies*, *Human Relations*, *Organizational Science*, entre outros, em que o método de Gioia et al. (2013) foi utilizado.

Conforme observamos a metodologia de Gioia *et al.* (2013) surge da necessidade de uma sistematização rigorosa para a apresentação das conclusões e conceitos encontrados pelo processo de pesquisa. Assim, o método apresenta algumas etapas, a primeira é chamada de **codificação dos elementos de primeira ordem**, que no caso da tese foi composta por todos os

dados secundários sem desmembrá-los, essa escolha parte da necessidade da aproximação narrativa indispensável para cumprir com os objetivos da tese, e por isso desmembrar as publicações em trechos não seria coerente, pois se perderiam os lastros temporais. Isso seria diferente, caso fossem entrevistas, por exemplo. Nessa primeira fase houve 290 elementos de primeira ordem relacionados a Vale e 151 referentes a ONG.

A segunda etapa do método de Gioia caracteriza-se pela classificação dos elementos de primeira ordem **em temas de segunda ordem**, aqui o número de categorias diminui substancialmente e, portanto, se estabeleceram 15 temas de segunda ordem referentes a Vale e 6 temas de segunda ordem referentes a ONG Gabinete de Crise.

Por fim, também compondo a segunda etapa, situam-se as **dimensões agregadas de análise**, as quais se interrelacionam com um ou mais temas de segunda ordem, por isso, durante o percurso metodológico percebi que a visualização dos temas de segunda ordem e as dimensões agregadas eram recursivas e dinâmicas, e em algumas situações antes visualizar os temas de segunda ordem eu pude visualizar primeiramente as dimensões agregadas.

Levando em consideração que essa análise vai além de categorizar o conteúdo, foi possível através do método e a partir do encontro das dimensões agregadas, a aproximação das narrativas presentes nos dados. Isso apenas se estabeleceu devido ao tratamento dos dados ter sido feito levando em consideração a condição temporal de quando foram publicados os dados ao longo do tempo, e mais do que isso, por englobarem um período de mais de dois anos de comunicação, tanto da Vale quanto da ONG.

Antes de aprofundar sobre a análise de cada uma, posiciono que a partir da próxima seção a tese será estruturada baseando-se nos objetivos específicos e assim em primeiro momento serão descritos os sentidos presentes nas grandes narrativas da Vale que permeiam os processos de *sensemaking* e *sensegiving*, após isso, da ONG, e antes das considerações finais da tese, será apresentada uma seção que estabelecerá exemplos de ficções práticas e as relações entre os sentidos presentes das narrativas da Vale e da ONG.

O esquema, baseado no método de Gioia et al. (2013), que direcionou a análise dos dados da Vale está na figura 1 e dos dados do Gabinete na figura 2 no final de seção. Conforme exposto, as dimensões agregadas situam-se,

portanto, enquanto grandes narrativas que compuseram toda comunicação da empresa desde o momento do rompimento até junho de 2021, data que finalizei a coleta. Foram estabelecidas cinco grandes narrativas, caracterizadas por: i) prestação de contas; ii) ações de reparação do rompimento; iii) ações de reparação de imagem e legitimidade; iv) pandemia, e por fim, v) a instabilidade das barragens. Consoante, no que diz respeito ao Gabinete de Crise – Sociedade Civil, a partir das dimensões agregadas foram estabelecidas três grandes narrativas, caracterizadas por: i) O rompimento da barragem enquanto crime ambiental; ii) As operações de mineração e seus impactos; iii) A atuação social e política da ONG.

Ponto ainda, que cada grande narrativa é sustentada e fundamentada por dimensões de sentidos que surgem a partir dos temas de segunda ordem, e que por sua vez, também compõem enredos diversos que sustentam esses sentidos. Ao englobar um ou mais enredos, as narrativas que compõem cada grande narrativa, se estabelecem sem marcações temporais específicas, sendo fluídas e interrelacionadas ao longo do tempo.

Ressalto que escolha do termo grande narrativa surgiu a partir de um processo reflexivo a respeito dos resultados desta pesquisa durante a análise dos dados. Esse termo que é baseado sobre entendimento das grandes narrativas modernas, é definido por Bernstein (1991). Segundo o autor as grandes narrativas são discursos de segunda ordem que se estabelecem para serem articuladas e legitimadas pelo discurso institucionalizado, isto é, por práticas ou narrativas concretas de primeira ordem. Além disso, uma grande narrativa faz referência aos discursos socialmente compartilhados e que compõem o imaginário social.

Bernstein (1991) pontua que as grandes narrativas não podem ser confirmadas empiricamente, afinal, “são uma das formas centrais pelas quais o imaginário social é instituído e manifestado; as grandes narrativas são ‘grandiosas’ porque o que narram é obra do próprio imaginário social.” (BERNSTEIN, 1991, p. 115).

Por essa razão que as grandes narrativas são tidas como plausíveis, porque mesmo trazendo na sua constituição elementos incongruentes com o real, estas muitas vezes não são questionadas e podem ser inclusive tidas enquanto *taken for granted*, pois no seu cerne carregam as arenas de

significados que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo, ou seja, tipificações e interpretações pautadas sobre o imaginário social. Como pode ser observado, o entendimento de grande narrativa figurará como central nos resultados desta tese. Esses desdobramentos serão abordados na seção que trabalharei performatividade narrativa e ficção antes das considerações finais.

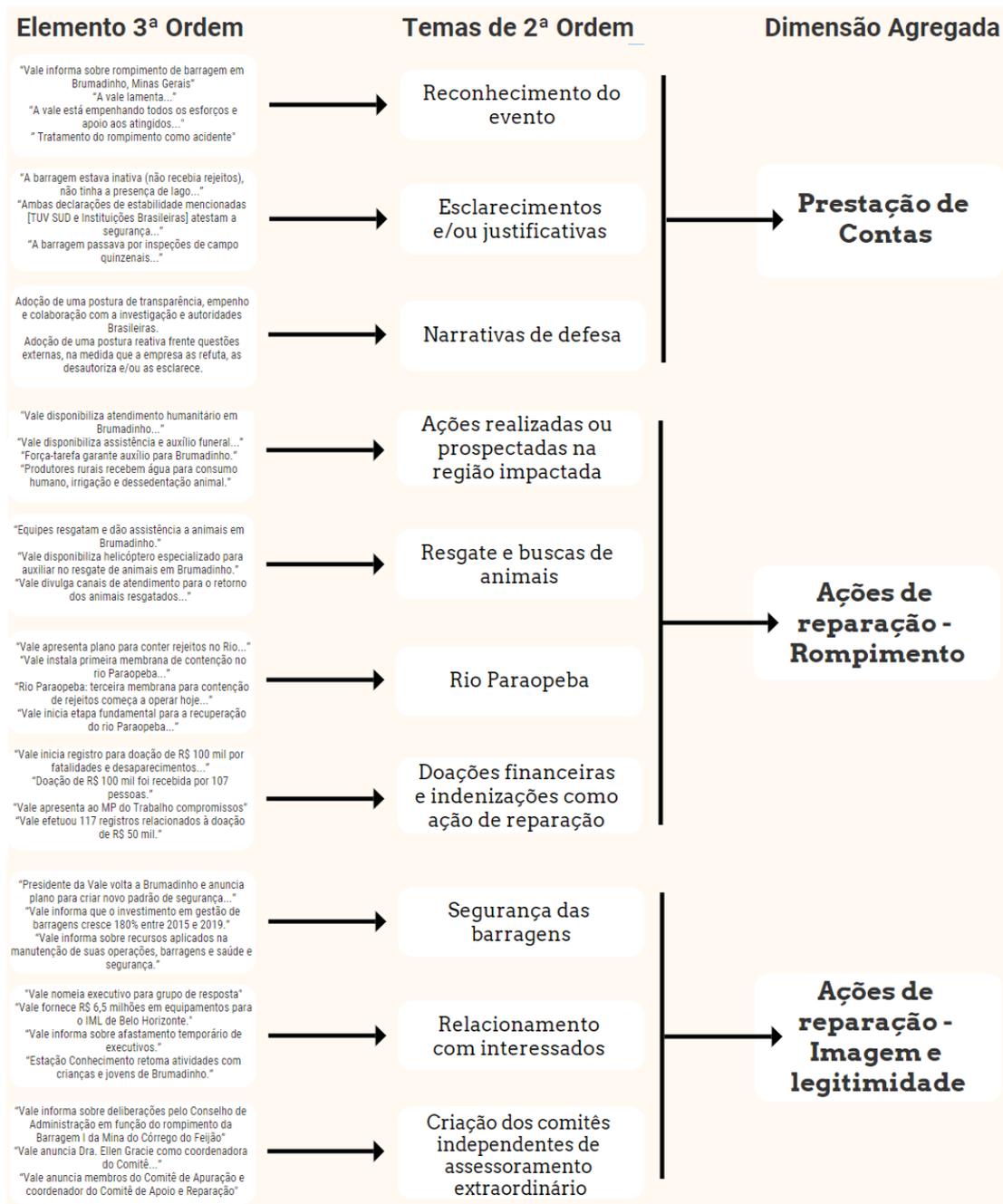


FIGURA 1. Análise de dados da Vale
Elaboração própria com base no método de Gioia et al. (2013)

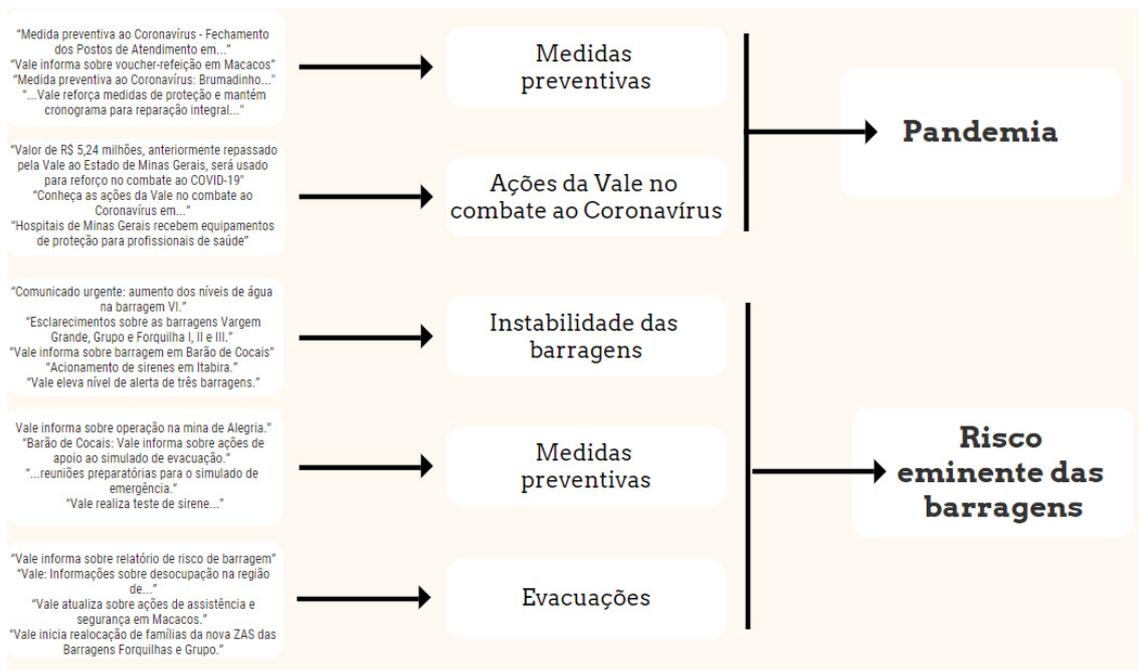


FIGURA 1 (continuação). Análise de dados da Vale
 Elaboração própria com base no método de Gioia et al. 2013).

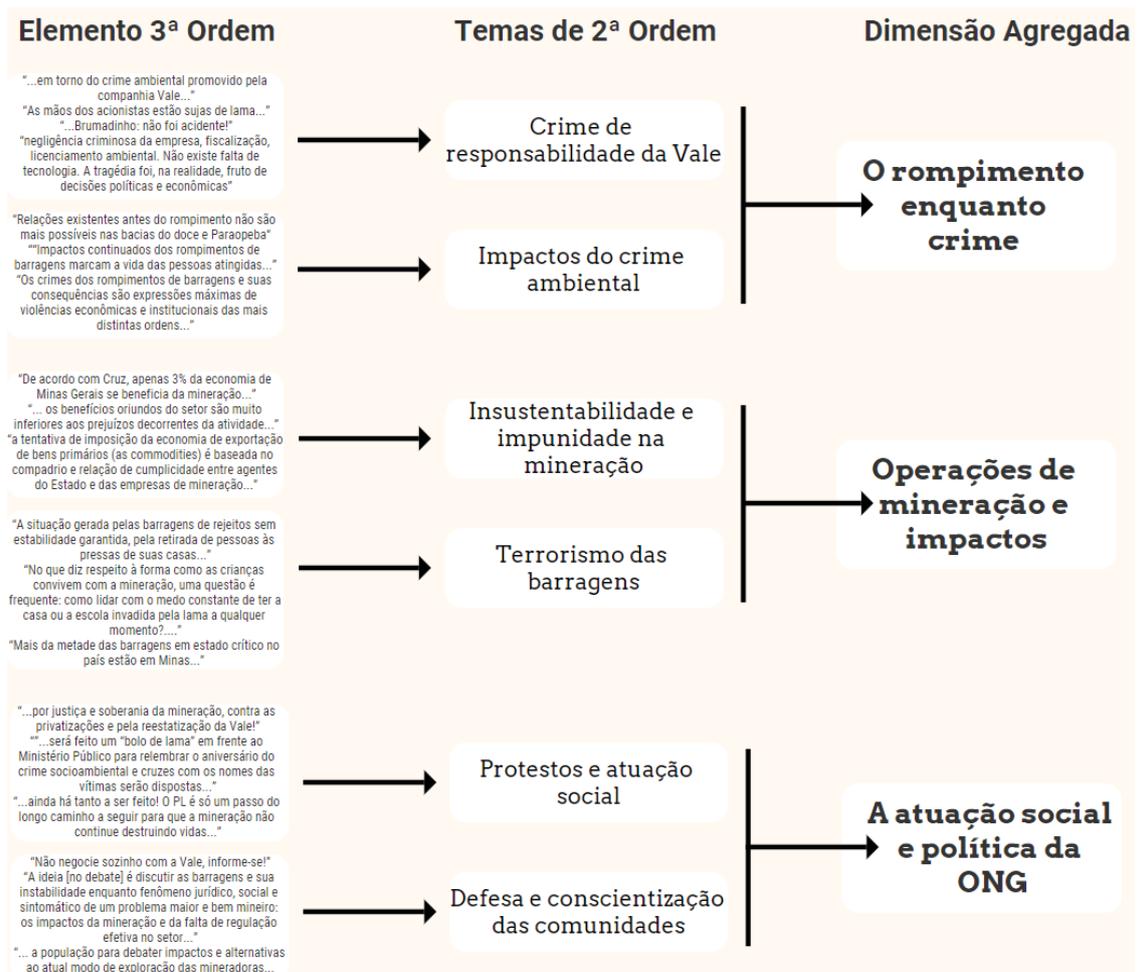


FIGURA 2. Análise de dados do Gabinete de Crise – Sociedade Civil
 Elaboração própria com base no método de Gioia et al. 2013.

4. A VALE S.A

A Vale S.A. é uma mineradora multinacional brasileira que além de atuar em setores como logística, energia e siderúrgica, se estabelece enquanto uma das maiores mineradoras do mundo atuando como produtora de minério de ferro, pelotas e níquel. Foi criada em 1942 por meio do decreto-lei 4.352/42 assinado pelo presidente da época Getúlio Vargas para exploração de minas de ferro na região de Itabira em Minas Gerais, e por isso, foi até 2007 conhecida como a estatal Companhia Vale do Rio Doce, sendo atualmente uma empresa privada de capital aberto. (VALE, 2021).

A empresa passou para o setor privado no final do século XX. Essa mudança foi idealizada a partir do Programa Nacional de Desestatização iniciado no Governo de Fernando Collor, no início dos anos 90. De acordo com Aguiar (2019) esse período foi caracterizado por um programa de demissão em massa e de investimentos cada vez maiores no setor de produção. Abrindo novas negociações, a mineradora adquiriu autonomia em relação ao governo Brasileiro alcançando nessa época maior internacionalização da marca, sendo que os acordos eram pautados sobre a possível nova estrutura de gestão da Vale S.A.. (NASCIMENTO, 2020).

Em consequência da desestatização, houve a mudança de nome que segundo a Vale (2012) tinha como propósito a adaptação frente as mudanças do mercado e da globalização, simultaneamente acarretando na mudança da imagem corporativa, principalmente aos interessados internacionais. Para tornar o processo de expansão mais sólido a empresa investiu em estratégias de relações públicas e constituiu a fundação Vale. A fundação visava atender as necessidades de órgãos interessados, nacionais e internacionais, e para isso usava da identidade local para criar relacionamento com a comunidade da empresa, afinal, “saber incorporar a cultura local e seus métodos de atuação” era fundamental para expansão. (VALE, 2012, p. 334).

Mesmo com a constituição da Fundação Vale, que apresentava enquanto objetivo “contribuir para o desenvolvimento integrado-econômico, ambiental e social [...] articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais” (FUNDAÇÃO VALE, 2010, p. 4) e a adesão ao Projeto Vale Florestar, entre

outros acordos de proteção ao meio ambiente, a Vale se viu ao longo dos anos 2000 submersa em ações judiciais decorrentes dos seus impactos ambientais, que incluem de forma mais recente o rompimento na barragem do Fundão em Mariana em 2015, e o na Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho ocorrido em 2019. (VALE, 2012, p. 381).

É sabido que as operações decorrentes da mineração, da construção de minas e barragens se relacionam com vários impactos negativos, todavia este setor corresponde a uma grande parcela de receita para o país. (ALMINO, VERDES E FERNANDES, 2014). Podemos ressaltar por exemplo, que segundo notícia da revista Exame a Vale apareceu sete vezes entre os vinte maiores lucros trimestrais da história do mercado brasileiro, apenas atrás da Petrobrás que apareceu nove. Das sete vezes que aparece, uma é do terceiro semestre de 2020, pós-rompimento da barragem em Brumadinho. (EXAME, 2021).

Esses resultados não podem ser vistos separados do impacto que causam. Segundo Almiro et al (2014) a mineração ceifa substancialmente o meio físico, isto é, promove erosões, desmatamentos, alterações do solo e da paisagem, da água, da fauna e da flora. Além disso, causam mudanças que circunscrevem o modo de viver e qualidade de vida dos povos que vivem próximos às áreas de mineração.

Todo impacto negativo e os problemas decorrentes das operações de mineração são levados em conta pelas empresas que buscam propor ações mitigadoras. Isso se deu principalmente após os anos 90 quando o rigor relacionado com a legislação ambiental e social aumentou. Entretanto, as ações e práticas mitigadoras frequentemente se estabelecem “apenas” enquanto discursos, conforme Araujo, Olivieri e Fernandes (2014, p. 5) pontuam que

[...] mesmo empresas que adequaram seus processos de gestão [...] e que divulgam uma imagem mercadológica de socialmente responsáveis, não raro continuam a poluir o meio ambiente e a causar impactos negativos nas comunidades onde estão instaladas.

Eventos emblemáticos que mostram o impacto negativo da mineração e especialmente quando se fala da Vale S.A., logo vem ao pensamento o rompimento na Mina de Córrego do feijão, e portanto, é a partir desse panorama da empresa e suas operações que o foco agora se direcionará sobre o rompimento ocorrido em Brumadinho, no dia 25 de janeiro de 2019 e que foi um

episódio que trouxe junto dele - e na conta da Vale S.A. - centenas de pessoas mortas soterradas por uma avalanche de lama, sem contar os impactos ambientais, socioeconômicos, problemas de saúde, doenças e dengue na região.

4.1 O rompimento da Barragem na Mina de Córrego do Feijão e seus impactos

E as sirenes não tocaram...

A menos de 200 km do local que havia ocorrido em 2015 “o maior desastre socioambiental do Brasil e um dos maiores relacionados à mineração no mundo”⁸ (MODENA, HELLER, 2016, p. 22) se rompe a barragem na Mina de Córrego do Feijão no dia 25 de janeiro, por volta das 12h28min em Brumadinho, Minas Gerais. Na mineração existem diferentes tipos de barragens utilizadas, são estruturas que servem como reservatório de contenção e acúmulo de líquidos ou misturas de líquidos com sólidos oriundos do processo de mineração. No Brasil há dois tipos principais: as do método à montante e as do método jusante. A Vale utilizou o método conhecido como à montante, tanto na barragem de Mariana, quando na Mina de Córrego do Feijão, e o que isso pode nos dizer? (COSTA, BARBOSA, BASTOS, OLIVEIRA, 2020).

Esse método, conforme entrevista com o geólogo e professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) Eduardo Marques, “é a forma mais comum porque é **mais barata** para se construir e **mais rápida de se licenciar**, já que ocupa menos espaço da bacia hidrográfica; mas **é também a mais perigosa e com maior risco**, por isso países com características similares ao do Brasil não a usam ou estão a proibindo.” (ODILLA, 2019).

O alteamento à montante significa que a própria barragem é feita pela compactação do próprio rejeito, e logo, necessita manutenção e monitoramento contínuo para evitar erosão. Questão muitas vezes negligenciada por parte das mineradoras. A barragem situada Brumadinho foi construída em 1976 e apresentava na data do rompimento um volume de rejeitos de 12 milhões de metros cúbicos. Desativada em 2015, a Vale S.A. logo após formalizou um

⁸ Alusão ao rompimento na barragem de fundão em Mariana, ocorrido em 2015. Este rompimento é ligado a empresa Samarco, porém, a responsabilidade operacional recai sobre a Vale S.A.

processo administrativo para obtenção de uma **Licença Prévia**, concomitante à **Licença de Instalação**, para expansão da Mina de Córrego do Feijão **mesmo com mobilização popular contrária**. Ao final de 2018, a Câmara de atividades minerárias dá continuidade com o processo de licenciamento, que é aprovado no dia 11 de dezembro de 2018, aproximadamente dois meses e meio antes do rompimento. (PEREIRA, FREITAS, GUIMARÃES, MÂNGIA, 2019).

Aliado a este contexto, Almeida, Jackson Filho e Vilela (2019) frisam que a Vale S.A. entre o período de 2014 a 2017 manteve uma estratégia agressiva para maximizar retornos aos acionistas, o que significou redução nos valores para manutenção e reparação das operações. Ainda, os autores argumentam que as estratégias discursivas foram bem-sucedidas na perspectiva de valor de mercado: entre o rompimento de 2015 até o rompimento de 2019 a Vale S.A. passou a valer de R\$ 77 bilhões para R\$ 297 bilhões no mercado de capitais brasileiro (PEREIRA DOS SANTOS, 2019). Outra prática da empresa foi o de influenciar a produção legislativa, o que gerou a simplificação do processo de licenciamento ambiental, diminuindo o número de etapas e prazo, e isso foi aplicado no caso da Mina de Córrego do Feijão.

Como podemos ver, o caso vai muito além de um erro técnico e, portanto, o rompimento ocorrido em Brumadinho está relacionado à diversos fatores políticos, organizacionais e tecnológicos que pautaram relações e práticas prévias ao rompimento, seja em nome da empresa ou de instituições relacionadas. (ALMEIDA et al. 2019). Além disso, Pereira et al. (2019, p.2) pontuam que

A localização definida para a construção do Centro Administrativo da empresa, à jusante das barragens de disposição de rejeitos do complexo minerário e a tecnologia escolhida, somando-se à desconsideração dos riscos de ruptura identificados, explicam a magnitude do desastre no que se refere às perdas humanas e ambientais. Além das centenas de mortos(as) e desaparecidos(as), há as imprevisíveis consequências para os ecossistemas, que só serão compreendidas e dimensionadas ao longo do tempo.

Após o rompimento em Mariana ocorrido em 2015, um decreto previsto na lei Mar de Lama Nunca Mais, passou a determinar a instalação de sirenes em regiões de barragens. Porém, após ocorrência do rompimento em Brumadinho, a sirene que deveria tocar, não tocou, pois foi engolida pela lama. (G1, 2019).

E assim, sem nenhum aviso e nem tempo de resposta, com o rompimento 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério e lama destruíram aproximadamente 270 hectares que incluem 133,27 hectares de vegetação nativa de mata atlântica e 70,65 hectares de Áreas de Preservação Permanente (IBAMA, 2019). Desde Brumadinho até três Marias, região do rio São Francisco, os rejeitos e a lama tóxica se espalham ao longo do Rio Paraopeba: foram pelo menos 1.165.667 pessoas atingidas (SILVA, FREITAS, XAVIER, ROMÃO, 2020).

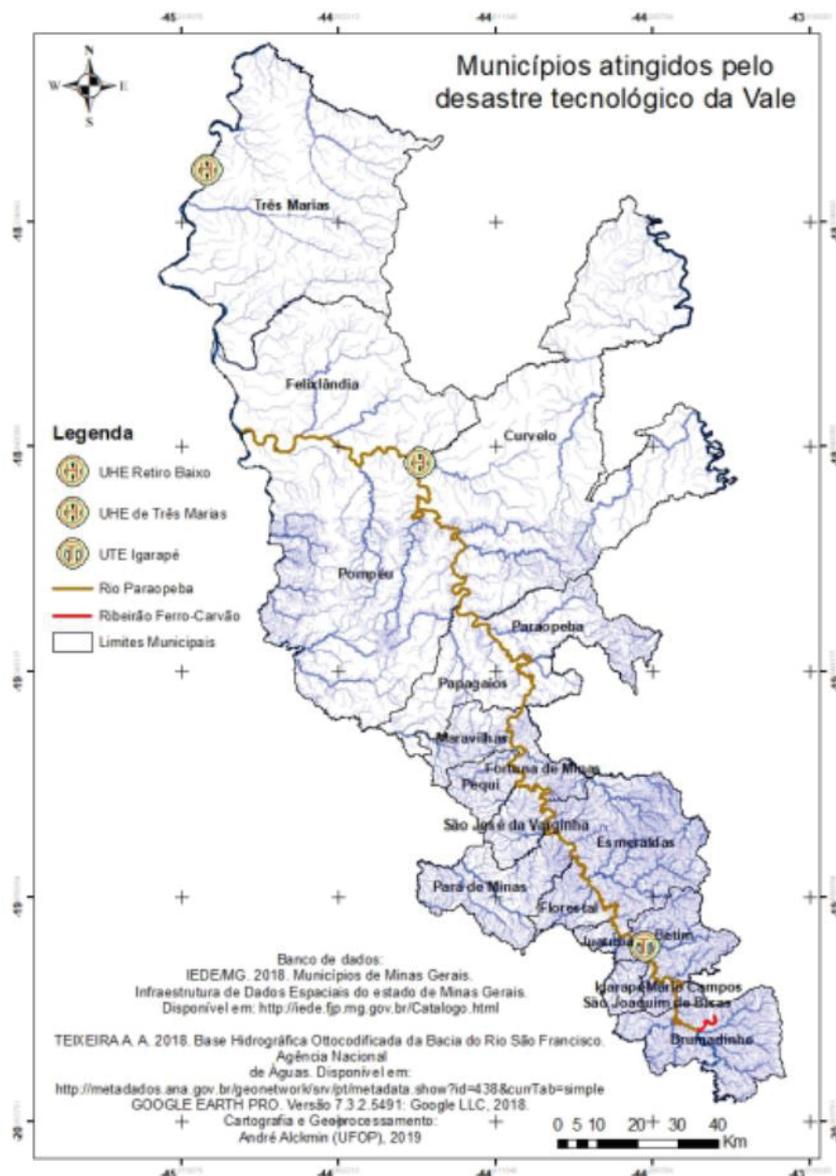


Figura 3. Municípios atingidos na bacia do Rio Paraopeba
Fonte: Pereira et al. (2019).

Hoje, pouco mais de dois anos depois são contabilizados mais de 270 mortes incluindo duas gestantes e 11 seguem desaparecidos. Dentre os mortos moradores do entorno e funcionários da empresa que se encontravam no refeitório e na área administrativa - figura 4- quando a lama soterrou o complexo, sendo 127 trabalhadores diretos da Vale e os outros 118 terceirizados da empresa. (SANTOS, 2019; SILVA et al. 2020).



Figura 4. Localização do Centro Administrativo da Vale
Fonte: Pereira et al. (2019)

Com o rompimento se estabeleceram diversos impactos ambientais, socioeconômicos, problemas de saúde, doenças e dengue na região. Impactos que apresentam consequência ao longo prazo, principalmente em áreas de influência do Rio Paraopeba. Segundo relatório da Fundação Oswaldo Cruz, o rio servia de captação de água que abastecia parte da região metropolitana de Belo Horizonte e as cidades de Caetanópolis, Paraopeba e Pará de Minas. Além disso, outros municípios foram afetados pela degradação da água: Betim, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Curvelo, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Igarapé, Inhaúma, Juatuba, Maravilhas, Mário Campos, Mateus Leme, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi, Pompéu, São Joaquim de Bicas e São José da Varginha. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2019).

Outras localidades e comunidades ribeirinhas também usufruíam do rio para irrigação, pesca, lazer e abastecimento de água, como os indígenas Pataxós. Logo após o rompimento a contaminação dos rios era possível de ser observada a olho nu pelo aumento significativo de turbidez das águas e pelo material em suspensão que causou a morte imediata dos peixes e inviabilização

do seu consumo. Com isso toda essa região ficou à deriva da transmissão de esquistossomose, fato decorrente das alterações ecológicas geradas pelo crime. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2019).

Isso é comprovado pelo instituto SOS Mata Atlântica que verificou os índices de qualidade da água no trecho impactado, foram analisados 12 pontos, dos quais nove a água estava com qualidade ruim. Outro parâmetro foi o de cobre que registrou valores 600 vezes maiores que o permitido, além de níveis elevados de cromo, ferro e manganês. É visto que o rompimento causou severos danos ambientais com prejuízos incalculáveis e de difícil reversão ao longo de toda bacia do Rio Paraopeba, sendo afetados recursos hídricos, a fauna e a flora, o ar, o solo, sem contar com o patrimônio cultural - material e imaterial - da região. (SILVA, FREITAS, XAVIER, ROMÃO, 2019).

Sobre os impactos socioeconômicos, no que se refere a economia local do campo e de Brumadinho os prejuízos são relacionados à arrecadação, geração de renda, postos de trabalho e impactos significados sobre a agricultura local e principalmente para os pequenos proprietários. De acordo com Milanez (2019) na agricultura as perdas foram muito além do maquinário e da depreciação do valor imobiliário, haja vista que a região tinha vocação para produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, sendo que dos 443 estabelecimentos, 71% declaravam não utilizar agrotóxicos.

Por fim, outros impactos se relacionam com os problemas de saúde e doenças, que conforme aponta o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde houve aumento no número de manifestações clínicas ao longo de todo primeiro ano pós-rompimento, principalmente devido à qualidade da água consumida. Em relação aos transtornos psicossociais, houve aumento de 80% no consumo de ansiolíticos e 60% de antidepressivos pela população de Brumadinho. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, 2019).

Como exposto, podemos observar que falar sobre o rompimento não significa apenas aludir a um evento específico ocorrido apenas em janeiro de 2019, afinal, estabelecem-se impactos cujo prazo pra recuperação e mitigação é incalculável e até mesmo irreversíveis. Portanto, a responsabilização é necessária, exatamente por isso, temos após o crime a constituição da ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil, que representa uma articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos cujo o objetivo é o

“reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela Companhia Vale, no município de Brumadinho e em toda a bacia do Paraopeba, na data de 25 de janeiro de 2019, não se esquecendo do rompimento de Fundão em Mariana na Bacia do Rio doce.” (GABINETE DE CRISE, 2019).

5. OS SENTIDOS PRESENTES NAS NARRATIVAS DA VALE S.A. PÓS-ROMPIMENTO

Em primeiro momento situo duas questões de reflexão para a leitura subsequente da análise dos dados:

1. O rompimento na Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho não foi o primeiro a acontecer, antes dele ocorreu o rompimento na barragem de Fundão em Mariana, assim, mesmo que até hoje a responsabilidade discursiva deste evento recaia sobre a empresa Samarco, sua a responsabilidade operacional recai sobre a Vale. Refletir sobre esse aspecto pode ser frutífero quando adentrarmos nas narrativas constituídas e nos sentidos estabelecidos pela empresa, afinal, o teor dado a narrativa parte também desse contexto. Além disso, um questionamento que me atravessou durante toda a análise foi: Os sentidos construídos e negociados por parte da Vale partem de uma naturalização de eventos como este?

2. O site da empresa apresenta uma página cujo título é “reparação e desenvolvimento” promovida com o intuito de divulgar as ações e as notícias relacionadas as barragens e ao rompimento de Brumadinho. Portanto, é possível acessar uma lista de notícias e *press releases* escolhidos e organizados sequencialmente do dia do rompimento até hoje pela Vale. Dessa forma, surge enquanto questionamento: “Reparação e desenvolvimento” para quem? Para o que?

Conforme exposto no percurso metodológico, as dimensões agregadas situam-se, portanto, enquanto grandes narrativas que compõem toda comunicação da empresa desde o momento do rompimento até junho de 2021, data que finalizei a coleta. Foram estabelecidas cinco grandes narrativas, caracterizadas por: i) prestação de contas; ii) ações de reparação rompimento; iii) ações de reparação imagem e legitimidade; iv) pandemia, e por fim, v) a instabilidade das barragens. Relembrando que cada grande narrativa é sustentada e fundamentada por sentidos que surgem a partir dos temas de segunda ordem, e que por sua vez, também são compostos por enredos diversos que os sustentam. Ao englobar um ou mais enredo, os sentidos que compõem

cada grande narrativa, se estabelecem sem marcações temporais específicas e, portanto, são fluídos e interrelacionados ao longo do tempo.

Além disso, os sentidos presentes nas grandes narrativas disseminadas pela comunicação da empresa configuram-se a partir dos processos de *sensemaking* e *sensegiving*, e, dessa forma, fazem parte do contexto de interação comunicativa e servem de suporte e quadro de referência para ação. O quadro de referência para ação não se estabelece apenas pelo sentido e interpretação do que acontece, é configurado para além do processo de *sensemaking*, sendo dessa forma, simultâneo e recursivo ao processo de *sensegiving* na medida que direciona sentidos para abertura de mundos possíveis (não necessariamente concretos). Todas as narrativas que compõem a comunicação da Vale ao fazerem sentido sobre aquilo que aconteceu direcionam uma determinada interpretação, a qual, por sua vez pautará suas ações e a uma possível ação, inação ou resposta de seus interessados.

Com base nesses aspectos, nesta seção o objetivo é a análise dos sentidos presentes, nas narrativas da VALE S.A., que permeiam o processo de *sensemaking* e *sensegiving*. Por isso, nessa primeira parte da análise ainda não serão abordados a respeito da ficção e da performatividade narrativa. Essa discussão teórica específica será trazida antes das considerações finais em seção a parte.

5.1 “Nosso compromisso: reparar os danos e prestar contas à sociedade”

A grande narrativa prestação de contas inicia logo que ocorrido o rompimento. Enquanto um processo simultâneo de *sensemaking* e *sensegiving* que abrangem os sentidos relacionados ao i) reconhecimento do evento, e sua continuidade se dá pelo posicionamento da empresa em ii) esclarecer e justificar o evento e na aderência de iii) narrativas de defesa.

Dessa maneira, a narrativa de prestação de contas se desdobra nessas três dimensões de sentido, mas que ainda apresenta enquanto central a influência de sentido (um *sensegiving*) que afasta a responsabilidade da Vale em relação ao rompimento e suas causas. Além disso, ao se justificar e evidenciar que as possíveis causas do rompimento fogem do seu controle, implicitamente, o que fica é de que a culpa não é efetivamente dela. Além disso, a construção

de sentido (*sensemaking*) em relação ao rompimento, parte de uma naturalização de eventos como este, na medida que o risco iminente das barragens é aludido como parte inerente de operações desta natureza, e que, mesmo assim, o negócio é vantajoso e vale a pena - para o nós e o nosso país.

5.1.1 A barragem na Mina de Córrego do Feijão rompeu, e agora?

No dia 25 de janeiro de 2019 a empresa informa a situação para todos os interessados: pontua a ocorrência do rompimento na Mina de Córrego de feijão sem reconhecer quais foram os impactos decorrentes e enfatiza dizendo que “lamenta profundamente o acidente e está empenhando todos os esforços no socorro e apoio aos atingidos”. (VALE, 2019a). Assim, o reconhecimento do evento se faz presente na narrativa de prestação de contas nos primeiros dias pós-rompimento, ou como chama a Vale, do acidente, e é dessa maneira que a empresa situa o acontecimento sem confirmar vítimas ou danos e reafirma que continuará fornecendo informações.

Ao frisar nos diversos pronunciamentos que a prioridade máxima da empresa é “apoiar os regastes para ajudar a preservar e proteger a vida de empregados, próprios e terceiros, e das comunidades locais”, a Vale apresenta uma postura prestativa e de contenção de danos, mas ao mesmo tempo já começa afastar a sua responsabilidade perante o evento, principalmente quando alude o mesmo como um acidente.

5.1.2 Somos nós... realmente os culpados?

Antes, vimos que inerente aos processos de construção e negociação de sentido está a plausibilidade ao invés da precisão, aponto isso, pois essa característica é evidenciada nos processos de *sensemaking* e *sensegiving* da Vale, a qual aqui, ao esclarecer e justificar o rompimento, estabelece a abertura para um mundo narrativo que a afasta e a desvincula da responsabilidade frente rompimento na Mina de Córrego do Feijão.

A barragem estava inativa (não recebia rejeitos), não tinha a presença de lago e não existia nenhum outro tipo de atividade operacional em andamento. No momento, encontrava-se em desenvolvimento o projeto de descomissionamento da mesma. (VALE, 2019b).

Ambas declarações de estabilidade mencionadas [TUV SUD e Instituições Brasileiras] atestam a segurança física e hidráulica da barragem. (VALE, 2019b).

A barragem passava por inspeções de campo quinzenais, todas reportadas à ANM (Agência Nacional de Mineração) através do SIGBM (Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração). Sendo que a última inspeção cadastrada no sistema da ANM foi executada em 21/12/18. Adicionalmente, a mesma passou por inspeções em 08/01/19 e 22/01/19, com registro no sistema de monitoramento da Vale. O cadastramento da inspeção na ANM, conforme legislação, deve ser executado até o final da quinzena seguinte. Todas estas inspeções não detectaram nenhuma alteração no estado de conservação da estrutura. (VALE, 2019b).

Como pode ser visto nos esclarecimentos acima, o objetivo da empresa foi o de se afastar e o de se desvincular da responsabilidade frente ao evento e logo justificar a partir desse mundo narrativo aberto, quaisquer que foram os motivos e ações que causaram o rompimento na Mina de Córrego do feijão.

Os trechos acima foram publicados no mesmo dia que aconteceu o rompimento, na publicação chamada “Esclarecimentos sobre a barragem I da Mina de Córrego do Feijão”. Esse texto em especial é emblemático, pois representa de forma ampla o sentido construído e direcionado no processo de *sensemaking* e *sensegiving* da Vale por essa grande narrativa como um todo. Inclusive essa matéria é replicada para publicação algumas vezes nas semanas seguintes ao rompimento com poucas mudanças no texto.

Em suma, os esclarecimentos disseminados além de afastar a culpa da Vale, situam que o rompimento é um acidente “inesperado”, comum a esse tipo de negócio e que dessa maneira a Vale estava simplesmente à mercê disso e que apesar de ocorrido esta seguia todas as normas e legislações necessárias para suas operações.

5.1.3 “Nós somos os maiores interessados no esclarecimento das causas do rompimento”

Como parte da grande narrativa de prestação de contas, a Vale estabelece uma comunicação de defesa que se desdobra em dois enredos divergentes: por um lado, ela evidencia a i) adoção de uma postura de transparência, empenho e colaboração com a investigação e autoridades Brasileiras; e por outro adota ii) uma postura reativa frente as diversas questões

que chegam até ela, na medida que a empresa as refuta, as desautoriza e/ou as esclarece. No primeiro enredo observado, observa-se principalmente o estabelecimento de um *sensegiving*, enquanto no segundo enredo sobressalta-se um processo de *sensemaking*, cujo gatilho pauta-se sobre pressões externas a ela.

A respeito da postura de transparência, empenho e colaboração, isso pode ser exemplificada por uma notícia publicada no dia seguinte ao rompimento cujo título é “Vale apresenta comunicado a órgãos públicos e reforça compromisso com levantamento e compartilhamento de informações” no qual a empresa afirma que

em conformidade com sua diretriz institucional de absoluta transparência, apresentou ao ministério [...] um comunicado formal de que está empreendendo todos os seus melhores e maiores esforços, em caráter de máxima urgência, no sentido de levantar todas as informações possíveis sobre o acidente e que as compartilhará com toda brevidade ao seu alcance. (VALE, 2019c).

e além disso,

vem colaborando proativamente e da forma mais célere possível com todas as autoridades que investigam as causas do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. Como maior interessada no esclarecimento das causas desse rompimento, além de materiais apreendidos, a Vale entregou voluntariamente documentos e e-mails, no segundo dia útil após o evento, para procuradores da República e delegado da Polícia Federal. A companhia se absterá de fazer comentários sobre particularidades das investigações de forma a preservar a apuração dos fatos pelas autoridades. (VALE, 2019d).

Como podemos ver, para além da postura explícita de uma empresa transparente, empenhada e colaborativa, a Vale também se coloca como se estivesse surpresa com o rompimento e seu acontecimento, pois ao pontuar que é “a maior interessada no esclarecimento das causas desse rompimento” reforça o papel de vítima de um evento “inesperado”, mas que ainda assim comum a esse tipo de operação.

Este sentido reforça a abertura de mundo promovida por essa grande narrativa, e que apesar dos fatos concretos trazidos na seção sobre o rompimento, aqui a empresa se situa longe da responsabilidade e da culpa frente ao evento. Ademais, é sobre esse mundo aberto narrativamente que os processos de *sensemaking* e *sensegiving* se estabelecem e que

consequentemente promovem explicações que poderão servir de suporte para possibilidades futuras de ação.

Por conseguinte, esse mesmo sentido se faz presente quando a empresa anuncia em duas situações a contratação de um escritório independente para auxiliar a investigação das causas, todavia, o objetivo dessa contratação diverge do que efetivamente é divulgado enquanto título⁹, ou seja, não é sobre entender as causas do que aconteceu e tampouco a divulgação destas e sim a empresa obter uma orientação jurídica adequada: “conforme o painel de peritos for executando seu trabalho e chegar a uma conclusão, o Skadden poderá fornecer uma orientação jurídica à companhia”, como ainda “as comunicações do Skadden com a Vale [...] serão protegidos pelo *"attorney-client privilege"* decorrente da relação entre advogado e cliente” (VALE, 2019e; VALE, 2019f).

Ademais, quando há a adoção de uma postura reativa essa vem acompanhada de posicionamentos alinhados à transparência, empenho e colaboração. Os principais dados que trazem isso em evidência caracterizam-se pela publicação de notas que discordam de decisões judiciais, e por notícias como a que desautoriza as declarações do advogado Sérgio Bermudes em nome da Vale ou quando a empresa se defende da denúncia do Ministério Público de Minas Gerais, pontuando que

Sem prejuízo de se manifestar formalmente após analisar o inteiro teor da denúncia, a Vale desde logo expressa sua perplexidade ante as acusações de dolo. Importante lembrar que outros órgãos também investigam o caso, **sendo prematuro apontar assunção de risco consciente para provocar uma deliberada ruptura da barragem**. A Vale confia no completo esclarecimento das causas da ruptura e reafirma seu compromisso de continuar contribuindo com as autoridades. (VALE, 2019g).

Aqui a Vale S.A. se defende e argumenta que nenhuma instituição poderia ser capaz – pelo menos não ainda – de acusá-la alegando que ela sabia da possibilidade do rompimento, afinal, segundo a empresa seria incoerente ter consciência do risco, já que ela não queria que isso se concretizasse e não estava movendo nenhum tipo de esforço deliberado para o rompimento

⁹Os títulos das notícias publicadas pela empresa chamam respectivamente: “Vale informa sobre contratação de painel de peritos, pelo escritório americano Skadden, para avaliar as causas técnicas do rompimento da barragem em Brumadinho” e “Vale informa sobre contratação de escritório independente para auxiliar a investigação das causas do acidente de Brumadinho”

acontecesse. Só que ao se defender assim, é como se a Vale S.A. negasse consciência do risco inerente das próprias operações. Como poderia uma empresa, cuja responsabilidade operacional recai atualmente não apenas neste rompimento como também em outro, não ter consciência dos riscos do próprio negócio? Não querer que algo aconteça não significa que há desconhecimento a respeito dos riscos inerentes as operações de mineração.

Por fim, outra notícia que se estabelece como parte da prestação de contas e da comunicação de defesa é quando a Vale esclarece sobre presença de pessoas na barragem, drenagem, sirene e rota de fuga. Ao pontuar item por item a Vale reitera novamente sobre as medidas preventivas e laudos técnicos que indicavam a estabilidade das estruturas. Ademais, a Vale alude a Sirene, que não tocou, e explica que

A rota de fuga prevista no Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) foi executada. O treinamento interno com empregados foi realizado em outubro de 2018. Pelas informações iniciais, que estão sendo apuradas pelas autoridades, devido à velocidade com que ocorreu o evento, não foi possível acionar a sirene de segurança. (VALE, 2019h).

Baseado sobre tais desdobramentos, a narrativa de prestação de contas se estabelece pelo vai e vem desses enredos: o reconhecimento do evento, o estabelecimento de justificativas e pela tentativa de se defender. E o que fica de tudo isso é a abertura de um mundo pelos processos de *sensemaking* e *sensegiving* que afasta a culpa da Vale frente ao rompimento, afinal, como pode ela ser culpada por algo que desconhece as causas e que estava até então de acordo com as normas e legislações vigentes?

Em resumo, essa grande narrativa de prestação de contas configurada nos processos de interpretação, recriação e influência de significados (*sensemaking* e *sensegiving*) direciona após o rompimento o que é real e que consequentemente abre um mundo pautado sobre sentidos que eximem a Vale da culpa e responsabilidade frente ao rompimento na Mina de Córrego de Feijão.

5.2 “A empresa está empenhando todos os esforços no apoio aos atingidos”

A segunda grande narrativa que se estabelece, fundamenta-se sobre os sentidos e enredos que englobam as ações de reparação e a atuação da

empresa frente ao rompimento. Essa narrativa vai do dia rompimento e perdura até janeiro de 2020, e depois se faz presente em uma única notícia em abril de 2021.¹⁰ Os sentidos dessa narrativa se estabelecem assim: em primeiro momento a empresa pontua principalmente as i) ações realizadas e/ou prospectadas para a região que foi impactada, sendo o foco as ações de reparação às vítimas e a comunidade e simultaneamente dá importância ao resgate e busca de ii) animais domésticos, e subsequentemente outros sentidos desta narrativa são as ações de reparação do iii) Rio Paraopeba; as iv) Doações financeiras e indenizações como ações de reparação.

5.2.1 Estamos abertos ao diálogo e escutamos a comunidade na reparação dos danos

Um sentido central que sustenta a grande narrativa relacionada as ações de reparação é o estabelecimento de uma postura aberta e de diálogo com a comunidade. Isso ocorre por meio da publicação das diversas ações concretizadas ou de ações que ainda estão para acontecer e que tem como objetivo reparar os danos oriundos do rompimento.

O primeiro movimento da empresa é situar como prioridade o apoio às vítimas e seus familiares e, portanto, logo que ocorrido o rompimento ela divulga o estabelecimento de atendimentos humanitários e os locais de atendimento aos atingidos. As ações divulgadas pós-rompimento caracterizam-se pela distribuição de água, acomodação para mais de 800 pessoas, kits de higiene pessoal, lanches e ração animal. Além disso, com a confirmação de falecimentos a empresa informa a disponibilização de um benefício para as famílias com vítimas fatais, que inclui despesas de cartório, sepultamento e auxílio em dinheiro. Ressalto aqui a escolha da palavra benefício para aludir o auxílio funeral, que na realidade é um direito das vítimas (já falecidas) e familiares, e que ainda, a sua implementação é resultado de um acordo parcial entre a empresa, o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais e sindicatos no dia 15 de fevereiro de 2021. (VALE, 2019j). A omissão de informações também compõe o processo racionalizado de construção e influência de sentido. Aqui é

¹⁰Com a concretização e início da pandemia do Coronavírus em meados de 2020 a empresa começa enfatizar outros direcionamentos de sentido. Isso será tratado mais adiante.

estabelecido uma abertura de mundo - e interpretação - que direciona os sentidos para a seguinte questão: Se a culpa e a responsabilidade são afastadas da Vale, mas ela “mesmo assim” move mundo e fundos para implementa ações, projetos, benefícios e programas de mitigação, qual é o lugar que a empresa ocupa? Qual é a identidade que ela constrói para si? Afinal, quando falamos em processos de *sensemaking* e *sensegiving*, também estávamos falando sobre construção de identidade, esta é uma das características pontuadas por Weick (1995). Esse ponto recorda os resultados do trabalho de dissertação, no qual o processo de *sensegiving*, parte do *strategizing*, da Samarco em 2015 no pós-rompimento em Mariana coloca a empresa enquanto um herói e enquanto uma vítima da situação.

Em sequência, retomando esse sentido que compõe a grande narrativa, este se estabelece de duas formas: nas primeiras duas semanas por meio de notícias pontuais que dão enfoque para uma determinada ação específica, e após isso a divulgação dos chamados balanço das ações. Sobre a divulgação das ações específicas, alguns exemplos são: duas matérias relacionadas à busca de vítimas publicadas nos dias 26 e 27 de janeiro de 2019, duas matérias sobre o atendimento para emissão de documentos e assistência psicossocial nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2019, duas matérias a respeito da disponibilização de transporte fixo entre a região do rompimento e a rodoviária de Brumadinho nos dias 5 e 8 de fevereiro de 2019, uma matéria sobre início da obra da ponte para reestabelecimento do trânsito entre as comunidades e o centro de Brumadinho no dia 10 de fevereiro de 2019, uma matéria informando a distribuição de água para produtores rurais usarem para consumo, irrigação e dessedentação animal no dia 14 de fevereiro.

A divulgação dos balanços das ações começa a ser divulgado enquanto notícia e não enquanto parte das notícias específicas apenas após o dia 22 de fevereiro de 2019. Aqui a divulgação das ações de reparação acontece de forma condensada pela Vale e sem ênfase para uma ou outra ação específica. Esses balanços são divulgados principalmente nos primeiros meses após o rompimento (em uma média de 3 até 5 notícias por mês) e depois disso com menor frequência (uma vez ao mês), sendo o penúltimo divulgado no dia 20 de janeiro de 2020 e último no dia 28 de abril de 2021.

O objetivo dos balanços é evidenciar as ações realizadas pela empresa, as quais são divulgadas em frentes de atuação caracterizadas pelas i) ações humanitárias; ii) meio ambiente; iii) indenizações emergenciais; iv) obras de retenção de rejeitos; e v) barragens. Além de elencar as ações e resultados, a Vale S.A. reitera continuamente que está “se esforçando para entender as demandas apresentadas e, caso confirmadas, resolvê-las de forma célere, sempre em comum acordo com todas as partes interessadas” e que “continua prestando toda a assistência e apoio necessários às famílias até que a situação seja completamente normalizada.” (VALE, 2019j). O sentido presente aqui é que a Vale está reparando os danos causados decorrentes do acidente “inesperado”, e que além disso, ela é uma empresa que escuta a comunidade e está aberta ao diálogo.

O principal foco de atuação da Vale em Brumadinho foi - e seguirá sendo - o atendimento às pessoas. A empresa continua empenhada na execução de ações que permitam a retomada da rotina das famílias afetadas direta ou indiretamente pelo rompimento. O objetivo é reparar os danos causados, com iniciativas para restabelecer social e ambientalmente os municípios impactados, priorizando o diálogo próximo com as comunidades e Poder Público. (VALE, 2020).

Em contradição a tal posição há em alguns dos balanços divulgados pela empresa uma seção chamada números. Um exemplo pode ser extraído do balanço publicado em 25 de fevereiro de 2019 que logo após o título é estabelecido: **“Números: 395 localizados; 179 mortos; 131 desaparecidos”**. O que são 395 localizados? O que são 179 mortos? O que são 131 desaparecidos? Sujeitos? Aqui o sentido presente é a desumanização das vítimas por parte da Vale S.A. que as alude categoricamente como números.

Por fim, outra notícia emblemática que compõe esta narrativa, mas não apenas ela, é respeito das ações de reparação em Brumadinho é publicada no dia 25 janeiro de 2021, dois anos após o rompimento. A notícia intitulada “Com o avanço da pandemia, Vale reforça medidas de proteção e mantém cronograma para a reparação integral em Brumadinho” e divulga a seguinte tabela “Reparação da Vale em Brumadinho | Principais números”:



Figura 5. Reparação da Vale em Brumadinho | Principais Números
Fonte: VALE (2021)

Essa notícia além de evidenciar as ações da Vale frente ao rompimento, também se faz presente nos dados na narrativa que será abordada adiante sobre a pandemia do coronavírus. O foco é, além da empresa enfatizar a continuidade das ações frente ao rompimento pontuar que isso foi feito “apesar dos imensos desafios trazidos pela pandemia de Covid-19” e que a empresa, portanto, é responsável, afinal ela “adaptou procedimentos para assegurar a saúde e segurança de todos os envolvidos e permanece empenhada em reparar integralmente os atingidos e as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem B1”. (VALE, 2021a).

No que diz respeito a figura 5, percebe-se que em diversos momentos a Vale utiliza recursos intertextuais o que permite que a empresa direcione determinados sentidos sobre as ações realizadas, e que podem significar omissão, exagero ou insinuação de informações. Um exemplo é “11 mil km: distância diária percorrida pelos 55 caminhões-pipa que levam água para as pessoas e propriedades elegíveis”. Por que a escolha dos 11 mil km? É isso o mais importante e significativo? Por que não escolher divulgar o número de caminhões? Por que não escolher o número de pessoas impactadas?

5.2.2 Nós nos preocupamos e salvamos os animais

Se por um lado a Vale S.A. divulgou duas notícias específicas sobre a busca de vítimas, por outro ela deu bastante atenção para a busca e o resgate de animais. Entre os dias 28 de janeiro até 21 de fevereiro de 2019 foram divulgadas 7 matérias a respeito. Os sentidos presentes aqui evidenciam o trabalho de busca e cuidados com os animais por meio i) da divulgação da equipe de busca com

Cerca de 50 profissionais que trabalham incansavelmente no resgate da fauna local nas duas margens do Rio Paraopeba, após rompimento da Barragem I, em Brumadinho (MG). [...] A força-tarefa é formada por veterinários, biólogos e auxiliares, contando com voluntários, consultorias e funcionários Vale. (VALE, 2019k).

ii) pelo aluguel de uma fazenda para receber os animais chamada de Hospital da Campanha; iii) com criação de uma estrutura para acolhimento dos animais; e iv) com a disponibilização de helicóptero especializado no resgate de animais. Por fim, o foco em relação aos animais finaliza com uma matéria no dia 21 de fevereiro, no qual a empresa informa os canais de atendimento para o retorno dos animais resgatados para seus donos.

Aqui é impossível não se questionar sobre as intenções da empresa ao racionalizar esse enredo, pois é sabido que o rompimento em Brumadinho teve inúmeras mortes e que ainda vítimas estão sendo encontradas até hoje (G1, 2021), ao omitir e não dar ênfase as pessoas mortas e desaparecidas, a Vale novamente constrói uma versão narrativa que abre um mundo possível no qual ela é eximida da culpa e da responsabilidade frente aos impactos do rompimento. É quase um “se eu não digo, então não existe”. Ao longo de mais de 250 publicações nos dois anos de coleta, apenas duas publicações aludem superficialmente a busca de vítimas.

5.2.3 O Rio Paraopeba pode ser recuperado

Com o rompimento na Barragem da Mina de Córrego de Feijão um dos maiores impactos foi sobre o Rio Paraopeba. Levando em consideração sua importância para a comunidade e região a Vale S.A. divulgou diversas ações de

reparação específicas sobre ele. O foco sobre a reparação do Rio tivera início no dia 30 de janeiro de 2019, 5 dias após o rompimento e permaneceu nos dados analisados até final de dezembro de 2019, e depois em uma notícia isolada em junho de 2020.

Os sentidos que permeiam esse enredo partem da divulgação de um plano para contenção de rejeitos no Rio e sua apresentação ao Ministério Público e órgãos ambientais. A matéria central a respeito disso foi inclusive noticiada duas vezes uma no dia 30 de janeiro e a outra vez no dia 31 de janeiro sem alteração nenhuma do texto e nem do título.

Um dos principais sentidos presentes desse enredo que compõe a grande narrativa sobre as ações de reparação pode ser observado em notícia do dia 22 de março de 2019 intitulada “Vale divulga análises de água, solo, rejeito e sedimento coletados no Rio Paraopeba” na qual a Vale afirma em negrito logo após o título que **“estudos mostram que rio pode ser recuperado; sedimentos foram classificados como não perigosos à saúde” (VALE, 2019I)**. Esse posicionamento é reforçado durante toda narrativa a respeito do Rio Paraopeba, e a partir disso é aludido em diversas ocasiões questões pontuais ao redor do Rio impactado que são categorizadas em informações sobre i) contenção de rejeitos, ii) turbidez, iii) fornecimento de água, iv) materiais não perigosos, e v) histórico do Rio Paraopeba. Nesses desdobramentos de sentido o foco pauta-se sempre sobre a possibilidade de o rio ser recuperado, porém isso vem de postura empresarial (*sensemaking*) que influencia um sentido (*sensegiving*) que minimiza o que aconteceu e os impactos causados ao rio:

A comparação dos elementos contidos nos rejeitos analisados pela Vale com dados geoquímicos históricos de solos da região, obtidos em estudos realizados pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), tem mostrado que os teores de metais encontrados nos rejeitos são da mesma magnitude ou inferiores aos teores máximos encontrados nos citados dados de solos [realizados antes do rompimento]. Isso indica que a região é naturalmente rica em minerais que contêm esses elementos, por isso, também, sua vocação para atividades minerárias. (VALE, 2019I).

O informativo especial "Avaliação da série histórica entre 2000 e 2018" [...] avaliou o comportamento de alguns parâmetros [...] A série histórica mostrou que, em períodos chuvosos, a turbidez do rio chegou a ultrapassar em 18 vezes o limite legal permitido. [...] os especialistas do Igam notaram aumento da presença de metais pesados - zinco, cobre, arsênio, chumbo e níquel - acima do que prevê a legislação

ambiental para um rio Classe 2, cujas águas podem, segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), serem destinadas à irrigação, à recreação, à pesca e ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional. Apenas as análises de mercúrio não violaram o padrão legal. (VALE, 2019I).

O sentido que se estabelece aqui é o argumento que situa os impactos do Rio Paraopeba como algo não grandioso e, portanto, corriqueiro e comum, e logo reversível, afinal como pontua a empresa antes mesmo do rompimento o rio já passou por momentos de maior turbidez e já apresentou parâmetros similares no que tange sedimentos e metais pesados antes do rompimento. Assim, os *processos de sensemaking e sensegiving* que se estabelecem narrativamente poderiam ser traduzidos pelo questionamento: Se isso é algo “comum”, haja vista que as condições analisadas são similares as diversas condições e situações de antes do rompimento, qual seria mesmo o problema?

Além disso, poucos meses depois, no dia 5 de junho a Vale volta a publicar uma matéria intitulada “Análises mostram que Rio Paraopeba pode ser recuperado e rejeito não atingirá São Francisco”. Nessa notícia ela replica trechos completos da mesma que foi divulgada em março, aponta os estudos do Igam, mas novamente não alude em quanto tempo levaria para a recuperação do rio.

5.2.4 Doações e indenizações: “Vamos garantir que a reparação ocorra de forma célere, isonômica e correta”

Outro sentido presente na grande narrativa das ações de reparação específicas ao rompimento é sobre a distribuição de recursos financeiros, caracterizados por doações ou indenizações previstas por acordos institucionais. A primeira vez que a Vale direciona esse sentido é com uma publicação no dia 28 de janeiro, 3 dias após o rompimento, nela é divulgado por meio de comunicado com o diretor executivo de finanças, Luciano Siani Pires, a respeito de i) medidas de contenção, ao ressaltar o projeto para construção de diques na região do rompimento; sobre a ii) ajuda financeira para as famílias, pontuando que “está oferecendo uma doação de R\$100 mil para cada uma das famílias das vítimas fatais e não localizadas, independentemente de serem ou não empregados da vale.” E na notícia se reforça ainda a partir de uma afirmação do

diretor Siani Pires que “isso nada tem a ver com indenizações, que precisam ser feitas em conjunto com as autoridades”. (VALE, 2019m).

Ademais, aludem a respeito do apoio psicológico e sobre uma compensação financeira ao município de Brumadinho, o que significaria “que ‘a cidade de Brumadinho não vai perder nenhum royalty’, disse Siani Pires, acrescentando que a arrecadação do município no ano passado foi de aproximadamente R\$140 milhões.” (VALE, 2019m)

Por conseguinte, são publicadas de forma duplicada no dia 30 de janeiro notícia sobre o início do registro para a “doação” de R\$100 mil por fatalidade ou desaparecimentos. E assim com menos de uma semana depois, no dia 5 de fevereiro de 2019, a Vale publica que a doação foi recebida por 107 pessoas, e alude ainda o estabelecimento de outras categorias de apoio financeiro destinadas para as famílias que residiam na região (chamada tecnicamente por Zona de Autossalvamento, ZAS), sendo estabelecido que

Serão criadas duas categorias de apoio financeiro: uma para todas as famílias que residiam na ZAS, que receberão a doação no valor de R\$ 50 mil; e outra para os que não têm residência na região da ZAS, mas desenvolviam atividades rurais ou comerciais cadastradas pela companhia quando da elaboração do PAEBM. No segundo caso, a doação será de R\$15 mil. (VALE, 2019n).

E destacam novamente

que esse apoio financeiro humanitário é uma doação, sendo uma forma de minimizar possíveis incertezas dos atingidos. Não se trata de indenização, que será acordada entre as partes em conjunto com as autoridades. (VALE, 2019n).

Associada a esta postura de uma empresa de que está fazendo até mais do que o necessário para minimizar as possíveis incertezas dos atingidos, a Vale posiciona continuamente que “manterá todos os esforços para que essa reparação ocorra de forma célere, isonômica e correta.” (VALE, 2019o).

Outras notícias emblemáticas e que se relacionam especificamente com as indenizações são a do dia 11 de novembro de 2019 intitulada “Vale lança programa para dar suporte às famílias que receberam doações e indenizações”, e relembra que

Menos de três meses após o rompimento da barragem B1, a empresa já havia iniciado o pagamento de indenizações individuais e trabalhistas, além de ter efetuado doações voluntárias aos atingidos, incluindo produtores rurais e comerciantes das áreas atingidas para o custeio imediato de despesas pessoais. Tais repasses se destinam a resolver a insegurança financeira das famílias impactadas. (VALE, 2019p).

E reforça - a partir de uma postura prestativa focada em reparar os danos
- que entende

como necessário que outras ações de apoio às famílias sejam executadas, na perspectiva de planejamento de futuro. Para isso, a Vale estruturou o Programa de Assistência Integral aos Atingidos, que busca apoiar as pessoas e famílias que receberam as doações e indenizações individuais. O objetivo do Programa é dar suporte para que as famílias possam planejar seu futuro diante das novas condições socioeconômicas. (VALE, 2019p).

Após a divulgação deste programa a empresa voltar a mencionar a respeito das indenizações apenas em junho de 2021 com uma notícia intitulada “Mais de dez mil pessoas já firmaram acordos de indenização com a Vale”. Aqui a empresa reforça o posicionamento de que manteve seus esforços para uma reparação célere, isonômica e correta:

Mais de 10,4 mil atingidos pelo rompimento da barragem B1, em Brumadinho, e pelas evacuações nos territórios já firmaram acordos de indenização com a Vale. Do total, 1,4 mil foram acordos trabalhistas, envolvendo mais de 2,4 mil pessoas, e 3,6 mil civis, contemplando 7,9 mil pessoas, o que resultou no pagamento de mais de R\$ 2 bilhões. Os números corroboram o compromisso da empresa em indenizar de forma justa e rápida todos aqueles que sofreram algum impacto pelo rompimento da barragem ou pelas evacuações. (Vale, 2021b).

Em suma, a narrativa das ações de reparação do rompimento estabelece e evidencia uma postura ativa e aberta por parte da Vale para reparar os danos.

5.3 Somos uma empresa sólida e legítima

Para além da divulgação das ações específicas de reparação ao rompimento, observa-se outra grande narrativa presente nos dados, e que pauta seu processo de *sensemaking-sensegiving pós-rompimento*, é estabelecida com o intuito de evidenciar uma determinada imagem organizacional, e como

consequência, mostrar que a Vale S.A. é empresa legítima. Aqui a Vale aborda a respeito da segurança das barragens, trabalha seu relacionamento com a comunidade, com os acionistas e as autoridades, e para além disso, ressalta a respeito da criação de dois comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário (CIAE): um para providenciar assistência às vítimas e à recuperação da área atingida pelo rompimento da barragem - chamado CIAE de Apoio e Reparação, e o outro dedicado à apuração das causas e responsabilidades pelo rompimento da barragem – chamado CIAE de Apuração. Essa grande narrativa inicia logo que concretizado o rompimento e permanece constante até o final da coleta de dados, em maio de 2021.

Aqui, analogamente ao que foi discutido anteriormente sobre os processos de *sensemaking* e *sensegiving*, a Vale ao ser vista como responsável por um evento catastrófico – além de estabelecer a abertura do mundo narrativo do qual ela se exime da culpa e da responsabilidade – agora, nesta grande narrativa há uma tentativa de gerir o inesperado estabelecendo enredos que fazem sentido sobre quem ela foi e é, afim de trabalhar sua imagem e reputação. É como se a cada enredo ela falasse: “Viu só? Nós somos uma empresa sólida e legítima”.

5.3.1 “A Vale vem investindo continuamente na manutenção e segurança de suas barragens”

Na narrativa que a Vale direciona os sentidos para as ações de reparação de imagem e legitimidade, ela estabelece primeiramente um enredo estabelecendo as ações relativas à segurança das barragens. Tal sentido permanece presente nesta narrativa entre o dia 28 de janeiro de 2019 até meados de 2020. O trecho acima foi retirado da notícia publicada no dia 28 de janeiro de 2019, intitulada “Presidente da Vale volta a Brumadinho e anuncia plano para criar novo padrão de segurança nas barragens”, aqui a Vale reitera ajuda à comunidade, mas vai além e pontua que o presidente

Fabio Schwartsman afirmou em Brumadinho que a Vale criou um grupo de trabalho que nos próximos dias apresentará um plano para elevar o padrão de segurança das barragens da empresa. O objetivo, segundo ele, é superar os parâmetros mais rigorosos existentes hoje no Brasil e no mundo. (VALE, 2019q).

Sobre a constituição e continuidade desse plano a empresa volta a comentar sobre eles apenas em meados 2021, dessa forma opta por disseminar antes disso outro sentido relacionado à segurança de barragens: os investimentos realizados na sua gestão, e enfatiza que “o investimento em gestão de barragens cresceu 180% entre 2015 e 2019”, aqui é válido pontuar que o rompimento na barragem de Fundão em Mariana ocorreu em 2015. Nessa matéria a empresa pontua em destaque que houve o investimento de “R\$ 5 bilhões aplicados no período em manutenção de barragens e saúde e segurança no Brasil” e inclusive aludem o rompimento ocorrido em Mariana:

É importante reforçar que todas as novas construções de barragens da Vale seguem o método de construção convencional, em linha com a decisão tomada em 2016, após o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, de tornar inativas e descomissionar todas as barragens a montante e cuja implementação será acelerada conforme Fato Relevante divulgado de 29 de janeiro de 2019. (VALE, 2019r)

O sentido presente nessa notícia também se estabelece nas seguintes que foram publicadas. A Vale, portanto, manifesta e reforça sobre os investimentos realizados para segurança das barragens. Como ainda, esse sentido é permeado pelo uso contínuo de recursos intertextuais, como tabelas e infográficos, que evidenciam ano a ano os investimentos em saúde e segurança e investimentos em pilhas de estéril e barragens de rejeito.

No que tange ao plano divulgado logo que ocorrido o rompimento, a Vale volta a comentar apenas no dia 6 de fevereiro de 2020 com uma última matéria a respeito do tema, intitulada “Vale investe em tecnologia para reduzir uso de barragens e aumentar segurança de operações”. Aqui novamente a se utiliza de recursos intertextuais para enfatizar algumas informações a respeito de investimentos futuros e pontua que “pretende investir até US\$ 100 milhões para desenvolver uma planta industrial de concentração magnética a seco de minérios de baixo teor de ferro.” (VALE, 2020a).

O que fica dessa narrativa é o sentido de que a Vale está realmente preocupada em melhorar suas operações, e mais do que isso que sempre realizou as manutenções devidas para garantir a segurança das barragens. Essa narrativa também volta a direcionar o mesmo sentido presente na narrativa de

prestação de contas, pois reforça mais uma vez o papel de vítima da empresa, afinal, ela realizou tudo que estava ao alcance para garantir que a barragem não rompesse.

5.3.2 Relacionamento com interessados

Para minimizar os impactos do rompimento relacionados à reputação, a Vale constrói outro enredo nessa narrativa que se estabelece pela comunicação com interessados, caracterizados pela i) a comunidade e população de Brumadinho; ii) as autoridades e instituições; iii) os acionistas. Nesse contexto, a empresa divulgou questões de interesse ou ações concretizadas ou que serão realizadas envolvendo os diversos interessados. As ações divulgadas fundamentam de forma mais específica o seu relacionamento com a comunidade e com as instituições, além disso, como poderá ser observado essas ações divergem daquelas que visavam mitigar os impactos diretos do rompimento, pois se baseiam em um processo de negociação de significados (*sensemaking* e *sensegiving*) cujo objetivo é posicionar a Vale enquanto uma empresa engajada com a comunidade e as instituições, aberta ao diálogo e transparente com seus interessados e de que é comprometida, pois “busca de padrões operacionais em linha com as melhores referências no mundo”, e de que possui diretores executivos capazes e com experiências sólidas de atuação. (VALE, 2019s). O mundo aberto por essa narrativa e que conseqüente servirá de suporte para ação, pauta uma realidade da qual a Vale é uma empresa confiável e capaz de gerenciar suas operações e seus conseqüente impactos.

No que tange o relacionamento com a comunidade a Vale divulgou, entre maio de 2019 até março de 2021, diversas ações, tal como: a organização de gincanas, atividades para crianças e jovens na Estação conhecimento em Brumadinho, apoio e realização da tradicional festa de Nossa Senhora Mãe Augusta do Socorro que reúne diversas comunidades locais, doação de cestas de alimentos, memorial em homenagem às vítimas do rompimento, revitalização e ampliação da iluminação pública em Pires, revitalização de capelinha de Macacos em Nova Lima, a entrega de duas creches e uma unidade de Saúde da Família à prefeitura de Brumadinho e por fim a criação do Projeto Cultivar para apoiar a produção dos agricultores da região de Mário Campos.

Além desta postura que modela uma imagem de uma empresa preocupada com a comunidade e de que busca efetivamente melhorar a qualidade de vida da comunidade, e ainda, Vale denota que está ouvindo a comunidade. Isso pode ser observado na notícia intitulada “Mais de 1.200 pessoas participaram da consulta pública em Barão de Cocais” em junho de 2020, ou ainda quando pontua, na notícia “Vale revitaliza Capelinha de Macacos, em Nova Lima” do dia 18 de janeiro de 2021 que

Tivemos o cuidado de não fazer nada sem dialogar com a arquidiocese e com as pessoas da comunidade. Esse diálogo com as pessoas, com o poder público e instituições é uma premissa para a Vale no trabalho de promover o bem estar social até devolvermos a normalidade para a vida das pessoas”, destaca o gerente do Território de Macacos da Vale, Nildo Frasão. (VALE, 2021c).

Por conseguinte, em relação ao relacionamento com as autoridades, a Vale direciona os sentidos de duas maneiras: por lado, em um movimento de *sensemaking*, divulga e “celebra” os diversos acordos judiciais e extrajudiciais com instituições governamentais em relação a assistência emergência para com o rompimento e indenizações, e por outro, em um movimento de *sensegiving* direcionado a recuperação de imagem organizacional, destaca ações que promovem recursos e reconhecimento ao poder público. Um exemplo é a notícia do dia 15 de março de 2019 intitulada “Vale anuncia pacote de apoio aos bombeiros”, em que afirma

Em reconhecimento ao trabalho e heroísmo dos bombeiros militares em Brumadinho, a Vale formalizou nesta sexta-feira (15/3) um aporte de R\$ 20 milhões para o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). O anúncio foi feito pelo diretor-executivo de Relações Institucionais da Vale, Luiz Eduardo Osorio ao Comandante-Geral, Coronel Edgard Estevo da Silva, na sede da corporação, em Belo Horizonte (MG). Os mais de sete mil equipamentos doados e a capacitação extra vão beneficiar todos os seis mil bombeiros militares do Estado. (VALE, 2019t).

Além dos bombeiros, a Vale exhibe uma relação de cooperação com as prefeituras municipais da região, um exemplo disso é o acordo firmado com as secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social em Brumadinho. Publicado em agosto de 2019 a Vale pontua a “previsão de repasse de quase R\$ 31 milhões, destinados à área da saúde e desenvolvimento social de Brumadinho” e que

Com os valores, haverá a contratação, pelo período de 24 meses, de profissionais da área da saúde e social; doação de equipamentos para o Núcleo de Práticas Integrativas (NUPIC); aquisição de equipamentos para a Secretária da Saúde e de Desenvolvimento Social, como uma cama cirúrgica; além de repasses para arcar com demandas reprimidas de saúde pública. (VALE, 2019u).

Isso poderia também ser caracterizado enquanto uma ação de mitigação frente ao rompimento, cuja responsabilidade operacional é da Vale, todavia a forma como a Vale divulga faz com que o foco saia do rompimento e se torne na realidade a sua cooperação e seu relacionamento aos poderes públicos, o que mais uma vez enfatizaria a imagem de empresa engajada, legítima e preocupada com a comunidade que suas operações estão situadas.

Por fim, relativo ao relacionamento com os acionistas, a Vale entre os dias 29 de janeiro de 2019 até junho de 2019 publicou 4 notícias, as quais diretamente apresentam a nomeação ou apresentação de executivos e/ou diretores. O tom dessas notícias evidencia uma postura de empresa responsável, conforme afirma no dia 5 de junho de 2019 que

A criação da nova Diretoria Executiva de Segurança e Excelência Operacional está alinhada com os novos pilares estratégicos da Vale de segurança e excelência operacional e do novo pacto com a sociedade e também com o compromisso de tornar a Vale a mais segura e confiável empresa de mineração no mundo. (VALE, 2019s).

5.3.3 Criação dos CIAES

Outro sentido presente na grande narrativa das ações de reparação da imagem da Vale é a criação de dois comitês independentes de assessoramento extraordinário, um será

dedicado ao acompanhamento das providências destinadas à assistência às vítimas e à recuperação da área atingida pelo rompimento da barragem, de modo a assegurar que serão empregados todos os recursos necessários - "CIAE de Apoio e Reparação". O segundo Comitê Independente será dedicado à apuração das causas e responsabilidades pelo rompimento da barragem - "CIAE de Apuração". (VALE, 2019v).

Para a criação dos CIAES, a Vale contratou “após processo de seleção liderado pela empresa internacional de consultoria Korn Ferry [...] a nomeação da Ex-Ministra do Supremo Tribunal Federal, Dra. Ellen Gracie, para atuar como coordenadora.” Pouco tempo desta decisão, a Vale então divulga os nomes dos membros e reafirma que “ambos os colegiados são coordenados e compostos por maioria de membros externos, independentes, de reputação e com ampla experiência nos assuntos tratados.” (VALE, 2019x).

Ao divulgar a respeito de ambos os CIAE no período de janeiro até abril de 2019, a Vale posiciona esse comitê enquanto um ente “dedicado a assessorá-lo em questões relacionadas ao diagnóstico das condições de segurança, gestão e mitigação dos riscos relacionados às barragens de rejeitos de minério da Vale, bem como recomendar medidas a serem tomadas para reforçar as condições de segurança das mesmas”. Aqui é importante salientar que nesse período a Vale divulgou constantemente os comitês, e portanto, apesar da sua concepção tenha sido logo após o rompimento ela utiliza as diversas áreas de atuação dos comitês para o divulgá-lo de diferentes maneiras. Por exemplo, é possível observar isso apenas pelos títulos das notícias: “Vale anuncia Dra. Ellen Gracie como coordenadora do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração” no dia 30 de janeiro de 2019; “Vale anuncia membros do Comitê de Apuração e coordenador do Comitê de Apoio e Reparação” no dia 30 de janeiro de 2019; “Vale informa sobre criação do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Segurança de Barragens”, no dia 15 de fevereiro de 2019; Vale sobre Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração, no dia 20 de março de 2019. Em suma, a empresa se utiliza do CIAE para mostrar que está novamente empenhada em “reparar os danos e prestar contas à sociedade”, e claro, para além disso, ser vista como uma empresa sólida e legítima.

5.4 Pandemia

Em meados de 2020 houve o alastramento de um vírus por todo o mundo, e a partir disso, no dia 11 de março de 2020, essa situação foi caracterizada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Com a ela as consequências não se restringiram apenas para questões de saúde pública, haja

vista, que a OMS recomendou o isolamento social e vários países estabeleceram medidas de contenção.

Levando em conta que a pandemia mudou a vida cotidiana e impactou toda a sociedade, esses desdobramentos também passaram a estar presentes nos posicionamentos da Vale. Isso se inicia no mês de março de 2020, momento em que o vírus começou a se alastrar no nosso país. Nesse contexto, a Vale ao estabelecer a grande narrativa sobre a pandemia, a fundamenta por dois enredos: por um lado pontuando i) as medidas preventivas e por outro aludindo a respeito das ii) ações de contenção do coronavírus promovidas pela empresa. Essa situação permitiu com que a Vale parasse de direcionar seus sentidos para o rompimento e passasse a pontuar outras questões. Essa narrativa se faz presente nos dados entre março de 2020 até janeiro de 2021.

Se até então poderíamos observar a abertura de um mundo narrativo que afastava a culpa e a responsabilidade da Vale frente ao rompimento, mas que ainda assim tinha como foco principal o mesmo e a mitigação de seus impactos, a partir da construção desse novo mote narrativo e, portanto, com um novo foco para pautar seus processos de *construção e influência* de sentido, a Vale se afasta cada vez mais do rompimento e da necessidade de o aludi-lo.

5.4.1 “Com o objetivo de proteger a saúde da comunidade e dos empregados...”

No dia 13 de março de 2020 o Ministério da Saúde regulamentou os critérios de isolamento e quarentena, e logo após, a Vale divulgou nos dias 14 de março até o dia 18 de março quatro notícias pontuando a realização de medidas preventivas na cidade de Brumadinho e da região como um todo. Aqui é pontuado o fechamento dos postos de atendimentos às vítimas do rompimento e de postos de informação para comunidade.

Nesse contexto, a empresa adotou uma postura de preocupação e estabeleceu que todas as ações tomadas decorriam do objetivo de proteger a saúde da comunidade e dos empregados em razão do risco da propagação do coronavírus. Nesse primeiro momento a empresa anunciou ser esta uma decisão para o período de 7 dias, que seria reavaliada semanalmente.

Outras medidas de prevenção e contenção foram noticiadas ao longo do tempo, houve a divulgação de acordos com o Ministério público, como por

exemplo, a decisão de realização de pagamentos em depósito em conta, ao invés de retirada presencial para a população de Macacos. Outras ações são consoantes às medidas anunciadas pelas autoridades competentes, tal como a suspensão por parte da Vale do transporte de ônibus disponibilizado pela empresa em Brumadinho e o fechamento completo dos Postos de atendimentos, escritórios de indenização individual e postos de registro de indenização emergencial. O sentido presente nesse enredo direciona à atenção para as medidas de prevenção realizadas pela Vale, evidenciando uma grande preocupação por parte da empresa, a qual continuamente respalda suas decisões sobre a necessidade de proteger a comunidade e os seus empregados, e por isso, contraditórias.

Por exemplo, uma contradição é observada em uma notícia do dia 7 de abril de 2020, intitulada “Conheça as medidas para o reduzir deslocamento de empregados que trabalham nas obras de contenção em Macacos” afirma que “com o objetivo de reduzir o deslocamento das pessoas e aumentar a proteção contra o coronavírus, foi montado um alojamento para abrigar parte da equipe da contenção, que está em fase final de implantação na região de Macacos” (VALE, 2020g), segundo a empresa isso seria uma atividade essencial para proteção da comunidade, e por esse motivo não seria suspensa.

5.4.2 “As ações da Vale no combate ao Coronavírus”

Outro sentido presente na narrativa da pandemia é a respeito das ações realizadas pela Vale. Aqui a empresa divulga “ações de combate ao coronavírus” e a partir disso se posiciona que

Esse conjunto de ações reforça nosso compromisso com toda sociedade, incluindo nossos empregados, familiares e comunidades. (VALE, 2020b).

Esse posicionamento pode ser observado na notícia publicada no dia 19 de março de 2020 intitulada “Valor de R\$ 5,24 milhões, anteriormente repassado pela Vale ao Estado de Minas Gerais, será usado para reforço no combate ao COVID-19 (Coronavírus)”. Aqui a empresa informa a respeito do uso de um valor financeiro repassado ao Estado, que inicialmente era para ser destinado à realização de um estudo sobre os riscos do rejeito à saúde humana, mas que

após avaliações conjuntas e em vista da Vale se encarregar pela realização desse estudo por conta, o valor então seria usado para construção de uma nova ala no Hospital Eduardo de Menezes. A respeito disso, a Vale pontuou que esse

repasse de verbas faz parte do esforço da Vale em reparar os danos causados ao Estado de Minas Gerais pelo rompimento da barragem I, em Brumadinho, além do seu compromisso social de auxiliar o Estado em sua missão de cuidar dos mineiros. (VALE, 2020b).

Além dessa notícia, a Vale publicou outras cinco, todas no mês de abril de 2020, e diferente da notícia anterior que ainda pontuava o rompimento, aqui apenas foram estabelecidos os sentidos diretos às “ações da Vale no Combate ao Coronavírus”. Nestas notícias observa-se a construção de uma postura responsável e colaborativa por parte da empresa.

A Vale está atuando com responsabilidade e colaboração no combate ao Coronavírus, e por isso, adotou várias medidas preventivas para proteção da saúde e segurança dos empregados, fornecedores, parceiros e da sociedade de Congonhas e região. (VALE, 2020c).

Precisamos ter seriedade, disciplina e responsabilidade para enfrentar esse momento crítico. (VALE, 2020d).

O que fica é a abertura de um mundo que situa a Vale enquanto uma empresa responsável e colaborativa, preocupada com a sociedade. Essa narrativa, dessa maneira, para além de aludir o tema central que é a pandemia, também faz influência os sentidos (*sensegiving*) para ações direcionadas à construção da imagem e legitimidade empresarial.

5.5 Risco Iminente das barragens

Relembro que os dados foram extraídos de diversos documentos publicados dentro da área no site da Vale chamada “Atualizações Barragens” e cujo título em destaque é “Reparação e Desenvolvimento”. Observa-se que das 289 notícias e matérias 72 são relacionadas às barragens, porém os sentidos presentes aqui dizer não são sobre reparação e desenvolvimento, mas sim estabelecem um contexto de risco contínuo. Essa grande narrativa chama risco iminente das barragens, pois, seus sentidos se direcionam à concepção de que há risco permanente e possibilidades constantes de rupturas nas diversas

barragens existentes, e por essa razão, a Vale necessita de forma contínua “avisar” a população a respeito de suas operações e de ações relacionadas ao plano de emergência de barragens de mineração (PAEB). Essa grande narrativa apresenta enredos que se relacionam ao i) risco das barragens; ii) as medidas preventivas e por fim, as diversas iii) evacuações realizadas pela empresa. Seu início foi no dia 27 de janeiro de 2019 e última notícia foi no dia 2 de setembro de 2020.

O mundo aberto nessa narrativa desenvolve um quadro de referência para ação que coloca enquanto natural o risco iminente das barragens e das operações de mineração, e assim, é sobre esse suporte para ação empresarial que a Vale estabelece uma realidade plausivelmente justificável.

5.5.1 Instabilidade das barragens

É sabido que há risco inerente as atividades de mineração, principalmente após o rompimento na barragem de Fundão em 2015 e com o rompimento mais recente na Mina de Córrego do Feijão em 2019. A alusão à instabilidade das barragens teve início a partir do momento que a empresa pontua respeito do descomissionamento de todas as barragens a montante, e relembra que tal decisão vem de 2016, “logo após o acidente da Samarco”:

Todas as barragens a montante estavam estáveis e sendo descomissionadas em ritmo adequado. Até o final de 2018, de um total de 19 barragens, nove já haviam sido descomissionadas, restando 10. Após o evento de Brumadinho, a Vale decidiu acelerar esse processo. Para isso, a empresa vai parar operações próximas a essas estruturas para dar maior velocidade ao descomissionamento. (VALE, 2019y).

Com o rompimento em Brumadinho a empresa denota a necessidade de fazer isso o quanto antes, e assim, essa narrativa direciona os sentidos para as barragens que serão submetidas a esse processo. Como o Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEB) é um sentido muito presente aqui precisamos compreendê-lo. O PAEB é considerado como uma ferramenta importante na gestão de barragens e é previsto por lei, caracterizado por um documento técnico elaborado pela empresa, seu objetivo é evitar ou minimizar danos com perdas de vida, às propriedades e às comunidades a jusante, sendo também por ele

que a empresa define o risco das barragens, em níveis, conforme ela mesma pontua em seu site:

Nível 1: Quando detectada anomalia que resulte na pontuação máxima quanto ao estado de conservação ou para qualquer outra situação com potencial comprometimento de segurança da estrutura, que demanda inspeções especiais (diárias).

Nível 2: Quando o resultado das ações adotadas na anomalia referida do nível I for classificada como “não controlada” ou “não extinta”, necessitando de novas inspeções especiais e intervenções.

Nível 3: Situação de ruptura iminente ou está ocorrendo. (VALE, 2021d).

A alusão aos níveis do PAEB é algo corriqueiro nas matérias que a empresa esclarece sobre as diversas situações de risco das barragens. Algumas notícias que exemplificam são a do dia 27 de março de 2019 intitulada “Vale eleva nível de alerta em três barragens”, em que pontua que

de forma preventiva, o protocolo para início do nível 3 do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) para três barragens. As barragens que passarão para nível três são: B3/B4, da Mina Mar Azul, em Macacos/Nova Lima, e as barragens Forquilha I e Forquilha III, da Mina Fábrica, em Ouro Preto (MG). [...] É importante lembrar que as barragens B3/B4, Forquilha I e III são barragens a montante inativas - portanto, que não recebem rejeitos, remanescentes da Vale e fazem parte do plano de descaracterização anunciado pela empresa em 29 de janeiro de 2019. (VALE, 2019z).

Aqui se usamos o guia divulgado pela própria Vale a respeito dos níveis, o sentido presente é de que essas três barragens estão em situação de ruptura iminente (nível 3). Além dessa situação, a Vale divulgou várias notícias sobre a Mina Coco Soco em Barão de Cocais (MG), uma delas é do dia 31 de maio de 2019 intitulada “Vale atualiza informações sobre deslizamento de talude na cava da Mina de Gongo Soco” e informa que

a Cava da Mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), vem sendo monitorada 24 horas por dia de forma remota [...] não há elementos técnicos até o momento para se afirmar que o eventual escorregamento do talude Norte da Cava da Mina Gongo Soco, paralisada desde 2016, desencadeará gatilho para a ruptura da Barragem Sul Superior. Mesmo assim, a Vale está reforçando o nível de alerta e prontidão para o caso extremo de rompimento. A barragem Sul Superior está em nível 3 desde 22 de março. (VALE, 2019aa).

Por conseguinte, houve também algumas notícias aludindo mudanças de níveis 1 e 2, seja aumentando ou diminuindo o nível, exemplos disso são: a notícia do dia 5 de junho de 2019 chamada “Barragem Vargem Grande tem nível de emergência reduzido de 2 para 1”; a notícia do dia 23 de abril de 2020 sobre o dique Borrachudo II, o qual a vale colocou em nível 1 de forma preventiva; e a notícia do dia 30 de abril de 2020 sobre a barragem Taquaras, que “de forma preventiva, [a empresa deu início] ao protocolo de emergência em Nível 1, da barragem de contenção de sedimentos Taquaras, da Mina Mar Azul, em Nova Lima (MG).

Em sequência, outra notícia que sobressai é a do dia 9 de junho de 2020 intitulada “Vale informa sobre as barragens 6, 7A e Área IX” em que a empresa

informa que deu início hoje, de forma preventiva, ao protocolo de emergência em Nível 1 das barragens 6 e 7A, da Mina de Águas Claras, Nova Lima (MG) [...] recentemente, ao identificar três estruturas inativas e com características de barragens, a Vale comunicou e cadastrou essas estruturas nos órgãos competentes. A partir de inspeções mais recentes, não foram identificadas anomalias que possam comprometer a segurança das estruturas. (VALE, 2020e).

Essa notícia estabelece uma contradição com os posicionamentos anteriores da empresa, pois esta salientava saber de todas as barragens existentes com necessidade de descomissionamento, porém pouco mais de um ano após ela identifica estruturas que poderiam também ser caracterizadas como barragens.

O sentido estabelecido por esse enredo é a concepção de que há um risco iminente de ruptura das diversas barragens da empresa. Associado a essa situação duas notícias aludiram o acionamento de sirenes, uma no dia 23 de março de 2019, com o acionamento da sirene em Barão de Cocais, na qual a empresa afirma que “assim que a situação foi identificada, foi corrigida pela área técnica. Não houve alteração no nível de segurança da barragem” (VALE, 2019ab), e a outra em 27 de março de 2019 em Itabira e que conforme a empresa “o acionamento em Itabira foi um desacerto técnico. Portanto, não há situação de emergência nessa localidade e nem necessidade de que as comunidades da região sejam evacuadas” (VALE, 2019ac).

5.5.2 A Vale continua adotando medidas preventivas para aumentar a condição de segurança de suas barragens

Levando em conta a instabilidade e das mudanças de níveis de emergência das barragens, isso conseqüentemente exige da Vale a implementação e concretização de medidas preventivas previstas pelo PEAB, tal como a realização de simulados, testes de sirene e sistemas e também de evacuações – as quais serão abordadas na próxima seção. Portanto, outro sentido presente que compõe essa grande narrativa são as medidas preventivas.

Nesse contexto, a empresa se coloca como empenhada para aumentar a condição de segurança das suas barragens, todavia, se por um lado há a divulgação de ações de manutenção a partir de construções e reformas, por outro a maior parte das medidas preventivas divulgadas pela empresa caracterizam-se pela realização de simulados de evacuação com a comunidade e testes de acionamento de sirenes. Isso reforça o risco dessas operações, na medida que assevera a possibilidade de ruptura iminente das barragens e da necessidade das comunidades e funcionários entenderem como agir no pior cenário possível.

A divulgação das medidas preventivas acontece entre 20 de março de 2019 e permanecem até setembro de 2020. Dentre as medidas divulgadas estão simulados de evacuação de emergência, para promovê-los e para divulgar sua concretização; testes de sirenes e dos sistemas de emergência; e por fim, ações preventivas de engenharia, automatizações e contenção.

Ao longo de todo o período a medida preventiva mais divulgada foi a realização dos simulados com as comunidades. Um caso emblemático que permeia esse sentido são os simulados realizados em Barão de Cocais (MG). A barragem dessa região havia mudado de nível e a partir do dia 22 de março de 2019 a Vale divulgou o protocolo para início do nível 3 do PEAB, e dois dias após, a empresa publicou a notícia chamada “Para a população de Barão de Cocais” avisando a realização de um simulado

Para informar as pessoas sobre o treinamento, serão implantadas as seguintes ações de comunicação: Distribuição de 5 mil panfletos com informações sobre a localização dos pontos de encontro e de 8 mil panfletos com o mapa da cidade, detalhando a mancha de inundação

e trazendo instruções de emergência; Instalação de 1,4 mil placas para sinalizar rotas de fuga e pontos de encontro; Anúncios na rádio local sobre a elevação da barragem Sul Superior para o nível 3 e com informações sobre as reuniões preparatórias para o simulado; Produção de 100 cartazes para serem fixados em pontos estratégicos da cidade, como escolas, supermercados e órgãos do poder público, informando sobre os pontos de encontro. A Prefeitura decretou feriado municipal no dia do simulado - a medida foi tomada para que o comércio não funcione, permitindo que o máximo de moradores da região possam participar. Para garantir a segurança, além de um efetivo extra, haverá o apoio de uma aeronave da Polícia Militar. (VALE, 2019ad).

Apesar da empresa tratar essas situações enquanto medidas preventivas e de afirmar o simulado faz parte do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEB), o sentido que fica é o da possibilidade de o pior acontecer, e ao mesmo tempo que a Vale afirma que a barragem está de forma preventiva no nível 3, mas que segundo ela mesma significa “risco iminente ou ruptura acontecendo”, também afirma que a barragem está estável. No que tange a situação de Barão de Cocais, a Vale publicou no dia 28 de maio de 2019 e a partir da fala do diretor de operações da Vale, Marcelo de Barros enfatizou amenizando o risco que

Para garantir a segurança de todos, moradores e trabalhadores, a empresa não irá fazer obras na cava, para evitar ter pessoas trabalhando no local. Já as obras de contenção continuam. [...] Tanto o talude quanto a barragem são monitorados 24 horas por dia e as previsões são revistas diariamente. "Lamentamos muito o impacto que estamos causando para a população e também para a cidade de Barão de Cocais. Mas a Vale não mede esforços para garantir a segurança da comunidade", finaliza o diretor. (VALE, 2019ae).

Para além dos simulados realizados em Barão de Cocais, a Vale noticiou a respeito de reuniões preparatórias e dos simulados concretizados em diversas outras cidades e regiões: Honório Bicalho, Santa Rita, Nova Lima, Itabirito, Raposos, São Gonçalo do Rio Abaixo, em dois bairros de Belo Horizonte, Carumbá, Rio Piracicaba. Dos simulados concretizados, a Vale divulgou com ênfase a participação de 7.770 moradores em Itabira em agosto de 2019 e da participação de 1.774 moradores de Rio Piracicaba em novembro de 2019.

Por conseguinte, no que tange os testes de sirene e sistema de emergência a empresa posicionou que é uma “medida preventiva e tem como objetivo conferir a eficiência do sistema e ajustá-lo, caso seja previsto. Não é

necessária nenhuma ação da comunidade” (VALE, 2019af). Ao todo foram divulgadas 6 notícias referentes aos testes de sirenes e sistemas, todas elas direcionam o sentido de que esta é uma medida preventiva e que não é necessária a participação da comunidade. Além disso, em agosto de 2020 a empresa divulgou acordo realizado com a Defesa Civil a rotina de testes mensal nas sirenes de barragens, e salientou que “objetivo é assegurar o adequado funcionamento do sistema sonoro, em cumprimento à legislação vigente.” (VALE, 2020f).

Com menor frequência também foram divulgados a respeito de obras preventivas de engenharia, automatizações e contenção. As ações se caracterizam pela terraplanagem para construção de contenção em Barão de Cocais; a automatização de piezômetros na barragem b3/b4 em Macacos; obras de adequação e manutenção na barragem Capão da Serra; e por fim a descaracterização da barragem Doutor. Uma das notícias publicadas aludiu de forma ampla essas ações, intitulada “Vale faz obras de contenção para aumentar segurança de comunidades próximas a barragens em nível 3 de emergência” foi publicada em 15 de agosto de 2019. Na notícia a empresa pontua que visa aumentar a segurança de comunidades próximas a barragens em nível 3 de emergência e o objetivo é proteger as comunidades e reduzir o impacto ao meio ambiente.

Por fim, ressalta-se a importância de visualizar o não dito, afinal, esse também faz parte dos processos de negociação de significados (*sensemaking* e *sensegiving*) do qual a empresa narrativamente está envolvida. Apesar de continuamente direcionar os sentidos para as diversas ações previstas pelo PAEB em suas barragens, em nenhum momento a empresa se coloca efetivamente enquanto ouvinte desta comunidade impactada e nem tampouco dá voz a ela, e isso é uma contradição, pois em diversos momentos ela se posiciona enquanto preocupada em ouvir. O que fica disso é um quadro de referência para ação que se fundamenta exclusivamente em normativas e protocolos institucionais e governamentais. Isso permanece nesta grande narrativa.

5.5.3 As Evacuações

Como consequência das mudanças de níveis das barragens houve como resultado entre fevereiro de 2019 até agosto de 2020 a divulgação pela Vale a respeito das evacuações de moradores de regiões qualificadas como Zonas de Autossalvamento (ZAS), isto é, regiões que se encontram em “até 10km ou 30 min do ponto de rompimento da barragem” e, portanto, “há necessidade de evacuação das pessoas da ZAS, porque o tempo de chegada da mancha do eventual rompimento é de até 30 minutos” e que isso é necessário assim que uma barragem for elevada para o nível 2 do PEAB. As evacuações são tratadas como ações preventivas corriqueiras decorrentes do PAEB e entre o período de fevereiro de 2019 até agosto de 2020 foram publicadas notícias contemplando a realização de evacuações nas regiões de Barão do Cocais (MG); Nova Lima (MG); Rio Preto (MG); nas zonas rurais de Itabirito e Ouro Preto (MG).

Em 8 de fevereiro de 2019 a Vale divulgou a evacuação dos moradores do ZAS da Mina Congo Soco e afirmou que “a decisão é preventiva e aconteceu após a empresa de consultoria Walm negar a Declaração de Condição de Estabilidade à estrutura”. (VALE, 2019ah). Pouco tempo depois, no dia 10 de fevereiro houve a divulgação referente à acomodação de 492 pessoas, e que destas, 284 ficaram em seis hotéis e que as demais escolheram ficar em casas de parentes. Após isso houve algumas notícias enfatizando as ações de apoio para essa população. No entanto não houve até junho de 2021 uma notícia que abordou diretamente a finalização desta “medida preventiva”, e nesta narrativa o sentido que permanece é de que a evacuação dessa região perdurou pelo menos alguns meses, um exemplo disso são as notícias do dia 24 de maio e especialmente a do dia 30 de maio de 2019 intitulada “Vale refuta especulações e explica medidas adotadas em Brumadinho e Barão do Cocais” na qual a Vale

reafirma que a evacuação preventiva na ZAS foi realizada após a elevação do nível de alerta na Barragem Sul Superior, cumprindo o protocolo previsto no Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da estrutura em alinhamento com o Poder Público. A evacuação está relacionada exclusivamente às condições de segurança da barragem. [...] A Vale informa ainda que a Mina de Congo Soco está inativa desde 2016 e que a empresa não protocolou pedido na ANM para ampliação da exploração de minério na mina desde então. A empresa refuta, portanto, qualquer especulação de que estaria promovendo a retirada de moradores ou transferência de

imóveis dessas duas regiões com base em interesses econômicos. A Vale ressalta que está adotando todas as medidas preventivas de segurança em conjunto com as autoridades. (VALE, 2019ai).

Neste trecho fica subentendido que a evacuação permanece e, além disso, parece sustentar que Vale está sendo confrontada a respeito da situação, e por isso, ela se defende refutando especulações a respeito do real motivo pelo qual essas pessoas não estão nas suas casas.

Por conseguinte, outra região que houve o acionamento do nível 2 do PAEB foi referente à barragem B3/B4 da Mina Mar Azul, em Nova Lima (MG). Nessa situação foram evacuadas 200 pessoas que foram acolhidas e registradas no centro comunitário. Além do mais, passados seis meses da sua concretização a Vale não abordou sobre sua possível finalização e apenas pronuncia em agosto de 2019 que

Seis meses após a evacuação dos moradores da Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem B3/B4 da Mina Mar azul, em Macacos, Nova Lima, no dia 16 de fevereiro, ações e programas - que incluem acolhimento, assistências médica e psicológica, doações e indenizações, além de investimento para a segurança das estruturas, entre outras iniciativas - estão sendo implementados visando a segurança dos moradores. (VALE, 2019aj).

Aqui novamente, e de forma contraditória ao quadro de referência para ação que se estabelece nesta grande narrativa, a empresa reafirma um posicionamento de comprometimento, e ressalta que está “comprometida ao diálogo junto as comunidades e a celeridade na busca de soluções”. Ainda nessa notícia, ela alude as diversas ações realizadas em Macacos que subdividem em i) assistência psicológica, acolhimento e apoio psicológico; ii) doações e indenizações; iii) simulados; iv) segurança da barragem; iv) cuidado com animais, e ressalta que “tem atuado com foco total na reparação e mitigação de danos, com ações que incluem segurança das estruturas, indenizações, doações a órgãos públicos e pessoas impactadas, assistência médica e psicológica, compra de medicamentos, entre outras ações.” (VALE, 2019aj).

As evacuações denotam o sentido mais amplo desta narrativa que é o risco eminente das barragens. A situação de Macacos é um exemplo claro, uma vez que em janeiro de 2020 a Vale em uma notícia deixa entendido que a

evacuação que iniciou em fevereiro de 2019 permanece sendo realizada e que esses desdobramentos ocorrem perante a seguinte justificativa:

A medida, de caráter preventivo, leva em conta o Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para revisão do dam break de todas as barragens em Minas Gerais. Resultados preliminares sugeriram uma mancha de inundação próxima do horizonte que considera 100% do carreamento de rejeitos em um cenário extremo de rompimento, o que implica na realocação. A operação será conduzida pela Defesa Civil com o apoio da Vale. As famílias serão acomodadas em hotéis da região e receberão assistência integral da empresa. Os animais resgatados serão abrigados na Fazenda do Engenho, sob os cuidados de 90 funcionários, entre médicos veterinários, biólogos e auxiliares. (VALE, 2020h).

Em suma, a Vale trata as evacuações enquanto medidas preventivas e as chama de desocupações.

6. OS SENTIDOS PRESENTES NAS NARRATIVAS DA ONG GABINETE DE CRISE – SOCIEDADE CIVIL PÓS-ROMPIMENTO

A ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil foi constituída logo após o rompimento na barragem da Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho. A ONG

representa uma articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos do campo ambiental em contraposição ao Gabinete de Estado no sentido de **reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela companhia Vale**, no município de Brumadinho e em toda a bacia do Paraopeba, na data de 25 de janeiro de 2019, não se esquecendo do rompimento de Fundão em Mariana na bacia do Rio Doce. (GABINETE DE CRISE, 2019).

Ainda sobre sua constituição, em uma notícia do dia 14 de fevereiro de 2019 para o Globo, a ONG declarou por meio da ambientalista Maria Teresa Corujo que a função do gabinete recém constituído seria trazer a população para o debate, e que a ONG acompanharia de perto “as medidas e as não medidas” e que seu objetivo seria o de trazer visibilidade e permitir um acompanhamento da situação em Brumadinho para a população. Na época, foi pontuado que o principal instrumento do gabinete seria o seu site, porém esse se encontra fora do ar e o último acesso que tive foi em meados de 2020. Hoje os meios de comunicação da ONG são suas páginas no *Facebook e Instagram* e o banco de notícias assinadas pela ONG que foram divulgadas pelo site do projeto Manuelzão, conforme exposto na metodologia.

Com base nisso, posicionei de antemão um dos sentidos presentes nas diversas narrativas construídas pela ONG: a consideração do rompimento na Mina de Córrego do Feijão enquanto um crime ambiental de responsabilidade da empresa Vale.

Os dados coletados foram publicados pela ONG entre 22 de fevereiro de 2019 até 17 de novembro de 2020. Ao longo do tempo foram observadas a presença de três grandes narrativas: i) O rompimento da barragem enquanto crime ambiental; ii) As operações de mineração e seus impactos; iii) A atuação social e política da ONG. Conforme exposto na seção anterior relacionada às narrativas da Vale, reforço que cada grande narrativa é sustentada e fundamentada por sentidos que surgem a partir dos temas de segunda ordem, e que por sua vez, também são compostos por enredos diversos que os

sustentam. Ao englobar um ou mais enredo, os sentidos que compõem cada grande narrativa da ONG Gabinete de Crise, se estabelecem sem marcações temporais específicas e, portanto, são fluídos e interrelacionados ao longo do tempo.

Ademais, os sentidos presentes que permeiam as publicações da ONG e/ou que a envolvem configuram-se a partir dos processos de *sensemaking* e *sensegiving* e, dessa forma, fazem parte do contexto de interação comunicativa e servem de suporte e quadro de referência para ação da mesma e de seus interessados. Aqui diferente da Vale, a qual desenvolve narrativas exclusivamente produzidas e publicadas apenas em seu nome, a ONG por outro lado apresenta o compartilhamento e desenvolvimento de narrativas cujo sentido e construção atravessa outras entidades e a população impactada.

Ressalta-se ainda que as narrativas que compõe a comunicação da ONG fazem e direcionam os sentidos a respeito das situações provocadas pelo rompimento e pelas operações de mineração, tais entendimento direcionam possíveis ações sociais por parte dela e da comunidade impactada, as quais por sua vez desencadeiam ou não ações e posicionamentos por parte das instituições envolvidas.

Além disso, a comunicação da ONG evoca um traço narrativo mais emocional, dialógico e humano, e, portanto, diferente do que vimos na da Vale que utiliza uma comunicação que continuamente evoca a razão e uma lógica de causa e efeito linear.

Com base nesses aspectos, nesta seção o objetivo é a análise dos sentidos presentes, nas narrativas da ONG Gabinete de Crise, que permeiam o processo de *sensemaking* e *sensegiving*. Por isso, nesta altura da análise não serão abordados a respeito da ficção e da performatividade narrativa, haja vista que essa discussão teórica será trazida na próxima seção.

6.1 “As mãos dos acionistas estão sujas de lama”

A grande narrativa o rompimento da barragem enquanto crime ambiental se estabelece pelo processo de *sensemaking* e *sensegiving* do Gabinete de Crise que permeia os dados entre o dia 19 de março de 2019 até 9 de outubro de 2020 e fundamenta-se sobre os sentidos relacionados ao i) crime ambiental,

ou seja, o rompimento e a responsabilidade da Vale; e aos ii) impactos decorrentes desse crime ambiental. É com essa narrativa que a ONG interpreta e direciona os sentidos que estabelece o rompimento enquanto um crime e de que a culpa é efetivamente da Vale, exigindo, portanto, a responsabilização dos envolvidos. Além disso, seu *sensemaking* sobre os impactos decorrentes do crime se estabelecem por um sentido que humaniza as vítimas, na medida que alude impactos tidos enquanto invisíveis, mas que ainda assim se fazem presentes no cotidiano destes atingidos.

6.1.1 “O Gabinete de Crise – Sociedade Civil reitera a solidariedade às comunidades do município de Brumadinho: não foi acidente!”

Situar o rompimento na barragem da Mina de Córrego de feijão enquanto crime precede a própria constituição e formação da ONG e, portanto, é um quadro de referência de ação central nos processos de *sensemaking* e *sensegiving* do Gabinete de Crise. Isso é percebido desde a primeira publicação da ONG em relação ao evento, divulgada no dia 19 de março de 2019. O Gabinete de crise estabelece que “a data marca 60 dias do rompimento da barragem da mineradora, que inundou Brumadinho de lama tóxica e tristeza” convocando a população para “ato em repúdio ao crime da Vale em Brumadinho (MG), que matou 207 pessoas e deixou outras 101 desaparecidas, além dos impactos socioambientais gerados pela tragédia anunciada.” (MANUELZÃO, 2019).

A frase colocada como título nesta seção é da notícia publicada em 25 de abril de 2019, intitulada três meses de crime ambiental. Aqui a ONG assevera que

Todas essas afetações [mortes e impactos socioculturais e econômicos] são os resultados do novo crime cometido neste ano pela segunda maior mineradora do mundo. **O que fica explícito nestes dois eventos é que não foi um acidente da natureza ou um desastre.** Foi, sem dúvida, uma **negligência criminosa da empresa**, fiscalização, licenciamento ambiental. Não existe falta de tecnologia. **A tragédia foi, na realidade, fruto de decisões políticas e econômicas.** (MANUELZÃO, 2019a).

Consoante, a ONG divulgou junto ao texto a figura abaixo, enfatizando o rompimento enquanto crime ambiental e direcionando os sentidos para a culpa

da Vale, ao passo que a logo da empresa é apresentada banhada de sangue. O sentido presente aqui é emblemático, afinal, a imagem traduz que a Vale (e seus acionistas) não estão apenas com mãos sujas de lama, mas também sujas de sangue. (GABINETE DE CRISE, 2019a).



Figura 6. 3 meses de crime ambiental: Não foi acidente!
Fonte: Gabinete de Crise (2019a).

Esses sentidos também se fazem presentes na divulgação de reportagens e de declarações de pesquisadores ou outras entidades, em que os argumentos corroboram com a posição da ONG. Um exemplo é um trecho publicado pela ONG de uma matéria do site do projeto Manuelzão em sua página do *Facebook* em maio de 2019:

É um crime contra humanidade, diz coordenador do projeto Manuelzão sobre Brumadinho [...] Em entrevista ao Hoje em Dia, o professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal classifica a tragédia

como “crime”. Para o docente, o desastre de Mariana, na região Central, em 2015, não deixou lições. (GABINETE DE CRISE, 2019b).

Outros exemplos caracterizam-se pela divulgação do trabalho realizado pelo Antagonista sobre os episódios de imprudência e negligência que desencadearam o rompimento e o relatório da ONU “que afirma que Vale foi criminosa”. A respeito desta última, a ONG divulgou na sua página do *Facebook* no dia 18 de setembro de 2020 mencionando que “o documento também pediu reformas para assegurar tanto a possibilidade de punição dos executivos das mineradoras responsáveis pelos rompimentos, quanto a efetividade do processo de reparação das vítimas.” (GABINETE DE CRISE, 2020).

O processo de *sensemaking* da ONG em relação ao rompimento parte deste quadro de referência pautado sobre o entendimento do rompimento em Brumadinho enquanto crime ambiental cuja responsabilidade é da empresa Vale, assim como o rompimento corrido em 2015 em Mariana. É por meio desse sentido compartilhado que o processo de *sensegiving*, que é simultâneo ao *sensemaking*, é estabelecido. Assim, a identificação do rompimento como um crime é um sentido importante nas aberturas de mundo que a ONG estabelecerá narrativamente e pautarão as possibilidades futuras de ação [da ONG e de seus interessados, como as comunidades impactadas], de antemão situo, por exemplo, um dos mundos abertos pela ONG, o qual direciona e influencia significados relacionados a necessidade de mudança em relação às práticas relacionadas às operações de mineração. Entender, portanto, ambos os rompimentos como crimes é crucial para justificar a necessidade de mudança.

6.1.2 “A lama continua adoecendo e matando...”

Na elaboração de significados na grande narrativa que situa o rompimento enquanto crime ambiental de responsabilidade da Vale, o Gabinete de Crise evidencia que esse quadro de referência é compartilhado pela ONG e outras entidades que a apoiam e que são apoiadas por ela (como o Projeto Manuelzão). Dessa forma, quando a ONG alude a respeito dos impactos decorrentes do rompimento ela direciona os sentidos para dois enredos: i) os impactos na distribuição de água e na bacia do Rio Paraopeba; e ii) impactos na saúde da população.

6.1.2.1 "Relações existentes antes do rompimento não são mais possíveis nas bacias do doce e Paraopeba"

SOMOS MINAS DAS ÁGUAS GERAIS. Está em nós, mineiros, nossas serras e águas, nosso patrimônio natural tão rico de vida, nossas comunidades e nossa cultura, nossa agroecologia, nossa culinária, nossa capacidade de reinventar... Nossas serras guardam nossa identidade. **Acreditar em outros caminhos econômicos, mais sustentáveis e compatíveis com a proteção da vida, nos move.** (QUINTÃO, 2019).

Ao aludir os impactos na distribuição e qualidade da água e na bacia do Rio Paraopeba, o tom dado pelo Gabinete é principalmente o de conscientização e luta. Ademais, a ONG se coloca enquanto porta-voz da comunidade e de outras instituições, como o Movimento pelas Serras e Águas de Minas, a SOS Serra da Piedade e integrantes da Aliança pela Alimentação Adequada.

Consoante à grande narrativa, novamente os sentidos compartilhados – pelo processo de *sensemaking* e *sensegiving* - estabelecem a abertura de um mundo narrativo no qual a mineração poderia ser feita diferente. Como podemos ver inclusive na fala de Quintão (2019) compartilhada pela ONG na sua página do *Facebook* ao aludir os impactos do crime ambiental.

Em relação ao enredo dos impactos, houve entre o março e julho de 2019 o direcionamento de sentidos relacionados principalmente aos impactos na distribuição de água. Um exemplo de março de 2019 a ONG chama atenção para o seguinte: “JÁ IMAGINOU TODA REGIÃO METROPOLITANA DE BH SEM ÁGUA NAS TORNEIRAS?”. A partir disso, ela pontuou a fala do geólogo Paulo Rodrigues que salientou que a preocupação dos ambientalistas vai muito além do Rio Paraopeba e, portanto,

também se volta para os mananciais do distrito industrial de Bela Fama, em Nova Lima, na Grande BH, responsável pelo abastecimento de cerca de 70% da água consumida pelos belo-horizontinos e que está cercada por barragens de rejeitos de mineração. (GABINETE DE CRISE, 2019c).

Além disso, outro exemplo é publicação é do dia 10 de julho de 2019, com a publicação chamada “Copasa sinaliza possível racionamento de água em BH”, a ONG assevera que “após o crime ocorrido em Brumadinho e terrorismo de

Barragens continuado no estado, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais- COPASA anuncia possível racionamento de água em BH.” (MANUELZÃO, 2019b). Ressalto aqui o uso do termo “terrorismo de barragens”¹¹, esse sentido se faz presente por todo processo de *sensemaking* e *sensegiving* da ONG, sendo direcionado por toda narrativa construída, principalmente quando há a alusão sobre as operações de mineração e seus impactos nos modos de viver das comunidades e nas regiões que tais operações se estabelecem.

A racionalização da água é mencionada como um problema decorrente dos impactos sobre a bacia do Rio Paraopeba, pois segundo a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), com o rompimento, a água do rio ficou com qualidade insatisfatória para tratamento e, portanto, a captação do Paraopeba foi interrompida e alterada para ser feita por meio das represas de Rio Manso, Serra Azul e Vargem das Flores. (MANUELZÃO, 2019b).

Em sequência, especificamente sobre o Rio Paraopeba, a ONG fez três publicações na sua página do *Facebook*: duas caracterizam-se pelo trabalho de pesquisadores, uma do dia 14 de agosto de 2020 aborda pesquisa da revista *Ciência e Cultura* sobre as consequências ambientais, sociais e econômicas e na saúde das comunidades atingidas pelo rompimento com foco na bacia do Rio Paraopeba, e a outra do dia 14 de setembro de 2020 exhibe a pesquisa do Professor da USP Evandro Saidel que em entrevista reitera que as ‘relações existentes antes do rompimento não são mais possíveis nas bacias do doce e Paraopeba’. (GABINETE DA SOCIEDADE, 2020a).

A terceira, publicada em 9 de outubro de 2020, divulgou a reportagem da Record TV e é intitulada “Record TV: vizinhos do Rio Paraopeba sofrem com falta d’água 20 meses após o rompimento”. Aqui a ONG ao dar voz à comunidade pontua que

Segundo relatos de moradores da comunidade de Cachoeira do Choro, em Curvelo, a Vale não tem cumprido a decisão judicial que obrigou a mineradora a garantir o abastecimento de água nas regiões atingidas pelo colapso da barragem. Falta d’água também assola Pompéu e municípios no entorno da represa de Três Marias. (GABINETE DE CRISE, 2020b).

¹¹O terrorismo nas barragens é um sentido presente da grande narrativa “operações de mineração e seus impactos” que será trabalhada mais adiante.

A elaboração de sentidos a respeito dos impactos nas águas e no Rio Paraopeba vai além, afinal, ao trazer sobre isso a ONG estabelece um *sensegiving* que evidencia danos concretos e inquantificáveis, como a não possível recuperação do Rio Paraopeba.

6.1.2.2 “Impactos continuados dos rompimentos de barragens marcam a vida das pessoas atingidas”

Aqui a elaboração de sentido se estabelece por um enredo que circunscreve sobre os impactos na saúde dos atingidos. No dia 3 de fevereiro de 2020, a ONG foi republicada pelo projeto Manuelzão que expõe a matéria intitulada “A saúde dos atingidos pela mineração”. O Gabinete de Crise posiciona que os

Impactos continuados dos rompimentos de barragens marcam a vida das pessoas atingidas: problemas psicológicos, sofrimento com estresse pós-traumático, luto “suspenso” dos familiares de vítimas desaparecidas e contaminação por metais pesados. Os crimes dos rompimentos de barragens e suas consequências são expressões máximas de violências econômicas e institucionais das mais distintas ordens. **Essas violências se transformam em sofrimento e se manifestam sobre as vidas cotidianas das pessoas submetidas a elas, em nosso caso os atingidos e atingidas direta e indiretamente pelas barragens de mineração.** (MANUELZÃO, 2020).

Ao aludir os impactos na saúde, esse processo de *sensemaking*, estabelece que a mineração, suas barragens e operações, é uma geradora de violências, que por sua vez, é transformada em sofrimento manifestado na vida cotidiana das pessoas que são atingidas direta ou indiretamente por isso. A partir do entendimento que o *sensegiving* é simultâneo, ao trazer esses sentidos à narrativa a ONG também volta reforçar a necessidade de mudança nas operações de mineração. Esse é o quadro de referência para ação: se há pessoas que estão em sofrimento diário e com a saúde psicológica abalada, o que deve ser feito?

Ao direcionar os sentidos para os impactos e violência geradas que vão muito além daquilo que pode ser quantificável. O Gabinete de Crise humaniza as vítimas e a comunidade impactada. Além disso, evidencia impactos invíveis, como a falta do adeus e dos problemas ocasionados pelo estresse pós-

traumático. Reforça novamente que “estes crimes afetam o cotidiano das pessoas trazendo sofrimento e adoecimento mental.” (GABINETE DE CRISE, 2019d).

“A lama continua adoecendo e matando as pessoas por causa do medo, da angústia e da tristeza. Os casos de falecimento de moradores fragilizados pela situação são comuns. A venda de antidepressivos triplicou em Barão de Cocais. Em outros locais como Santa Bárbara, André do Mato Dentro, Macacos, Congonhas... **a lama invisível continua fazendo estragos na vida das pessoas, na biodiversidade, nas águas, nas comunidades e nas paisagens.** Não tem indenização que pague todo o sofrimento e as perdas humanas. Enquanto isso, a Vale e outras mineradoras continuam sem punição.” (GABINETE DE CRISE, 2019d).

O Gabinete de Crise, no processo de elaboração desses significados, mostra a partir de sua versão narrativa a complexidade dessa realidade vivida por aqueles que mais sofrem. Esse *sensemaking-sensegiving* demonstra que o rompimento é muito maior que um evento delimitado no tempo e, portanto, suas consequências permanecem “para sempre”. Ao usar o termo lama invisível, a ONG enfatiza novamente a insustentabilidade dessa mineração que mata, adocece e faz estragos na vida das pessoas.



Figura 7. Doí demais o jeito que vocês foram embora.
Fonte: Gabinete de Crise (2019e).

6.2 As operações de mineração

Outra grande narrativa, presente no processo de *sensemaking* e *sensegiving* do Gabinete, direciona os sentidos para as operações de mineração. Ela é estabelecida entre março de 2019 até novembro de 2020. Nessa narrativa, ONG adere uma postura crítica e de denúncia sobre os riscos inerentes as operações de mineração e, portanto, os sentidos são direcionados para i) a insustentabilidade e a impunidade na mineração, e ii) o terrorismo das barragens.

6.2.1 “Gabinete de Crise - Sociedade Civil divulga manifesto contra as tragédias e insustentabilidade da mineração”

Entre meados de 2019 até novembro de 2020 a ONG publicou diversos textos e imagens, que enquanto parte do processo de *sensemaking* e *sensegiving*, que direcionaram os sentidos para a insustentabilidade da mineração. Isso é enfatizado quando trouxeram à tona denúncias sobre as operações de mineração e situações de impunidade por parte da Vale. Os sentidos presentes vão além dos eventos pontuais caracterizados pelos rompimentos, tanto da Mina de Córrego de Feijão quanto o da barragem de Fundão ocorrido em 2015 em Mariana, portanto, aludiram de forma ampla as operações de mineração.

A respeito da insustentabilidade da mineração, a ONG publicou uma carta aberta divulgada em junho de 2019, a qual dirigiu questionamentos para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Na carta a ONG solicita clareza e transparência no acesso de informações confiáveis sobre as operações de mineração e ressalta o seguinte questionamento:

Seria a atividade mineradora tão relevante para a sociedade em termos de pagamento de impostos e de geração de empregos que compensaria os danos e os riscos de toda ordem que acarreta para esta mesma sociedade em termos dos impactos ambientais da atividade normal das minas e dos impactos oriundos da ocorrência de um sinistro? (MANUELZÃO, 2019c).

Como se pode vislumbrar pelo trecho da carta aberta, a ONG estabelece em seu processo de *sensemaking* e *sensegiving* a abertura de mundos possíveis a partir de aberturas de sentido que instigam a reflexão do interlocutor.

Consoante, outra publicação do dia 20 de novembro de 2019 articulou sobre manifesto deliberado durante o seminário chamado “Na contramão do discurso ideológico da mineração: tragédias e insustentabilidade”. O seminário teve a participação de diversos movimentos sociais e atingidos puderam ser ouvidos. O manifesto abordou que “os benefícios oriundos do setor são muito inferiores aos prejuízos decorrentes da atividade”. Esse manifesto dá continuidade aos direcionamentos de sentido trazidos pela divulgação da carta aberta. Além disso, ONG na sua página do *Facebook* evidência o seguinte trecho:

O manifesto, que reúne depoimentos de ambientalistas, moradores de áreas atingidas e representantes de diversas entidades da sociedade civil, denuncia que “a tentativa de imposição da economia de exportação de bens primários (as commodities) é baseada no compadrio e relação de cumplicidade entre agentes do Estado e das empresas de mineração, e com medidas voltadas ao silenciamento das comunidades, de defensoras e defensores de direitos, e por meio de linguagens e peças de comunicação construídas para atacar e submeter o senso comum das pessoas a imagens falseadas e números manipulados do significado da mineração.” (GABINETE DE CRISE, 2019f).

Com base nisso, observa-se que a narrativa sobre a insustentabilidade da mineração se estabelece a partir de um processo de *sensemaking* pautado sobre as vivências pessoais dessa comunidade impactada, e para além disso, nas incoerências e contradições das práticas e discursos do setor minerário. A respeito das denúncias, a ONG apontou i) o rompimento da Samarco, a impunidade por parte dos responsáveis e os impactos que ainda permanecem; ii) o rompimento de Brumadinho, a impunidade por parte dos responsáveis, o conflito de interesses presentes entre as instituições envolvidas e a negligência da Vale na reparação dos atingidos; ainda, são abordados sobre iii) a violação de direitos e o terrorismo de barragens, e por fim, iv) a negligência da Vale com seus funcionários na pandemia do coronavírus.

O rompimento na barragem de Fundão em Mariana é um evento continuamente abordado pela ONG em suas narrativas, e ao aludi-lo nesse momento, ela revela sobre a impunidade dos envolvidos denunciando um

processo lento de reparação: “até o momento, nenhuma pessoa foi punida pelo que é considerado o desastre industrial de maior impacto ambiental na história do país”. (GABINETE DE CRISE, 2019g). Outras denúncias, ainda sobre o rompimento de 2015, evidenciou os impactos permanentes na bacia do rio doce e a contaminação do rio enquanto um perigo de saúde pública. Aqui novamente reforçaram sobre a impunidade salientando que a tragédia está longe do fim:

O crime [do rompimento em Mariana] se perpetua, contudo, no desrespeito às populações atingidas, na degradação não reparada do meio ambiente e na contaminação por metais pesados de solo e água da bacia do rio Doce. Todos os responsáveis estão livres da acusação de homicídio das 19 vítimas do rompimento e aguardam julgamento em liberdade. Samarco, suas proprietárias Vale e BHP Billiton e a empresa de engenharia VogBr, além de nove pessoas responderão apenas por inundação qualificada. (GABINETE DE CRISE, 2020c).

A memória é um elemento presente na comunicação da ONG, afinal, com o reforço contínuo em comunicar que o rompimento de 2015 não teve responsabilização por parte dos envolvidos, mesmo tanto tempo depois, o Gabinete de Crise também faz alusão a um cenário social e político que beneficia as empresas mineradoras.

Agora, no que diz respeito ao rompimento de Brumadinho, a ONG apresentou denúncias também sobre a impunidade, mas além disso uma possível bonificação aos diretores da Vale. Analogamente, dá continuidade ao processo de *sensemaking* e *sensegiving* pautado sobre o cenário social e político que é benéfico as mineradoras. No dia 28 de maio de 2020 a ONG divulgou uma notícia do site G1 intitulada “Diretores da Vale receberão R\$ 19 milhões por desempenho em 2019, ano do rompimento em Brumadinho, ao publicar em sua página o Gabinete de Crise destacou o seguinte trecho “valor aprovado por assembleia de acionistas é referente ao ano que ocorreu o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, deixando 272 vítimas; decisão revoltou familiares e vítimas”. Consoante a falta de impunidade, a ONG evidencia os conflitos de interesses e relações de poder nas operações de mineração ao aludir que a empresa contratada para fiscalizar as barragens prestou serviços para mineradoras que precisa fiscalizar e ressalta o seguinte trecho:

Reportagem da Agência Pública revelou que a empresa estadunidense Aecom, contratada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) para

realizar a análise técnica de barragens, prestou serviço no exterior para mineradoras que agora deve fiscalizar no Brasil. Possível conflito de interesse em contratação sem licitação será apurado pelo Ministério Público Federal. O contrato de R\$10,418 milhões entre a ANM e a Aecom do Brasil para a perícia de 336 barragens foi assinado em dezembro de 2019 e vale por 30 meses. (GABINETE DE CRISE, 2020d).

Em suma, os sentidos estabelecidos aqui, e que compõem o processo de *sensemaking e sensegiving*, reforçam o posicionamento da ONG pautado sobre o entendimento de rompimento em Brumadinho “foi, sem dúvida, uma negligência criminosa da empresa, fiscalização, licenciamento ambiental. Não existe falta de tecnologia. A tragédia foi, na realidade, fruto de decisões políticas e econômicas”, as quais como podemos ver figuram enquanto benéficas para as mineradoras. (MANUELZÃO, 2019a).



Figura 8. Pelo direito dos atingidos: Basta de impunidade!
Fonte: Gabinete de Crise (2020e).

Por conseguinte, em abril de 2019, o Gabinete de Crise fez diversas denúncias, as quais foram discutidas anteriormente em coletiva de imprensa realizada pela ONG. As denúncias aludiam os abusos de mineração em Minas Gerais, fato caracterizado pela ONG enquanto terrorismo das barragens (será abordado em seção específica na sequência), o uso dos comunicados da mineradora Vale como propaganda enganosa, o risco da crise hídrica e, por fim,

a violação de direitos dos atingidos pela situação de risco imposta pelas barragens sem garantia de segurança.

Os sentidos aqui reforçam o entendimento de que a mineração é insustentável e pautada sobre interesses monetários e financeiros por parte das empresas mineradoras e partes interessadas. Como ainda, enfatizam que a mineração não beneficia o estado, a região e nem o povo de Minas Gerais, mas sim as empresas e seus acionistas. Um exemplo, é o uso de uma fala do engenheiro Euler Cruz:

De acordo com Cruz, apenas 3% da economia de Minas Gerais se beneficia da mineração, enquanto isso as empresas mantêm controle da população sob a ameaça de fechamento de postos de trabalho. “É necessário um plano de contingência econômica, já que a participação da indústria de extração está em decadência no PIB de Minas Gerais. Essa é uma tendência do setor e esses postos de trabalho já estão sendo perdidos”, afirmou. (MANUELZÃO, 2019d)

Por fim, há denúncias sobre a continuidade das operações de mineração durante a pandemia, especificamente a respeito da contaminação de empregados. Uma publicação da ONG do dia 27 de março de 2020 ressalta que

A Vale mantém seus funcionários em risco enquanto anuncia a compra de 5 milhões de kits de testes para a doença. A mineração não faz parte da lista de atividades essenciais definida em decreto do governo federal. Quer dizer – a opção por obrigar milhares de funcionários a se encontrarem e trabalharem durante a pandemia é exclusiva da Vale. (GABINETE DE CRISE, 2020f).

Consoante, em junho de 2020 a ONG volta a aludir tal situação, agora enfatizando a necessidade de responsabilização. A notícia intitulada “Com 200 casos de covid-19, Vale é interdita em Itabira por fiscais do trabalho” estabelece que “foram detectadas diversas irregularidades que colocam os trabalhadores em situação de grave e iminente risco”. (GABINETE DE CRISE, 2020g).

6.2.2 “Sociedade Civil denuncia “terrorismo” de barragens e violação de direitos”

Entre março de 2019 até setembro de 2020 a ONG compartilhou e disseminou 35 publicações que direcionaram o sentido para o tema “terrorismo das barragens”. Nesse contexto, construíram uma comunicação que denuncia e

conscientiza sobre como os modos de viver nas comunidades e regiões são impactados pelas operações de mineração.

A ONG dá voz aos interesses e ao sofrimento das comunidades, diferente de como a VALE estabelece os sentidos sobre a instabilidade das barragens que é exclusivamente pautado sobre pressupostos técnicos e normativos. O terrorismo das barragens é fundamentado por diversos enredos, caracterizados pela i) postura da Vale, a violação dos direitos e contextualização sobre o terrorismo das barragens; ii) a instabilidade das barragens; e, iii) as sirenes que tocam, o sofrimento diário e os expulsos de casa.

6.2.2.1 “O cenário atual é irresponsável, caótico e desumano”

O sentido aqui é direcionado para o entendimento da postura da Vale em relação à instabilidade das barragens, aos riscos inerentes à sua operação, e principalmente sua postura para com as comunidades. Nesse sentido, o Gabinete denuncia esse cenário como irresponsável, caótico e desumano, e argumenta que

A situação gerada pelas barragens de rejeitos sem estabilidade garantida, pela retirada de pessoas às pressas de suas casas, pela colocação de placas de pontos de encontro e rotas de fuga, e pelas simulações de emergência em várias localidades vem causando pânico na população, ampliando o clima de insegurança e violando direitos. Todo esse sistema conta com a omissão do Estado. (GABINETE DE CRISE, 2019h).

Além do posicionamento, nesta publicação de abril de 2019, foi divulgado junto ao texto um convite para uma coletiva de imprensa realizada pelo Gabinete com representantes do Projeto Manuelzão, da Clínica de direitos Humanos, do Fórum Permanente São Francisco e com a participação de um morador de Barão de Cocais (região extremamente afetada pelas operações da Vale, como visto na narrativa da instabilidade das barragens). A figura 7 dá ênfase para o nome do Gabinete de Crise – Sociedade Civil, de forma que enfatiza sua responsabilidade sobre a realização desse evento, e as frases “Não podemos nos calar!” e “terrorismo das barragens e violação de direitos”.

Essa elaboração de significados, que compõe o *processo de sensemaking-sensegiving* do Gabinete, parece a todo momento colocar em

xeque a legitimidade da Vale. A construção dessa comunicação, além de situar a Vale enquanto empresa criminosa, situa ainda as contradições de suas práticas e o impacto disso sobre as comunidades e a região impactadas por suas operações e decisões. Ao enfatizar o “não podemos nos calar!”, o Gabinete parece subentender uma postura passiva dos interessados frente a esse cenário (*sensemaking*), ao mesmo tempo que diretamente reforça a importância da luta e da pressão popular para mudar esse cenário “irresponsável, caótico e desumano” e que ainda apresenta omissão do governo.

Não podemos nos calar!

15 de abril 2019 - Segunda-feira
Das 9h às 12h - Local: Auditório da AFFEMG
(Rua Sergipe, 893 - Savassi - Belo Horizonte)



Gabinete de Crise - Sociedade Civil denuncia
“TERRORISMO” DE BARRAGENS
E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Coletiva de imprensa em Belo Horizonte
com Marcus Vinícius Polignano (Projeto Manuelzão/UFGM),
Leticia Soares Aleixo (Clínica de Direitos Humanos/UFGM),
Rafael Gomes (Morador de Barão de Cocais),
Euler Cruz (Fórum Permanente São Francisco)

Confirmar presença pelo email
gabinetedecrisecomunicacao8@gmail.com
ou pelos telefones: 55 31 3409-9646
(Projeto Manuelzão/UFGM) e 55 31 97133-5665
(Movimento pelas Serras e Águas de Minas)

gabinetedasociedade.org

Figura 9. Não podemos nos calar!
Fonte: Gabinete de Crise (2019i).

Em continuidade, a ONG em outras publicações reforçou que a Vale mostrou “total desrespeito aos direitos das populações e descaso quanto ao iminente colapso híbrido de Belo Horizonte e região metropolitana.” (GABINETE

DE CRISE, 2019j), e denunciaram uma mudança na postura da Vale no pós-rompimento em Brumadinho argumentando que

Não houve nenhuma mudança significativa no cenário, como grandes chuvas ou abalos sísmicos. O que mudou foi a postura de empresas, que não se arriscam mais ao assinar laudos de estabilidade para essas estruturas. O resultado é um terror generalizado entre aqueles que moram perto dessas barragens ou dependem de cursos d'água que estão próximos a elas. (GABINETE DE CRISE, 2019k).

Além disso, a ONG em uma publicação no dia 24 de janeiro de 2020 enquanto porta-voz da comunidade, afirmou que

No que diz respeito à forma como as crianças convivem com a mineração, uma questão é frequente: como lidar com o medo constante de ter a casa ou a escola invadida pela lama a qualquer momento? Se para os adultos, o contexto de incerteza já gera angústia, imagine o que tais situações representam para meninos e meninas que sofrem hoje com o terrorismo de barragens? (GABINETE DE CRISE, 2020h).

Por conseguinte, outra publicação é de agosto de 2020, aqui o gabinete mencionou um treinamento de evacuação realizado pela empresa feito sem aviso prévio a população. Realizado ao redor das barragens B3 e B4 em Macacos, a ONG, ao dar voz à comunidade local, pontuou que essa situação gerou apreensão e indignação nos moradores da área e que as estruturas estão no nível 3 e com risco iminente de rompimento. (GABINETE DE CRISE, 2020i).

O processo de *sensemaking-sensegiving* do Gabinete que circunscreve a elaboração de significados sobre como a instabilidade das barragens se estabelece, pauta-se sobre o entendimento de que esse cenário configura o que chamam de terrorismo das barragens, isso decorre, primeiro porque a empresa pauta suas operações a partir de discursos normativos e técnicos, desprezando os maiores impactados de suas operações, ao passo que desestabiliza continuamente os modos de viver da população, que apresenta um viver pautado pela insegurança e sofrimento contínuo. O terrorismo das barragens direciona os sentidos para a compreensão de que a mineração é insustentável e de que a postura da Vale é negligente e pautada apenas em seus interesses econômicos. Isso promove a abertura de um mundo do qual a necessidade mais urgente é mudar como as coisas são feitas, mudar como a mineração é feita, mudar essa

omissão governamental, só que para isso, a ONG e a população *não podem se calar*.

6.2.2.2 “Mais da metade das barragens em estado crítico no país estão em Minas...”

A elaboração de sentidos diretamente relacionada à instabilidade das barragens, é apresentada principalmente nas publicações feitas em 2020 pela ONG. Nesse contexto, o Gabinete para estabelecer o cenário do estado de Minas Gerais utilizou os dados e relatórios extraídos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e da Agência Nacional de Mineração. A partir dessas informações foram publicadas diversas vezes que mais da metade das barragens do Brasil que estão em estado crítico estão situadas em Minas Gerais.

Um exemplo é uma publicação de abril de 2020 que mencionou a interdição de 47 barragens por falta de declaração de estabilidade, e que destas 37 se encontravam em Minas Gerais. Já outra notícia aludiu um relatório referente ao ano de 2019 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico informando que no estado de Minas Gerais são mais de 80 estruturas em condições de risco.

O Gabinete de Crise ao enfatizar situações específicas de instabilidade, a também pontuou a falta de declarações de estabilidade da barragem de Santana em Itabira, e enfatizou outras situações de aumento do nível de emergência de diversas estruturas da Vale, a qual por sua vez dá início aos planos de emergência, puramente.

Por fim, em setembro de 2020, ONG em uma publicação ressaltou que “no último ano, além da catástrofe de Brumadinho, que deixou 271 vítimas e afetou mais de 40 mil pessoas, houve o impressionante aumento de 129% no número de barragens em situação crítica no país.” (GABINETE DE CRISE, 2020j).

6.2.2.3 “Mais de mil exilados pelo terrorismo das barragens”

Por fragmentos de paisagens que remetem há tempos de quando o que se comia era o que se cultivava, na mata, nas hortas e nos quintais, e o nascer vinha de parto, muitas das vezes natural, seguimos os rastros da lama INVISÍVEL que paralisa a vida de um povo nascido em terras. [...] Querem calar o canto dos pássaros, o coaxar de sapos noturnos, a vida de gentes da Terra, por um monte de barulhos, de

máquinas ensandecidas, de vozes inconscientes, de caminhos de destruição. Não há informações claras. Não há o devido cuidado com as pessoas e com a natureza. A única coisa que é mais ou menos certa é o cronograma para o desastre. (CORUJO, 2019).

Esse trecho foi publicado em 24 de junho de 2019 pela ONG em sua página do *Facebook*, trazendo a fala da ambientalista Maria Teresa Corujo, representante e participante da ONG, aqui a partir desse texto os sentidos são direcionados a instabilidade das barragens e como seus riscos afetam significativamente os modos de viver e a saúde mental da população. Observa-se com o trecho de Corujo, que é membro integrante do Gabinete, uma autorialidade não vista na comunicação da Vale. Ainda, mesmo que o trecho esteja vinculado aos posicionamentos da ONG, este trás consigo uma subjetividade de alguém que vive e luta para que esse cenário mude. A denúncia exposta pela ambientalista evidência mais uma vez a insustentabilidade da mineração e seus transtornos para o meio ambiente, a região e as pessoas que vivem ao seu redor.

Essa grande narrativa também é composta pelos sentidos que compreendem o exílio e a expulsão de pessoas de seus lares. Enfatizo aqui, que o Gabinete teve um número expressivo de publicações sobre esse tema. A primeira publicação foi do dia 28 de março de 2019 que pontuou a existência de mais de mil exilados por causa do terrorismo das barragens imposto pelas mineradoras. O Gabinete utilizou um recurso intertextual para mostrar quais comunidades foram impactadas e o número de pessoas afetadas em cada uma.

EXPULSOS DE CASA

COMUNIDADES	MORADORES
Brumadinho (25.01.2019)	138
Itatibaçu (11.02.2019)	166
Barão de Cocais (11.02.2019)	492
Macacos (18.02.2019)	215
Nova Lima (20.02.2019)	100
Ouro Preto (20.02.2019)	25
Rio Preto (16.03.2019)	29
Total	1165

Figura 10. Expulsos de Casa
Fonte: GABINETE DE CRISE, 2019k.

Segundo a ONG essa situação, como é exposta também pelo trecho da Corujo, é de sofrimento diário, e que para além das incertezas, há o medo constante, afinal “moradores de Itatiaiuçu, Barão de Cocais, Macacos, Nova Lima, Ouro Preto e Rio Preto, ao ouvirem o soar das sirenes, temem que suas histórias de vida sejam apagadas pelo derramamento de mais um tsunami de rejeitos”. (GABINETE DE CRISE, 2019k). Outra publicação é de abril de 2019 que alude a violação de direitos e pontuam que “após o rompimento de Córrego de Feijão, ninguém mais tem certeza [...] a insegurança é muito grande. A incerteza gera esse terrorismo. Pessoas ficam sendo conduzidas a hotéis, como se isso resolvesse a sua vida.” (GABINETE DE CRISE, 2019l).

Essa situação permanece constante, afinal, em 2020 continuaram sendo disseminadas pela ONG publicações cujo o sentido repousavam-se sobre a expulsão de diversas famílias de suas casas. Aqui poderíamos citar a publicação do dia 14 de fevereiro de 2020 intitulada “Em Ouro Preto, 28 famílias próximas à barragem da Vale terão que deixar suas casas”; outra publicada em 17 de junho de 2020, que ressaltou que “em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, 67 famílias vizinhas de barragem da Vale terão de deixar suas casas; outra publicada no dia 2 de julho de 2020 mencionou que o “risco iminente de rompimento de duas estruturas da mineradora forçou retirada dos moradores [de Ouro Preto e Itabirito] mesmo em meio à pandemia do coronavírus”, e por fim, a publicação de agosto de 2020 que salientou que até mesmos os detentos em Itabira tiveram que ser transferidos.

Em suma, o terrorismo da barragem é vivido cotidianamente por aqueles que estão ao redor das barragens e das operações de mineração. Aqui elaboração de sentido, presente no processo de *sensemaking-sensegiving* do Gabinete, compreendem e direcionam para o entendimento de que viver nessas regiões é estar continuamente inseguro, aflito e, principalmente, angustiante.

6.3 Atuação Social e Política

A ONG enquanto articulação de movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos mencionou que tem como objetivo “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela

companhia Vale” (GABINETE DE CRISE, 2019), com base nisso, outra grande narrativa presente na sua comunicação é a respeito da sua atuação social e política. Nesta narrativa os sentidos são direcionados i) aos protestos e atuação social, e ii) à comunicação pela conscientização e defesa das comunidades.

6.3.2 “Após crime cometido pela Vale...não podemos nos calar!”

Como parte da atuação política da ONG é observado diversas publicações que convocavam a população e divulgavam a realização de protestos. Nesse contexto, a ONG e convocou a população ao longo do ano de 2019 para protestar por “justiça e soberania da mineração, contra as privatizações e pela reestatização da Vale!”, além disso, enfatizaram que essas catástrofes não poderiam ser esquecidas e que os protestos figuram enquanto ato de reverência à memória das vítimas, como pedido de justiça por Mariana e Brumadinho.

Um protesto divulgado foi do dia 11 de março de 2019 que denunciou a falta de acordos por parte da Vale com a comunidade, e acusaram seu interesse em continuar as operações em Brumadinho, apesar do rompimento. Ao divulgar esse protesto a ONG dá voz à comunidade e destaca que os

Moradores se mobilizam contra as atividades da Mina da Jangada, da Vale, em Brumadinho. A indignação pelo crime e a dor pelas perdas continuam imensas e as comunidades atingidas se unem para pedir justiça. Impunidade em Mariana, mesmo depois de três anos, e impunidade em Brumadinho. É justo? Acompanhe EU LUTO – Brumadinho Vive. (GABINETE DE CRISE, 2019m).

A elaboração de sentidos (*sensemaking-sensegiving*) presente nesse entendimento sobre a situação dos moradores de Brumadinho retoma a necessidade da luta, e da necessidade de responsabilização por parte da Vale frente ao crime, e relembram simultaneamente o luto vivido por todos os impactados que perderam seus entes queridos nos rompimentos. Outro exemplo, foi a convocação das comunidades para o protesto de novembro de 2019 cujo objetivo era relembrar Mariana e aclamar justiça. O Gabinete explicou sobre o evento:

[...] será feito um “bolo de lama” em frente ao Ministério Público para lembrar o aniversário do crime socioambiental e cruces com os nomes das vítimas serão dispostas. [...] O nome do evento faz alusão a sentidos distintos da palavra rejeito, um o rejeito depositado nas barragens e outro, a rejeição ao atual modelo da mineração em Minas Gerais. [...] quatro anos após o crime, nenhuma pessoa ainda foi punida e nem mesmo os atingidos pela lama da barragem foram reassentados. O prazo inicial para a construção do novo distrito, que ia até março deste ano, foi prorrogado para agosto de 2020. (GABINETE DE CRISE, 2019n).

Na atuação política da ONG e interessados é compartilhado, nesse processo de *sensemaking-sensegiving*, o entendimento de que a forma como a mineração se estabelece hoje no estado é insustentável e, portanto, a partir desse quadro de referência, significam suas ações e práticas. Retomando todos os sentidos já elaborados e direcionados pelas outras grandes narrativas trabalhadas anteriormente.

Em sequência, outras práticas da ONG caracterizaram pelo engajamento e convocação da comunidade para diversos atos de pressão política contra as instituições governamentais e a Vale. Aqui alguns exemplos são a audiência de 60 dias do crime da Vale em Brumadinho; votação contra o decreto 9.759/2019 que visava acabar com a participação de conselhos da sociedade civil na administração federal; ato virtual dos familiares de vítimas em Brumadinho cobrando urgência para retomada as buscas dos desaparecidos que foram interrompidas por causa da pandemia; convocação popular para engajamento na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para vigilância na aprovação e possíveis mudanças no texto da PL Mar de lama nunca mais.

Sobre a PL, por exemplo, a ONG pontua que foi um projeto de iniciativa popular de 2016, e que este poderia ter evitado a situação de Brumadinho, e mesmo com sua aprovação “[...] ainda há tanto a ser feito! O PL é só um passo do longo caminho a seguir para que a mineração não continue destruindo vidas, histórias, águas e paisagens em Minas. Nossas Minas são de água!” (GABINETE DE CRISE, 2019o).

Além disso, a ONG publicou diversas publicações em tom de denúncia sobre o posicionamento da Vale em relação as comunidades, em defesa destas. Aqui trago dois exemplos. O primeiro foi a publicação do dia 6 de dezembro de 2019 chamada “Vale aproveitou pânico em minas para conseguir autorização

para obra inviável que beneficia uma de suas minas”, nesta publicação a ONG expôs contradições da Vale no que tange sua comunicação e suas práticas:

No dia 18 de maio, os advogados da mineradora Vale entraram com uma liminar em caráter de urgência no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Eles pediam livre acesso às terras da Gandarela Minérios Ltda. e de “todos os terrenos na região do Complexo Minerário Mina Gongo Soco”, a mais de 60 km de Belo Horizonte – ou seja, licença para desmatar e abrir um buraco para desviar lama tóxica para o local. O motivo: fazer obras de emergência para, supostamente, evitar uma tragédia no caso do rompimento de uma barragem da empresa na região, o que foi descrito pelos advogados da mineradora como um “risco iminente de calamidade pública”. Às 23h40, com um plano genérico sobre o que pretendiam fazer para evitar o pior, receberam autorização do juiz de plantão Carlos Pereira Gomes Júnior para iniciar a obra. [...] No dia 26 de julho, com quilômetros de vegetação devastada e mais de uma dezena de moradores longe de suas casas, as obras foram encerradas repentinamente. O motivo: a Vale ignorou um monte, visível a qualquer um que passe pelo local, bem no meio do caminho entre a barragem e André do Mato Dentro. A obra de emergência fracassou. (GABINETE DE CRISE, 2019p).

O segundo exemplo é a publicação de 9 de janeiro de 2020, intitulada “Discurso técnico se tornou instrumento de controle dos atingidos, afirma tese de professor da UFOP” que em caráter de denúncia a ONG informou que

A pressão exercida pelo capital financeiro e os monopólios internacionais faz com que laudos, relatórios, pareceres e o próprio discurso dirigido aos afetados nos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho, em vez de esclarecer diretrizes e ações, funcionem como instrumento de manipulação e controle das mineradoras sobre os atingidos. (GABINETE DE CRISE, 2020k).

Ao argumentar essa conclusão enquanto parte do trabalho desenvolvido pelo Professor Marcos Moraes Calazans da Universidade Federal de Ouro Preto, enfatizaram fala do pesquisador que afirmou ter percebido

[...] que as práticas e o discurso científico utilizados pelas mineradoras passaram a ser instrumento para controlar as opiniões e estabelecer parâmetros de maneira que os atingidos não conseguiram entender e, muitas vezes, impor seus interesses no processo de reparação dos danos. A cientificidade do conflito foi usada como instrumento de manipulação e dominação, caracterizando-se como ciência semicolonial. (CALAZANS apud GABINETE DE CRISE, 2020k).

6.3.3 “Não negocie sozinho com a Vale, informe-se!”

Ao se comunicar diretamente com as comunidades impactadas pelas operações da Vale, a ONG conscientizou e defendeu as comunidades impactadas. Isso aconteceu a partir do estabelecimento de diversos enredos que englobaram a divulgação de eventos de debate, aprendizagem e conscientização sobre as práticas de mineração; conscientização sobre o janeiro marrom que colocou em foco a necessidade de mudar a mineração levando em consideração a situação das comunidades; e ainda, a ONG se colocou enquanto porta voz dessa população ao mesmo tempo que construiu narrativas em defesa da mesma.

No que tange a realização de eventos, a ONG divulgou a realização de diversos debates concretizados em parceria com UFMG, um deles especificamente sobre o rompimento em Brumadinho explicitou que

Diante da conjuntura de tragédias e instabilidade social provocadas pelo novo rompimento de uma barragem de rejeitos, desta vez em Brumadinho, e dos incidentes que seguiram, evidências incontestes dos riscos a que a várias cidades mineiras estão sujeitos: o Centro Acadêmico Afonso Pena, a Clínica de Direitos Humanos e o Observatório para a Qualidade da Lei organizam este ciclo de debates na Faculdade de Direito da UFMG. **A ideia é discutir as barragens e sua instabilidade enquanto fenômeno jurídico, social e sintomático de um problema maior e bem mineiro: os impactos da mineração e da falta de regulação efetiva no setor.** (GABINETE DE CRISE, 2019q).

Outro debate, este com uma publicação convocando da população, foi divulgado em agosto de 2019. Nessa situação, a ONG pontuou que organizações da sociedade civil se encontraram com “a população para debater impactos e alternativas ao atual modo de exploração das mineradoras em Minas Gerais” e que o seminário promovido por ela se chamava “Na contramão do discurso ideológico da mineração: Tragédias e insustentabilidade”. Além disso, o objetivo do evento seria o de construir, junto aos Pesquisadores, ativistas e população em geral, **“um entendimento rumo a alternativas que evitem ainda mais danos à população de Minas Gerais e do país.”**

Por conseguinte, outra forma que a ONG se comunicou com a comunidade foi instruindo-os sobre como eles deveriam se relacionar com a Vale. Uma publicação do dia 15 de março de 2019, intitulada “não negocie

sozinho com a Vale, informe-se”, apresentou a imagem 11. Aqui a ONG convocou a população para uma reunião para instruir como a população deve agir, afim de não ser enganada pela empresa. Novamente pautada sobre um quadro de referência que situa a Vale enquanto criminosa, negligente e não legítima.

“Mariana nunca mais!”
Fábio Schvartsman, presidente da Vale,
durante sua posse em 22/5/2017

**SE A VALE NÃO CUMPRE AS
PROMESSAS QUE FAZ PUBLICAMENTE,
QUEM GARANTE QUE ELA
CUMPRIRÁ AQUELAS FEITAS
DE CASA EM CASA** ?

NÃO negocie sozinho com a Vale!
NÃO assine nenhum documento proposto pela Vale!
INFORME-SE! Procure o Comitê Popular de Itabira
sobre a Mineração.
comitemineracao@riseup.net

NÃO VALE

COMITÊ POPULAR EM DEFESA DA
COMUNIDADE ITABIRANA AOS PROBLEMAS
DA MINERAÇÃO

Figura 11. Não negocie sozinho com a Vale!
Fonte: GABINETE DE CRISE, (2020)

Ao aludir fala de 2017 do presidente da Vale que reitera “Mariana, nunca mais!” a ONG coloca em xeque a legitimidade da empresa, que mentiu e não cumpriu com aquilo que comunicou publicamente, assim, parte de um *sensemaking-sensegiving* que fundamenta esse quadro de referência para ação, o qual reforça a necessidade de cuidado por parte da população ao se relacionar com a empresa na busca de seus direitos.

Por conseguinte, outro enredo muito presente que fundamenta os sentidos aqui compartilhados foi a respeito do “#janeiomarrom”. O Janeiro Marrom é uma campanha criada por mais de 56 organizações e que foi desenvolvida para “lembrar o crime da Vale em Brumadinho e alertar sobre a mineração que mata e assombra pessoas, destrói comunidades e ecossistemas, vidas, fauna, flora, paisagem, qualidade do ar e solo, nascentes, aquíferos e rios e, de forma implacável, avança sobre territórios inviabilizando outras formas de viver, viola direitos e faz uso das mais diversas estratégias para deixar refém a população.” (JANEIRO MARRROM, 2021).

Com base nisso, a ONG se engajou nessa campanha e publicou diversas vezes em janeiro de 2020 sobre o janeiro marrom visando conscientizar e gerar reflexão por parte da população sobre as práticas predatórias da mineração. Aqui posicionaram que “é preciso mudar a mineração” e de que a “mineração é primitiva”. Além disso, a partir do questionamento “somos mesmos dependentes da mineração?”, a ONG retomou resultados de debates realizados e divulgados anteriormente, como por exemplo o seminário e encontro “Na contramão do discurso ideológico da mineração: tragédias e insustentabilidade” realizado em setembro de 2019.

Em defesa de uma mineração “mais humana”, a ONG se coloca em diversas ocasiões como porta-voz dos interesses dessa comunidade diretamente impactada pelas operações de mineração. Alguns exemplos foram as publicações sobre o luto vivido pelas pessoas que perderam entes queridos; o compartilhamento de denúncias feitas pelas comunidades, aqui um exemplo foi a notícia do dia 13 de março de 2019 chamada “Moradores de Macacos denunciam descaso da Vale em um comunicado divulgado hoje”, na qual a ONG mencionou que “o sofrimento das famílias diante da ausência de respostas e de medidas que garantam a segurança de todos é imenso” e aludem trecho do comunicado que diz:

Nós, comunidade de São Sebastião das Águas Claras (Macacos) só tivemos UMA reunião e NÃO NOS FOI APRESENTADO até hoje o PAEBM – Plano AÇÃO e de Emergência de Barragens de Mineração para NENHUMA das 6 BARRAGENS que circundam nosso vilarejo. [...] É CASO DE SEGURANÇA PÚBLICA – ESTAMOS em NÍVEL 2 e temos 6 barragens sobre nossas cabeças!!! (GABINETE DE CRISE, 2019r).

Observa-se que os sentidos apresentados na narrativa de terrorismo das barragens também estão presentes nessa grande narrativa, e nesse contexto, ONG serve como um canal de denúncias em prol desta comunidade e apresenta uma comunicação em defesa da ONG. Aqui um exemplo é de fevereiro de 2020, na publicação a ONG pontuou que “um ano após o crime que deixou 270 mortos, nenhum dos projetos 37 apresentados no Senado e na Câmara para aprimorar a segurança em barragens, estipular multas e aumentar penas para responsáveis por rompimentos, foi transformado em lei.”

Em sequência, em setembro de 2020 a ONG voltou a enfatizar que a reparação integral requer não só a reparação material, mas também simbólica. “E, mais do que isso, também o direito a não repetição. Não podemos permitir que causar danos seja vantajoso para as empresas de mineração, como tem sido”. Por fim, comemoraram a aprovação em outubro de 2020 da nova política nacional de barragens. Na publicação chamada “Fruto da lei de lama nunca mais, nova política nacional de barragens é sancionada” a ONG pontua que

A nova legislação deve ser comemorada. O texto é fruto das discussões pós-desastres em Minas Gerais, que resultaram na lei estadual Mar de Lama Nunca Mais e serviram de modelo para o projeto relatado no Senado. Os integrantes do Gabinete de Crise da Sociedade Civil participaram ativamente na construção da Mar de Lama Nunca Mais, lei resultante de uma grande mobilização popular. Ainda que sancionada com alguns prejuízos, a nova legislação traz importantes avanços como a proibição de barragens a montante e a exigência de desativação dessas estruturas até fevereiro de 2022. Trata-se do mesmo método de construção utilizado nas barragens que se romperam em Mariana e Brumadinho deixando, ao todo, 290 vítimas e uma profunda marca de destruição. (GABINETE DE CRISE, 2020m).

7. PERFORMATIVIDADE NARRATIVA E FICÇÃO

Proponho nesta seção analisar as ficções práticas e a performatividade narrativa fundamentadas sobre os sentidos presentes na comunicação da Vale e a do Gabinete de Crise. Dessa forma, retomarei os entendimentos a respeito de ficção e performatividade narrativa articulados à compreensão das grandes narrativas, centrais para a discussão e análise.

Para entender ficção é indispensável a compreensão do imaginário social, que situo enquanto aquilo que é socialmente compartilhado e que tem origem na repetição histórica de discursos e práticas, afinal, enquanto elemento constitutivo da realidade social ele é estabelecido pelos processos interpretativos pois, na medida que o agente faz sentido do real este incorpora tipificações, arena de significados que circunscrevem as normas, os valores e os conteúdos simbólicos do mundo e que são decorrentes “da crença por parte dos membros da comunidade que compartilham suas concepções” (WAGNER, 1979, p. 18).

Quando Ricoeur (1991) trabalha o imaginário social, ele o discute enquanto um processo “de imaginação” que é *governado por regras*, vejo agora essa questão enquanto central, haja vista que o autor se refere aos diferentes tipos de racionalidade capazes de fundamentar a construção e recriação da realidade narrativamente e, portanto, o imaginário social é um indicativo de que nenhuma interpretação é individual, pois carrega consigo as ficções práticas caracterizadas pela ideologia e pela utopia. É por esse motivo que determinadas narrativas se tornam plausíveis, porque trazem consigo elementos de integração que são socialmente compartilhados, elementos “*taken for granted*”.

Assim, as interpretações, normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo ao serem estabelecidos no discurso podem operar tanto construtivamente quanto destrutivamente em relação a uma situação presente, e, portanto, performar. O potencial de uma narrativa em performar está diretamente relacionado ao sentido que se abre, ou seja, aos mundos que se abrem a partir da interpretação e recriação da realidade narrativa em relação à outra. Sobre isso, Ricoeur (1990, p. 99) argumentou que “o sentido de um texto não está por detrás do texto, mas a sua frente. Não é algo de oculto, mas de algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que ele aponta enquanto mundo possível.” Por isso, mais do

que entender a intenção daquilo que é dito, o que torna a linguagem possível de intervir no mundo - performar - é o seu carácter aberto e, logo, a realidade efetivada visada por aquilo que se enuncia.

Dito isto, o entendimento dos dados a partir da concepção das grandes narrativas produzidas tanto pela Vale quanto pelo Gabinete vai ao encontro dos posicionamentos teóricos e onto-epistemológicos desta tese. Nesse sentido, Bernstein (1991) pontua que as grandes narrativas são discursos de segunda ordem que se estabelecem para serem articulados e legitimados pelo discurso institucionalizado, isto é, por práticas ou narrativas concretas de primeira ordem, que se estabelecem pelo imaginário social, sendo socialmente compartilhadas e originadas na repetição histórica de discursos e práticas.

Bernstein (1991) pontua que as grandes narrativas não podem ser confirmadas empiricamente, pois “são uma das formas centrais pelas quais o *imaginário social* é instituído e manifestado”, entendimento que vai ao encontro da ideia de ficções. Com base nisso, as grandes narrativas apresentam como expressões a ideologia e a utopia.

Grandes narrativas, enquanto discursos de segunda ordem, tem potencial de ordenar, criticar, alinhar, dispersar, desorganizar ou restringir os discursos e práticas de primeira ordem que constituem a trama da vida social. Grandes narrativas são as interpretações amplificadas que instituem a instituição da sociedade, que repetem de outra forma o que é e o que foi para que possamos ser quem somos e seremos, para nos tornarmos quem somos. (BERNSTEIN, 1991, p.111).

Para Bernstein (1991) o desenvolvimento da humanidade é uma série de grandes narrativas [que traz consigo elementos *taken for granted* articulados a elementos ‘inovadores’ que abrem outros mundos possíveis de ação], e argumenta com base em Foucault que

if interpretation is the violent or surreptitious appropriation of a system of rules, which in itself has no meaning, in order to impose a direction, to bend it to a new will, to force its participation in a different game, and to subject it to secondary rules, then the development of humanity is a series of interpretations (FOUCAULT apud BERNSTEIN, 1991, p. 107).

Com base nisso, volto ao argumento de Ricoeur (1991) a respeito de que o potencial interpretativo - fundamentado sobre o imaginário social e as ficções

práticas - transposto narrativamente gera novos entendimentos sobre o real, abrindo outros mundos possíveis de ação, e conseqüentemente performar, mas isso é possível apenas porque há esse lastro que vem das práticas e discursos de primeira ordem na constituição das grandes narrativas que se estabelecem pelas racionalizações do imaginário social. Nesse sentido, ressalto o papel das ficções práticas: a ideologia e a utopia. Ricoeur (1991) argumenta que ideologia e utopia apresentam uma correlação funcional e, portanto, apresentam em comum uma não-congruência com a realidade material, porém partem de intencionalidades e racionalidades divergentes ao fundamentar a abertura de mundos possíveis para a ação: enquanto a ideologia evidencia o desejo de grupos em não mudar seu status, a utopia reflete o desejo de grupos que almejam mudança para melhorá-lo (SARGENT, 2008).

Estas elaborações podem ser observadas na composição e disseminação das grandes narrativas, tanto da Vale quanto do Gabinete de Crise, que fazem sentido e influenciam sentidos – *sensemaking-sensegiving* ao confirmar, desafiar, negar ou contestar o real, não apenas sobre o rompimento que aconteceu e questões circunscritas a ele, como posicionam por estas divergentes racionalidades, as quais são estabelecidas por meio do trabalho de elaboração narrativo (mimeose) pautado sobre imaginário social e suas ficções práticas – ideologia e utopia.

Em outras palavras, mais do que “versões narrativas” a respeito do acontecimento e seus desencadeamentos, tem-se diferentes racionalidades: por um lado, na comunicação da Vale há a supremacia de uma racionalidade prática que evidencia uma visão de mundo pautada sobre o cálculo utilitário e no êxito econômico, e, por outro, no Gabinete há a supremacia de uma racionalidade substantiva pautada sobre uma visão de mundo que situa o ser humano como ponto de referência para a ordenação pessoal e social (KALBERG, 1980). Isso pode ser percebido, respectivamente, pelos traços de linguagens usados pela Vale e pela ONG: por um lado observamos pela Vale uma linguagem mais “estática” que é pautada sobre normativas e questões institucionais que lhes dá respaldo para significar ações por lógicas racionais e de causa e efeito e que, por conseguinte, justificam os impactos destas ações sobre a região e o cotidiano das pessoas que vivem ao redor, por outro lado a comunicação da ONG apresenta traços mais poéticos, dialógicos e subjetivos ao se utilizar de falas

autorais de seus membros e da própria comunidade situando portanto o ser humano como ponto de referência para a ordenação social.

Por conseguinte, com base na análise dos sentidos presentes nas seções anteriores, tanto a comunicação da Vale quanto do Gabinete de Crise, fica claro que as grandes narrativas e suas racionalidades estabelecem como consequência divergentes aberturas de mundo: enquanto que para a Vale o mundo visado por suas enunciações pauta-se primordialmente sobre a ficção prática da ideologia e o interesse em manter o *status quo*, por outro lado, o Gabinete pauta-se sobre a ficção prática da utopia e o interesse de mudança. Sobre isso, Ricoeur (1991, p. 89) declarou que é a utopia que permite variações imaginárias em torno do social e é por ela que se expõem aberturas da ideologia, ou seja, “a utopia introduz variações imaginativas sobre os tópicos da sociedade”, e que conseqüentemente desafiam a ideologia vigente. É todo esse movimento que permite a linguagem em apresentar um papel performativo, afinal, “os enunciados só representam o mundo no sentido de produzirem uma certa versão desse mundo, ou seja, de intervirem nesse mundo” (ROCHA, 2014, p. 624).

As grandes narrativas surgem como um achado de pesquisa da tese, mas que encontram uma relevância teórica, que por sua vez dá suporte ao entendimento de como as narrativas construídas e comunicadas se vinculam aos discursos socialmente aceitos, os quais respaldam os sentidos atribuídos para as ações concretizadas ou previamente significadas pela linguagem. Esse movimento permite que a Vale construa uma comunicação que posiciona continuidade do *status quo* e se pauta sobre um discurso de primeira ordem: o discurso neoliberal e hegemônico pautado sobre a lógica do capital. O que volta para o entendimento da racionalidade pautada sobre o cálculo utilitário de conseqüências enquanto parte do horizonte do mundo que direciona toda sua comunicação e, logo, comunicação. Observa-se na comunicação da Vale grandes narrativas que naturalizam os acontecimentos destrutivos causados pela atuação organizacional afastando a responsabilidade de suas práticas e operações na tentativa da empresa continuar fazendo o que ela faz, mesmo que isso signifique mortes, destruição ambiental, interrupção e conseqüências nos modos de viver daqueles que são diretamente afetados por ela. Esse discurso,

mesmo que questionado e desafiado, é válido porque o mundo visado pelas enunciações da empresa pauta-se sobre a ficção prática da ideologia.

A comunicação do Gabinete de Crise, por exemplo, adere na sua comunicação alguns discursos de primeira ordem como o discurso científico, quando estabelece painéis de discussão e posicionamentos sobre as ações e práticas de mineração que desestabilizam os viveres na região de Minas Gerais e o discurso pautado sobre a importância da vida em defesa das comunidades impactadas. Ao dar voz para a população impactada o Gabinete de Crise desafia e questiona o que é feito e dito pelas empresas de mineração e para além disso assevera enquanto necessário a mudança de como as coisas são feitas evidenciando caminhos para que isso aconteça. A ONG desnuda e destrincha as grandes narrativas construídas pela Vale e posicionada sobre a ficção prática da utopia estabelece aberturas de mundos possíveis nos quais a vida e as comunidades são consideradas na atuação organizacional.

Por fim, observa-se que a Vale e o Gabinete apresentam diferenças aos recursos disponíveis, atuação, alcance e legitimidade e, portanto, há uma assimetria significativa de poder. Por exemplo, enquanto a Vale apresenta recursos financeiros que a permitem continuamente manter sua comunicação por meio de sites pensados sobre uma estratégia empresarial e de marketing visando atingir públicos de todo o país sobre suas práticas e “legitimidade”, por outro a ONG não possui mais um site próprio, e seus canais de comunicação estão limitados às páginas nas redes sociais e espaços em sites de outras instituições não governamentais, além disso precisam de trabalho voluntário e de recursos doados para poder se manter, e em vista disso, sua comunicação tem alcance e impacto menor do que a da Vale. Reconhecer esse ponto é relevante na medida que impacta diretamente nos processos de *sensemaking* e *sensegiving* e no potencial performativo de sua comunicação (e dos discursos de ação), afinal, poder “is generally understood as influence towards of action that na agent would not otherwise undertake” (SCHILDT, MANTERE, CORNELISSEN, 2020, p. 242). Posiciono esta questão que vai além do eu pretendia analisar, mas que ainda assim emergiu dos resultados desta tese, enquanto frutífera para uma agenda futura de pesquisa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de tese objetivei **analisar como se estabelecem os sentidos presentes nas narrativas, constituídas no processo de *sensemaking-sensegiving*, da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise no pós-rompimento da barragem de Brumadinho levando em consideração as ficções e a performatividade narrativa.** Essa problemática surgiu de inquietações geradas a partir da pesquisa que realizei durante o mestrado a respeito de um caso análogo. Dessa forma, ao perceber que os atos organizacionais, articulados em narrativas performativas e discursos de ação, teriam o poder de transformar, mobilizar e performar sobre a realidade social, vi como necessário o entendimento disso a partir de um posicionamento onto-epistemológico que fosse capaz de dar conta de explicar e descrever essa realidade.

No que se refere ao objetivo **caracterizar a Vale S.A, o evento e seus impactos** expliquei a trajetória da empresa, sua privatização e de que forma ela se estabeleceu no país e em sequência expliquei o que foi o rompimento da Barragem na Mina de Córrego do feijão e os impactos decorrentes disso. Com a caracterização da empresa e do evento foi possível observar que as escolhas e a tomada de decisão empresarial da Vale privilegiam questões econômicas e a remuneração de seus acionistas. Ponto que vai de encontro aos resultados decorrentes do objetivo de **analisar os sentidos presentes nas narrativas da Vale S.A e da ONG Gabinete de Crise e que permeiam o processo de *sensemaking-sensegiving*.**

A respeito dos **sentidos presentes nas narrativas da Vale S.A** foi observado que o processo de *sensemaking-sensegiving* afasta a culpa e a responsabilidade da Vale em relação ao rompimento e promove a ideia de que a culpa não é efetivamente dela, afinal, os sentidos das grandes narrativas construídas e disseminadas pela empresa promovem uma abertura de mundo que tem como referência a naturalização de eventos como o rompimento, e ao considera-lo um acidente assume que riscos “de acidentes” são inerentes às operações de mineração.

Por outro lado, os **sentidos presentes nas narrativas do Gabinete de Crise** permeiam um processo de *sensemaking-sensegiving* que posiciona o

rompimento na Barragem da Mina Córrego do Feijão enquanto um crime e de que a culpa é efetivamente da Vale, exigindo, portanto, a responsabilização dos envolvidos. O “fazer sentido” do evento se estabelece por uma comunicação que humaniza suas vítimas na medida que alude impactos tidos enquanto invisíveis, mas que ainda assim se fazem presentes no cotidiano destes atingidos. Simultaneamente o processo de *sensegiving*, isto é, a influência de sentidos promove a abertura de um mundo que evidencia a necessidade de mudança em como a mineração é feita no país.

Por fim, o último objetivo destaca a originalidade deste trabalho ao discutir e aprofundar os conceitos de performatividade narrativa e ficções para a compreensão organizacional e dos atos organizacionais. Ao **analisar as ficções práticas e a performatividade narrativa fundamentadas sobre os sentidos presentes nas narrativas da Vale e do Gabinete de Crise** vejo como relevante o caminho metodológico traçado que permitiu a visualização das grandes narrativas que para além do resultado da pesquisa, encontram uma relevância teórica, sendo as principais contribuições: i) a ideia de que utopia e ideologia, enquanto ficções práticas, orientam diferentes formas performativas que as narrativas podem ter; ii) a ideia de que as narrativas se constituem enquanto formas potenciais de compreender as organizações, os atos e as práticas organizacionais, indo além de um relativismo de “versões” narrativas possíveis, haja vista o entendimento das grandes narrativas e da compreensão das razões que orientam os horizontes de mundo.

Com base nisso, situo aqui os argumentos desta tese: primeiro, há o entendimento de que o *sensegiving* não parte de influências unilaterais e sim de processos de negociação de significados que são complexos e que se estabelecem nos relacionamentos da empresa e outras instituições, e que seus interessados que participam ativamente nessa negociação ao aderir uma postura de não neutralidade frente ao que se tenta influenciar enquanto realidade. Além disso, posiciona-se aqui que os processos de *sensemaking* e *sensegiving* são indissociáveis e, portanto, ocorrem de forma simultânea. Ao fazer sentido eu também influencio sentidos, isso fica claro quando a Vale posiciona, por exemplo, o evento enquanto um acidente e afasta sua culpa do evento.

Por conseguinte, enxergo como crucial e parte do argumento da tese o entendimento das grandes narrativas enquanto produtos dos discursos de primeira ordem e sua relação com a performatividade narrativa. Retomo antes de aprofundar essa relação a ficção enquanto produto do processo de recriação da realidade pelas narrativas – mimese. Ricoeur (1979; 1991) argumenta que a ficção é trazida no processo de mimese a partir dos horizontes de mundo e pelas tipificações socialmente compartilhadas e nesse sentido, apresentam uma função “produtiva” do mundo real. Baseada sobre imaginário social, é a ficção, cujas expressões caracterizam-se pela ideologia e a utopia, que a linguagem pode operar tanto construtivamente quanto destrutivamente em relação à situação presente, ou seja, confirmando ou contestando o que é o mundo real.

Dessa forma, as grandes narrativas se situam como centrais e meios pelo qual a performatividade se estabelece, afinal, grandes narrativas manifestam e instituem o imaginário social. As grandes narrativas, a partir do momento que carregam consigo racionalidades e modos de interpretação de mundo *taken for granted* em discursos de primeira ordem, performam ao produzirem uma certa versão desse mundo e abrindo mundos possíveis para ação, logo, intervindo neste mundo.

Em sequência, ressalto enquanto uma contribuição teórica o entendimento da ficção para compreensão organizacional. Nos estudos organizacionais a ficção foi corriqueiramente usada de forma metafórica e periférica (SAVAGE *et al.* 2018) para explicar e ilustrar a ficcionalização da vida organizacional (COCK, 2000) e o fenômeno organizacional (WHITEMAN; PHILLIPS, 2008). Nesta tese a ficção faz parte da realidade investigada, a partir do entendimento desta pelas suas expressões práticas situadas por Ricoeur enquanto a ideologia e a utopia, que pelo seu potencial “produtivo” no mundo são capazes de redefinir práticas e modos de conduta.

Por sim, situo que a compreensão do caso empírico promovida pelas elaborações teóricas dessa tese pode ser frutífera para posicionamento de pesquisas futuras em casos análogos. Um exemplo figura o entendimento dos desdobramentos das relações de poder em situações de pós-crise ou após episódios de má-conduta organizacional e como isso afeta o potencial performativo das grandes narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSON, E.; BAUMARD, P. What lies behind organizational façades and how organizational façades lie: An untold story of organizational decision making. **The Oxford handbook of organizational decision making**, p. 437-452, 2008.

ALVESSON, M.; KÄRREMAN, Dan. Taking the linguistic turn in organizational research: Challenges, responses, consequences. **The journal of applied behavioral science**, v. 36, n. 2, p. 136-158, 2000.

ALVESSON, Mats; SANDBERG, Jörgen. The problematizing review: A counterpoint to Elsbach and Van Knippenberg's argument for integrative reviews. **Journal of Management Studies**, v. 57, n. 6, p. 1290-1304, 2020.

ANDRIOF, J. et al. Introduction: JCC theme issue: Stakeholder responsibility. **The Journal of Corporate Citizenship**, p. 16-19, 2002.

BABBIE, E. **The practice of Social Research**. 12. Ed. USA: Wadsworth, 2010

BEER, D. Fiction and social theory: E-special introduction. **Theory, Culture & Society**, v. 33, n. 7-8, p. 409-419, 2016.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado sobre a sociologia do conhecimento**, Petrópolis, Brasil, 2003.

BERNSTEIN, Jay M. Grand narratives. In: **On Paul Ricoeur**. Routledge, 2002. p. 116-137.

BOJE, D. (Ed.). **Storytelling and the future of organizations: An antenarrative handbook**. Routledge, 2011.

BOJE, D. **Narrative methods for organizational & communication research**. Sage, 2001.

BOJE, D. **Storytelling organizations**. Sage, 2008.

BUNDY, J.; PFARRER, M. D.; SHORT, C. E.; COOMBS, W. T. Crises and Crisis Management: Integration, Interpretation, and Research Development. **Journal of Management**, v. XX, N. X, 2016, p. 1-32.

CENI, J. C. O processo de sensegiving nas narrativas da Samarco: a prática de storytelling referente ao rompimento na barragem de Fundão em Mariana. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, 2018.

CENI, J.; RESE, N. Samarco e o rompimento na barragem de Fundão: a narrativa como um recurso performativo da prática estratégica de sensegiving inerente ao *strategizing* pós-desastre. **Organizações & Sociedade**, 2020, v. 28, n. 93.

CHO, C.; LAINE, M.; ROBERTS, R.; RODRIGUE, M. Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 40, p. 78-94, 2015.

CINICI, M. In search of strategy meanings: semiotics and its applications. In: **Research Methods for Strategic Management**. Routledge, 2015. p. 187-218.

COCK, C. Reflections on fiction, representation, and organization studies: An essay with special reference to the work of Jorge Luis Borges. **Organization Studies**, v. 21, n. 3, p. 589-609, 2000.

COLVILLE, I.; BROWN, A. D.; PYE, A. Simplexity: sensemaking, organizing and storytelling for our time. **Human relations**, v.65, n.1, p. 5-15, 2011.

CORNELISSEN, J. Sensemaking under pressure: The influence of professional roles and social accountability on the creation of sense. **Organization Science**, v. 23, n. 1, p. 118-137, 2012.

CORNELISSEN, J.; MANTERE, S.; VAARA, E. The contraction of meaning: The combined effect of communication, emotions, and materiality on sensemaking in the Stockwell shooting. **Journal of Management Studies**, v. 51, n. 5, p. 699-736, 2014.

CORRÊA, M. V. P.; RESE, N.; SANDER, A. J.; FERREIRA, J. M. O Papel do Sensemaking nos Processos de Mudança nas Organizações. **VIII ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD**. Gramado, 2014.

CORUJO, M. T. **O QUE SE ESCONDE POR TRÁS DAS AMEAÇAS DE ROMPIMENTO DA BARRAGEM SUL SUPERIOR DA MINA DO GONGO SOCO, EM BARÃO DE COCAIS - MINAS GERAIS?** Facebook: ONG GABINETE DE CRISE. Publicado em 24 de junho de 2019.

Comissão Parlamentar de Inquérito. **Relatório: Rompimento da Barragem de Brumadinho**. Brasília, p. 2287, 2019.

COSTA, D. S. C., BARBOSA, K. F. M., BASTOS, M. A. OLIVEIRA, S. F. **Responsabilidades decorrentes de Desastres Ambientais em Minas Gerais**. UNIFOR-MG, Formiga, v. 11, n. 2, p. 246 - 263, jul/dez 2020.

CUNLIFFE, A. COUPLAND, C. From hero to villain to hero: Making experience sensible through embodied narrative sensemaking. **Human Relations**, v. 65, n. 1, p. 63-88, 2012.

CURRIE, G. **The Nature of Fiction**. Cambridge: Cambridge UP, 1990.
CZARNIAWSKA, B. **Narrating the Organization: Dramas of Institutional Identity**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1997.

DELGADO, J.; CORREIA, R. **Comissão Parlamentar de Inquérito – Rompimento da Barragem de Brumadinho**. Câmara dos deputados, 2019.

DREYFUS, Hubert L. **Skillful coping: Essays on the phenomenology of everyday perception and action.** OUP Oxford, 2014.

EXAME. **20 maiores lucros da história das empresas brasileiras; Petrobras lidera lista.** Publicado em 25/02/2021. Disponível em: <https://invest.exame.com/me/20-maiores-lucros-da-historia-petrobras-lidera-lista>. Acesso em: maio, 2021.

FENTON, C.; LANGLEY, A. Strategy as practice and the narrative turn. **Organization studies**, v. 32, n. 9, p. 1171-1196, 2011.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Avaliação dos Impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG).** Ministério da Saúde, 2019.

FITZPATRICK, N. The question of Fiction—nonexistent objects, a possible world response from Paul Ricoeur. **Kairos. Journal of Philosophy & Science**, v. 17, n. 1, p. 137-153, 2016.

G1. (31 de janeiro de 2019). **Presidente da Vale diz que sirene de alerta não tocou em Brumadinho porque foi “engolfada” pela lama.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/31/presidente-da-vale-diz-que-sirene-de-alerta-nao-tocou-em-brumadinho-porque-foi-engolfada-pela-lama.ghtml>. Acesso em: maio, 2021.

G1. (25/08/2021). **Brumadinho: mais uma vítima da tragédia da Vale é identificada; agora são nove desaparecidos.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/08/25/brumadinho-mais-uma-vitima-da-tragedia-da-vale-e-identificada-agora-sao-nove-desaparecidos>. Acesso em: outubro, 2021.

GABINETE DE CRISE. **Três meses de crime ambiental.** Facebook: ONG Gabinete de Crise. Publicado em: 26 de abril de 2019

GABINETE DE CRISE. **É um crime contra humanidade.** Facebook: ONG Gabinete de Crise. Publicado em: 8 de maio de 2019b.

GABINETE DE CRISE. **JÁ IMAGinou TODA A REGIÃO METROPOLITANA DE BH SEM ÁGUA NAS TORNEIRAS?** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 11 de março de 2019c.

GABINETE DE CRISE. **A lama continua adoecendo e matando as pessoas por causa do medo, da angústia e da tristeza.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 2 de junho de 2019d.

GABINETE DE CRISE. **Manifestação: Dói demais o jeito que vocês foram embora.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 4 de dezembro de 2019e.

GABINETE DE CRISE. **GABINETE DE CRISE - SOCIEDADE CIVIL DIVULGA MANIFESTO CONTRA AS TRAGÉDIAS E INSUSTENTABILIDADE DA**

MINERAÇÃO. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 4 de novembro de 2019f.

GABINETE DE CRISE. **Sem punições e em lento processo de reparação, Samarco pode operar em Mariana.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 4 de novembro de 2019g.

GABINETE DE CRISE. **Sociedade Civil denuncia “terrorismo” de barragens e violação de direitos.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 12 de abril de 2019h.

GABINETE DE CRISE. **Não podemos nos calar!** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 22 de fevereiro de 2019i.

GABINETE DE CRISE. **Copasa sinaliza possível racionamento de água em BH.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 10 de setembro de 2019j.

GABINETE DE CRISE. **Mais de mil exilados pelo terrorismo das barragens.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 28 de março de 2019k.

GABINETE DE CRISE. **Gabinete de crise denuncia 'terrorismo e direitos violados' em barragens da Vale.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 16 de abril de 2019l.

GABINETE DE CRISE. **VALE NÃO CUMPRE ACORDOS E QUER CONTINUAR MINERANDO LIVREMENTE EM BRUMADINHO.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 11 de março de 2019m.

GABINETE DE CRISE. **Dia do Rejeito cobra justiça por Mariana.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 04 de novembro de 2019n.

GABINETE DE CRISE. **Uma vitória e uma derrota no mesmo dia.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 04 de novembro de 2019o.

GABINETE DE CRISE. **VALE APROVEITOU PÂNICO EM MINAS PARA CONSEGUIR AUTORIZAÇÃO PARA OBRA INVIÁVEL QUE BENEFICIA UMA DE SUAS MINAS.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 04 de novembro de 2019p.

GABINETE DE CRISE. **Diante da conjuntura de tragédias e instabilidade social provocada....** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 12 de março de 2019q.

GABINETE DE CRISE. **COMUNICADO DA COMUNIDADE DE MACACOS.** Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 11 de março de 2019r.

GABINETE DE CRISE. **O que queremos?** Disponível em: <https://www.gabinetedecrise.org/o-que-queremos>. Acesso em: julho de 2020.

GABINETE DE CRISE. **Relatório da ONU afirma que Vale foi criminosa e Mariana e Brumadinho revelam “farsa da justiça”**. Facebook: ONG Gabinete de Crise. Publicado em: 18 de setembro de 2020.

GABINETE DE CRISE. **Relações existentes antes do rompimento não são mais possíveis nas bacias do doce e Paraopeba**. Facebook: ONG Gabinete de Crise. Publicado em: 14 de setembro de 2020a.

GABINETE DE CRISE. **Record TV: vizinhos do rio paraopeba sofrem com a falta d'água 20 meses após rompimento**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 9 de outubro de 2020b.

GABINETE DE CRISE. **Cinco anos do crime da Samarco no rio doce: tragédia está longe do fim**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 05 de novembro de 2020c.

GABINETE DE CRISE. **Empresa contratada para fiscalizar barragens prestou serviço para mineradoras que precisa fiscalizar**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 23 de setembro de 2020d.

GABINETE DE CRISE. **Familiares de vítimas de Brumadinho cobram justiça em ato virtual**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 4 de junho de 2020e.

GABINETE DE CRISE. **MESMO COM EMPREGADOS CONTAMINADOS PELO NOVO CORONAVÍRUS VALE MANTÉM OPERAÇÃO**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 27 de março de 2020f.

GABINETE DE CRISE. **A lama invisível do adoecimento**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 09 de junho de 2020g.

GABINETE DE CRISE. **JANEIRO MARROM E A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA AOS IMPACTOS DA MINERAÇÃO**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 24 de janeiro de 2020h.

GABINETE DE CRISE. **Terrorismo das barragens: vale realiza treinamento de evacuação em macacos sem avisar população**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 10 de agosto de 2020i.

GABINETE DE CRISE. **Relatório de segurança de 2019 aponta que 52% das barragens em estado crítica no país estão em minas**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 02 de setembro de 2020j.

GABINETE DE CRISE. **DISCURSO TÉCNICO SE TORNOU INSTRUMENTO DE CONTROLE DOS ATINGIDOS, AFIRMA TESE DE PROFESSOR DA UFOP**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 09 de janeiro de 2020k.

GABINETE DE CRISE. **Mariana 5 anos O CRIME SE RENOVA**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 4 de novembro de 2020l.

GABINETE DE CRISE. **Fruto da lei mar de lama nunca mais, nova política nacional de barragens é sancionada**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 14 de outubro de 2020m).

GABRIEL, Y. Narratives, stories and texts. **The Sage handbook of organizational discourse**, v. 61, p. 77, 2004.

GEHMAN, J.; GLASER, V. L.; EISENHARDT, K. M.; GIOIA, D.; LANGLEY, A.; CORLEY, K. G. Finding theory–method fit: A comparison of three qualitative approaches to theory building. **Journal of Management Inquiry**, v. 27, n°3, 284-300, 2017.

GIOIA, D.; CHITTIPEDDI, K. Sensemaking and sensegiving in strategic change initiation. **Strategic management journal**, v. 12, n. 6, p. 433-448, 1991.

GIOIA, D.; CORLEY, K.; HAMILTON, Aimee L. Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. **Organizational research methods**, v. 16, n. 1, p. 15-31, 2013.

GJERLEVSEN, S. Z. Fictionality. **The living handbook of narratology**. 2016. Disponível em: <http://www.lhn.uni-hamburg.de/node/138.html>. Acesso em: 04/03/2020.

GJERLEVSEN, S. Z.; NIELSEN, H. S. Fictionality. In: **Oxford Research Encyclopedia of Literature**. 2019.

GOND, J. P., CABANTOUS, L., HARDING, N., & LEARMONTH, M. What do we mean by performativity in organizational and management theory? The uses and abuses of performativity. **International Journal of Management Reviews**, v. 18, n. 4, p. 440-463, 2016.

GUIETTE, A.; VANDENBEMPT, K. Learning in times of dynamic complexity through balancing phenomenal qualities of sensemaking. **Management Learning**, v. 47, n. 1, p. 83-99, 2016.

GURWITSCH, A. The Common-Sense World as Social Reality: A Discourse on Alfred Schutz. **Social Research**, p. 50-72, 1962.

HOLT, R.; CORNELISSEN, J. Sensemaking revisited. **Management Learning**, v. 45, n. 5, p. 525-539, 2014.

HOLT, R.; ZUNDEL, M. Using fiction in organization and management research. In: **Unconventional Methodology in Organization and Management Research**. Oxford University Press, 2018. p. 45-63.

IBAMA (janeiro 30, 2019). **Rompimento de barragem destruiu 269,84 hectares em Brumadinho (MG)**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/rompimento-de-barragem-destruiu-269-84-hectares-em-brumadinho->

MANUELZÃO. **A saúde dos atingidos pela mineração**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/a-saude-dos-atingidos-pela-mineracao/>. Publicado em 3 de fevereiro de 2020.

MILANEZ, B. et al. "Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba". **Versos - Textos para discussão**, v. 3, n. 1, p. 1-114, 2019.

MODENA, C. M.; HELLER, L. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Ciência & Cultura**, v. 68, n.3, 2016.

NASCIMENTO, M. I. R. **O uso da história no mercado empresarial: a utilidade do Núcleo de História Oral Trem da Vale como estratégia de comunicação social da mineradora Vale SA**. Dissertação, PPGHIS-UFOP, Mariana, 2020.

ODILLA, F. (20 janeiro de 2019). **Tragédia em Brumadinho: O perigo à saúde que vem da lama**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47054189>. Acesso em maio, 2021.

PATRIOTTA, Gerardo. Writing impactful review articles. **Journal of Management Studies**, v. 57, n. 6, p. 1272-1276, 2020.

QUINTÃO, Ana Flávia. **Direito à água e à alimentação saudável e adequada em BH**. Facebook: ONG Gabinete de crise. Publicado em: 26 de abril de 2019.

SANTOS, L. B. D. A lama de Mariana e Brumadinho Não Vale o Progresso. **Escenários: Empresa y Territorio**, v. 8, nº11, 2019.

SANTOS, R. S. P., MILANEZ, B (01 de março, 2019). **Horror em Brumadinho é culpa do Vale, dizem especialistas. Mas o que é a Vale?**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/03/horror-em-brumadinho-e-culpa-da-vale-dizem-especialistas-mas-o-que-e-a-vale.shtml>. Acesso em: maio, 2021.

REYNOLDS, M.; YUTHAS, K. Moral discourse and corporate social responsibility reporting. **Journal of Business Ethics**, v. 78, n. 1-2, p. 47-64, 2008.

RHODES, C., BROWN, A. D. Narrative, organizations and research. **International Journal of Management Reviews**, v.7, n.3, p. 167-188, 2005.

RICOEUR, P. **Ideologia e utopia**. *Tras. Teresa Louro Perez*. Lisboa: 1991.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Francisco Alves, 4º Edição, 1990.

RICOEUR, P. O discurso da ação. Lisboa, Edições 70, 2018.

RICOEUR, P. The function of fiction in shaping reality. **Man and World**, v. 12, n. 2, p. 123-141, 1979.

- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.
- ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014.
- ROULEAU, L. Micro-practices of strategic sensemaking and sensegiving: how middle managers interpret and sell change every Day. **Journal of Management Studies**, v. 42, n. 7, 2005.
- SALDANÃ, Johnny. **Fundamentals of qualitative research**. OUP USA, 2011.
- SANDBERG, J.; TSOUKAS, H. Making sense of the sensemaking perspective: Its constituents, limitations, and opportunities for further development. **Journal of Organizational Behavior**, v. 36, n. S1, p. S6-S32, 2015.
- SANDBERG, J.; TSOUKAS, H. Sensemaking reconsidered: Towards a broader understanding through phenomenology. **Organization Theory**, v. 1, n. 1, 2020.
- SANFELICE, V. O IMAGINÁRIO POÉTICO-SOCIAL EM PAUL RICOEUR: MÍMESIS E UTOPIA. **Guairacá-Revista de Filosofia**, v. 29, n. 1, p. 109-126, 2013.
- SARGENT, Lyman Tower. Ideology and Utopia: Karl Mannheim and Paul Ricoeur. **Journal of Political Ideologies**, v. 13, n. 3, p. 263-273, 2008.
- SAVAGE, P. "Then you shall know the fiction and the fiction shall set you free."-Productive fictions in entrepreneurship and organizations. Aalto University, 2019.
- SAVAGE, P.; CENI, J. Organizing through pretense: A case in catastrophic failure. **European Group for Organization Studies – EGOS**, 2020.
- SAVAGE, P.; CORNELISSEN, J.; FRANCK, H. Fiction and organization studies. **Organization studies**, v. 39, n. 7, p. 975-994, 2018.
- SCHILDT, H.; MANTERE, S.; CORNELISSEN, J. Power in sensemaking processes. **Organization Studies**, p. 0170840619847718, 2019.
- SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Editora Vozes Limitada, 2012.
- SCHOENEBORN, D.; KUHN, T.; KÄRREMAN, D. The communicative constitution of organization, organizing, and organizationality. **Organization Studies**, v. 40, n. 4, p. 475-496, 2019.
- STAKE, R. E. **Qualitative Research: Studying How Things Work**. New York: The Guilford Press, 2010.
- STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.
- SUTCLIFFE, K. M.; CHRISTIANSON, M. K. **Managing for the unexpected**. Michigan v. 33, n. 7-8, p. 409-419, 2016.

VALE S.A. Capítulo 10: Vale: a Construção de uma Marca. EM: **Nossa história 2012**. Disponível em: http://www.vale.com/pt/aboutvale/book-our-history/documents/livro/vale_livro_nossa_historia_cap10.pdf. 2012.

VALE S.A. **Vale atualiza informações sobre apoio à população de Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-atualiza-informacoes-sobre-apoio-a-populacao-de-Brumadinho.aspx>. Publicado em: 25 de janeiro de 2019a.

VALE S.A. **Vale atualiza informações sobre o rompimento da barragem de Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-atualiza-informacoes-sobre-o-rompimento-da-barragem-de-Brumadinho.aspx>. Publicado em: 27 de janeiro de 2019b.

VALE S.A. **Vale apresenta comunicado a órgãos públicos e reforça compromisso com levantamento e compartilhamento de informações**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-apresenta-comunicado-a-orgaos-publicos-e-reforca-compromisso-com-levantamento-e-compartilhamento-de-informacoes.aspx>. Publicado em: 26 de janeiro de 2019c.

VALE S.A. **Nota – Investigações**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Nota-Investigacoes.aspx>. Publicado em: 6 de fevereiro de 2019d.

VALE S.A. **Vale informa sobre contratação de escritório independente para auxiliar a investigação das causas do acidente de Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-informa-sobre-contratacao-de-escritorio-independente-para-auxiliar-a-investigacao-das-causas-do-acidente-de-Brumadinho.aspx>. Publicado em 31 de janeiro de 2020e.

VALE S.A. **Vale informa sobre contratação de painel de peritos, pelo escritório americano Skadden, para avaliar as causas técnicas do rompimento da barragem em Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-informa-sobre-contratacao-de-painel-de-peritos-pelo-escritorio-americano-skadden-para-avaliar-as-causas-tecnicas.aspx>. Publicado em 8 de fevereiro de 2019f.

VALE S.A. **Vale desautoriza declarações**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-desautoriza-declaracoes.aspx>. Publicado em 28 de janeiro de 2019g.

VALE S.A. **Vale esclarece sobre presença de pessoas na barragem, drenagem, sirene e rota de fuga**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Nota-de-Esclarecimento.aspx>. Publicado em 2 de fevereiro de 2019h.

VALE S.A. **Vale atualiza sobre os trabalhos de assistência em Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em:

<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-atualiza-sobre-os-trabalhos-de-assistencia-em-Brumadinho.aspx>. Publicado em 26 de janeiro de 2019i.

VALE S.A. **Vale atualiza ações humanitárias e de reparação até 21/3**. Acesso em julho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-atualiza-acoes-humanitarias-e-de-reparacao-ate-21-3.aspx>. Publicado em 22 de março de 2019j.

VALE S.A. **Equipes resgatam e dão assistência a animais em Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Equipes-resgatam-e-dao-assistencia-a-animais-em-Brumadinho.aspx>. Publicado em 28 de janeiro de 2019k.

VALE S.A. **Vale divulga análises de água, solo, rejeito e sedimento coletados no rio Paraopeba**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-divulga-analises-de-agua-solo-rejeito-e-sedimento-coletados-no-rio-paraopeba.aspx>. Publicado em 22 de março de 2019l.

VALE S.A. **Vale anuncia novas medidas emergenciais e apoio financeiro e psicológico a familiares de vítimas em Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-anuncia-novas-medidas-emergenciais-e-apoio-financeiro-e-psicologico-a-familiares-de-vitimas-em-brumadinho.aspx>. Publicado em 28 de janeiro de 2019m.

VALE S.A. **Vale faz doação para atingidos da Zona de Autossalvamento**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-faz-doacao-para-atingidos-da-zona-de-autossalvamento.aspx>. Publicado em fevereiro de 2019n.

VALE S.A. **Vale ratifica proposta de acordo para atingidos em Brumadinho**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-ratifica-proposta-de-acordo-para-atingidos-em-brumadinho.aspx>. Publicado em 18 de fevereiro de 2019o.

VALE S.A. **Vale lança Programa para dar suporte às famílias que receberam doações e indenizações**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-lanca-programa-para-dar-suporte-as-familias-que-receberam-doacoes-e-indenizacoes.aspx>. Publicado em 11 de novembro de 2019p.

VALE S.A. **Presidente da Vale volta a Brumadinho e anuncia plano para criar novo padrão de segurança nas barragens**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Presidente-da-Vale-volta-a-Brumadinho-e-anuncia-plano.aspx>. Publicado em 28 de janeiro de 2019q.

VALE S.A. Vale informa que o investimento em gestão de barragens cresce 180% entre 2015 e 2019. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-informa-que-o-investimento-em-gestao-de-barragens-cresce-180-entre-2015-e-2019.aspx>. Publicado em 5 de fevereiro de 2019r.

VALE S.A. **Vale informa sobre diretor-executivo de Segurança e Excelência Operacional.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-informa-sobre-diretor-executivo-de-seguranca-e-excelencia-operacional.aspx>. Publicado em 5 de junho de 2019s.

VALE S.A. **Vale anuncia pacote de apoio aos bombeiros.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-anuncia-pacote-de-apoio-aos-bombeiros-.aspx>. Publicado em 15 de março de 2019t.

VALE S.A. **Vale firma acordo para auxiliar secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social de Brumadinho.** Acesso em junho de 2019. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-firma-acordo-para-auxiliar-secretarias-de-saude-e-desenvolvimento-social-de-brumadinho.aspx>. Publicado em 1º de agosto de 2019u.

VALE S.A. **Coordenador de Comitê Independente de Apoio e Reparação visita Brumadinho.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Coordenador-de-Comite-Independente-de-Apoio-e-Reparacao-visita-Brumadinho.aspx>. Publicado em 3 de fevereiro de 2019v.

VALE S.A. **Vale anuncia Dra. Ellen Gracie como coordenadora do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-anuncia-coordenadora-do-Comite-Independente-de-Assessoramento-Extraordinario-de-Apuracao.aspx>. Publicado em 30 de janeiro de 2019x.

VALE S.A. **Vale esclarece sobre descomissionamento das barragens a montante.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-esclarece-sobre-descomissionamento-das-barragens-a-montante.aspx>. Publicado em 30 de janeiro de 2019y.

VALE S.A. **Vale eleva nível de alerta de três barragens.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-eleva-nivel-de-alerta-de-tres-barragens.aspx>. Publicado em 27 de março de 2019z.

VALE S.A. **Vale atualiza informações sobre deslizamento de talude na cava da Mina de Gongo Soco.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-atualiza-informacoes-sobre-deslizamento-de-talude-na-cava-da-mina-de-gongo-soco.aspx>. Publicado em 31 de maio de 2019aa.

VALE S.A. **Vale informa sobre a barragem Sul de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-informa-sobre-a-barragem-sul-de-brucutu-em-sao-goncalo-do-rio-abaixo.aspx>. Publicado em 23 de março de 2019ab.

VALE S.A. **Acionamento de sirenes em Itabira.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/acionamento-de-sirenes-em-itabira.aspx>. Publicado em 27 de março de 2019ac.

VALE S.A. **Barão de Cocais: Vale informa sobre ações de apoio ao simulado de evacuação.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Barao-de-Cocais-Vale-informa-sobre-aco-es-de-apoio-ao-simulado-de-evacuacao.aspx>. Publicado em 24 de março de 2019ad.

VALE S.A. **Diretor de Operações da Vale reforça medidas preventivas e atualiza informações sobre talude em Barão de Cocais.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/diretor-de-operacoes-da-vale-reforca-medidas-preventivas-e-atualiza-informacoes-sobre-talude-em-barao-de-cocais.aspx>. Publicado em 28 de maio de 2019ae.

VALE S.A. **Vale realiza teste de sirene da barragem Santana, em Santa Maria de Itabira.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-realiza-teste-de-sirene-da-barragem-Santana-em-Santa-Maria-de-Itabira.aspx>. Publicado em 3 de maio de 2019af.

VALE S.A. **Vale informa sobre relatório de risco de barragem. Acesso em junho de 2021.** Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-informa-sobre-relatorio-de-risco-de-barragem.aspx>. Publicado em 8 de fevereiro de 2019ah.

VALE S.A. **Vale refuta especulações e explica medidas adotadas em Brumadinho e Barão de Cocais.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-refuta-especulacoes-e-explica-medidas-adotadas-em-Brumadinho-e-Barao-de-Cocais.aspx>. Publicado em 30 de maio de 2019ai.

VALE S.A. **Vale atualiza sobre ações de assistência e segurança em Macacos.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-atualiza-sobre-aco-es-de-assistencia-e-seguranca-em-macacos.aspx>. Publicado em 16 de agosto de 2019aj.

VALE S.A. **Vale atualiza ações da reparação em Brumadinho.** Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-atualiza-aco-es-da-reparacao-em-brumadinho.aspx>. Publicado em 20 de janeiro de 2020.

VALE S.A. **Vale investe em tecnologia para reduzir uso de barragens e aumentar segurança de operações.** Acesso em junho de 2021. Disponível em:

<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-investe-em-tecnologia-para-reduzir-uso-de-barragens-e-aumentar-seguranca-de-operacoes.aspx>. Publicado em 6 de fevereiro de 2020a.

VALE S.A. Valor de R\$ 5,24 milhões, anteriormente repassado pela Vale ao Estado de Minas Gerais, será usado para reforço no combate ao COVID-19 (Coronavírus). Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/valor-de-524-milhoes-anteriormente-repassado-pela-Vale-ao-estado-de-mg-sera-usado-para-reforco-no-combate-ao-covid-19.aspx>. Publicado em 15 de março de 2020b.

VALE S.A. Conheça as ações da Vale no combate ao Coronavírus em Congonhas. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Conheca-as-acoes-da-vale-no-combate-ao-coronavirus-em-congonhas.aspx>. Publicado em 1º de abril de 2020c.

VALE S.A. Confira as medidas adotadas pela Vale e suas contratadas para proteção à saúde. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/confira-as-medidas-adotadas-pela-vale-e-suas-contratadas-para-protacao-a-saude.aspx>. Publicado em 3 de abril de 2020d.

VALE S.A. Vale informa sobre as barragens 6, 7A e Área IX. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-informa-sobre-as-barragens-6-7A-e-area-IX.aspx>. Publicado em 9 de junho de 2020e.

VALE S.A. Vale e Defesa Civil estabelecem rotina mensal de testes de sirene de barragens. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-e-defesa-civil-estabelecem-rotina-mensal-de-testes-de-sirene-de-barragens.aspx>. Publicado em 4 de agosto de 2020f.

VALE S.A. Conheça as medidas para o reduzir deslocamento de empregados que trabalham nas obras de contenção em Macacos. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/conheca-as-medidas-para-o-reduzir-deslocamento-de-empregados-que-trabalham-na-obras-de-contencao-em-macacos.aspx>. Publicado em 7 de abril de 2020g.

VALE S.A. Quem somos? Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx> Acesso em: maio, 2021.

VALE S.A. Com avanço da pandemia, Vale reforça medidas de proteção e mantém cronograma para reparação integral em Brumadinho. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/com-avanco-da-pandemia-vale-reforca-medidas-de-protacao-e-mantem-cronograma-para-reparacao-integral-em-brumadinho.aspx>. Publicado em 25 de janeiro de 2021a.

VALE S.A. Mais de dez mil pessoas já firmaram acordos de indenização com a Vale. Acesso em julho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/mais-de-dez-mil->

[pessoas-ja-firmaram-acordos-de-indenizacao-com-a-vale.aspx](#). Publicado em 17 de junho de 2021b.

VALE S.A. **Vale revitaliza Capelinha de Macacos, em Nova Lima**. Acesso em junho de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-revitaliza-capelinha-de-macacos-em-nova-lima.aspx>. Publicado em 18 de janeiro de 2021c.

VALE S.A. **Reparação e desenvolvimento: Segurança das barragens**. Acesso em setembro de 2021. Disponível em: http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/servicos-para-comunidade/minas-gerais/atualizacoes_brumadinho/Paginas/seguranca-de-barragens.aspx. 2021d.

VAARA, E.; SONENSHEIN, S.; BOJE, D. Narratives as sources of stability and change in organizations: approaches and directions for future research. **Academy of Management Annals**, v. 10, n. 1, p. 495-560, 2016.

VÁSQUEZ, C.; SCHOENEBORN, D. Communication as Constitutive of Organization (CCO). **The international encyclopedia of strategic communication**, p. 1-12, 2018.

WAGNER, H. R. et al. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. 1979.

WALTON, K. L. **Mimesis as make-believe: On the foundations of the representational arts**. Harvard University Press, 1990.

WEICK, K. E. Reflections on enacted sensemaking in the Bhopal disaster. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 3, p. 537-550, 2010.

WEICK, K. E. **Sensemaking in Organizations: Foundations for Organizational Science**. London: Sage Publications, 1995.

WEICK, K. E.; SUTCLIFFE, K. M. **Managing the Unexpected: Resilient performance in na age of uncertainty**. 2nd Ed. San Francisco: HB Printing, 2007.

WEICK, K. E.; SUTCLIFFE, K. M.; OBSTFELD, D. Organizing and the Processos of Sensemaking. **Organization Science**, v. 16, 2005.

WHITEMAN, G.; PHILLIPS, N. The role of narrative fiction and semi-fiction in organizational studies. **New Approaches in Management and Organization, London, Sage**, p. 288-299, 2008.

ZHOURI, A. VALENCIO, N. OLIVEIRA, R. ZUCARELLI, M. LASCHEFSKI, K. SANTOS, A. F. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.